

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**LÍNGUA E SUJEITO:
UM PERCURSO ENTRE SAUSSURE E LACAN**

Raquel Basílio da Cunha

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba (Campus I) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Nóbrega.

João Pessoa
2010

C972l Cunha, Raquel Basílio da.
Língua e sujeito: um percurso entre Saussure e Lacan/ Raquel Basílio da Cunha. -
- João Pessoa : [s.n.], 2010.
149 f.: il.
Orientadora: Mônica Nóbrega.
Tese (Doutorado) – UFPB /CCHLA.
1.Linguística e Psicanálise. 2.Língua. 3.Sujeito. 4.Inconsciente.

UFPB/BC

CDU:81:159.964.2(043)

Raquel Basílio da Cunha

**LÍNGUA E SUJEITO:
UM PERCURSO ENTRE SAUSSURE E LACAN**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba (Campus I) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Tese aprovada em: 16/04/10

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mônica Nóbrega (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Valdir Flores (Examinador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Profa. Dra. Margarida Elia Assad (Examinadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Profa. Dra. Ivone Lucena (Examinadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Profa. Dra. Maria de Fátima Vilar de Melo
Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos à orientação cuidadosa e ao carinho da Profa. Dra. Mônica Nóbrega. Agradeço por ter demonstrado paixão pelo seu objeto, paixão suficiente para dividi-la comigo.

Agradeço o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nos primeiros dois anos de trabalho, apoio concedido por meio da bolsa registrada no processo nº 133631/2006-0. E a CAPES pelo apoio concedido pela bolsa nos últimos meses deste trabalho.

Sinto-me grata à Profa. Dra. Margarida Elia Assad pelos ensinamentos lacanianos, à Profa. Dra. Ivone Lucena pelo incentivo necessário, à Profa. Ms. Amanda Braga pela revisão generosa desse texto, minha querida amiga.

Agradeço aos que estiveram presentes na minha vida durante esses três anos de doutoramento, em especial, ao Prof. Ms. Gualberto Praxedes pelo apoio essencial, à Ina, Natan, Edilma, Isabela e às meninas lacanianas pelas discussões proveitosas. E a todos que de algum modo me proveram ajuda necessária.

Agradeço o apoio constante e o carinho amoroso da minha família, a quem dedico essas páginas. Obrigada a estes que são minha alegria: Amara, Ademar, Gisa, Isis, Jurandyr, Helcy, Eduardo, Artur, Helder, Franciane, Elton, Vitória, Samuel e Raphael.

RESUMO

Esta tese contribui para o diálogo entre a Linguística e a Psicanálise mediante as releituras da reflexão saussuriana que permitem enxergar o ponto de vista sistêmico da língua. Este ponto de vista, escolhido por Ferdinand de Saussure, permite um olhar específico, que, auxiliado pela lente de Jacques Lacan, nos leva a observar a relação entre língua e sujeito nas entrelinhas da escrita de Saussure. A relação entre língua e sujeito é o núcleo desta tese, que intenciona investigar o sujeito como efeito de linguagem e como decorrência do sistema de língua saussuriano. Mais especificamente, temos a intenção de apontar seu lugar no sistema de valores. Partimos da noção de valor linguístico como a sede do sentido e como lugar onde podemos perceber uma permissão para pensarmos uma noção de sujeito no sistema linguístico saussuriano. O valor percebido a partir da sincronia e da diacronia permite olhar para o sentido como lugar onde o sujeito pode ser encontrado na sua relação íntima com a língua. A descrição do sistema linguístico, permitida pela presença discreta do sujeito, só é realizada mediante um movimento retroativo, ao considerarmos o sujeito do inconsciente como o ponto de vista adequado para a relação entre língua e sujeito que esta tese aborda.

Palavras-chave: sistema; sujeito; inconsciente.

ABSTRACT

This thesis contributes to the dialogue between linguistics and psychoanalysis in the light of the re-readings of Saussurean reflection that allow to see the systemic point of view of language. This view, chosen by Ferdinand de Saussure, allows a specific observation, which, aided by the lens of Jacques Lacan, leads us to observe the relationship between language and subject in-between the writing of Saussure. The relations between language and subject is the core of this thesis, in which we specifically intend to investigate the subject as an effect of language and as a result of the Saussurean system of language. But we specifically mean to point out its place in the system of values. The notion of linguistic value as the seat of sense and as a place where we can see a permission to think the notion of subject in the Saussurean linguistic system is our starting point. This value perceived from the point of view of synchrony and diachrony let us look at the meaning as a place where the subject can be found in its intimate relationship with language. The description of the linguistic system permitted by the subtle presence of the subject is only performed in spite of a retroactive move, if the subject of the unconscious is considered as the appropriate point of view to the relations between language and subject that this thesis addresses.

Keywords: system; subject; unconscious.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
I O DESENHO LACANIANO	11
1.1 A teoria lacaniana do significante	15
1.2 Metáfora e metonímia	25
1.3 O ponto de basta	34
1.4 O impossível	42
II UM RETORNO A SAUSSURE	51
2.1 A perspectiva sistêmica	54
2.1.1 Da essência dupla da linguagem	59
2.1.2 A relação significado e significante	65
2.2 O valor linguístico	75
2.2.1 Negatividade e diferença	76
2.2.2 O caráter duplo do valor	83
2.2.3 A perspectiva diacrônica e a analogias	86
III O LUGAR DO SUJEITO NO SISTEMA LINGUÍSTICO SAUSSUREANO	102
3.1 O ponto de vista do sujeito: o sistema	108
3.2 A relação significado e significante e o sujeito	112
3.3 O valor linguístico e o lugar do sujeito no sistema da língua	116
3.4 O caráter duplo do valor e o sujeito	122
3.5 A diacronia e o sujeito	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS: O sistema de valores e o sujeito do inconsciente	136
REFERÊNCIAS	145

INTRODUÇÃO

Os pontos de vista acerca da língua somam-se através do tempo atrelados a diferentes perspectivas sobre o sujeito. Apesar da Linguística não teorizar sobre o sujeito, as diferentes teorias sobre a língua supõem diferentes perspectivas sobre o sujeito e, conseqüentemente, sobre a relação entre língua e sujeito.

Por exemplo, podemos lembrar as teorizações de Émile Benveniste, que olhou de uma forma específica para a relação entre língua e sujeito. Segundo o teórico, a língua não é simplesmente um instrumento que o homem utiliza para comunicação, mas “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (BENVENISTE, 1988, p. 286, grifo do autor). A língua só é possível pelo fato de haver alguém que se coloca como sujeito, e ao mesmo tempo, o homem só é sujeito porque existe uma língua que o constitui como tal.

Outro exemplo está na Teoria Gerativa. Noam Chomsky aponta para a concepção de uma língua inata ao homem. Essa perspectiva de língua olha para o sujeito de um ponto de vista biológico. Considerá-lo como organismo biológico era uma concepção necessária à descrição de uma Gramática Universal, como desejava Chomsky.

Saussure (1996, p. 15) nos adverte que é o ponto de vista que cria o objeto quando se trata da Linguística. Desse modo, apesar dos vários pontos de vista em relação à língua e ao sujeito, esta tese escolhe a perspectiva de língua de Saussure, da língua como um sistema de valores, buscando, nesse sistema, “rastros” que permitem falar de um lugar para o sujeito.

Partimos da hipótese de que uma teoria de sujeito que dialoga com esse sistema pode ser a Lacaniana. Por isso, apesar das referências a um sujeito falante, esse não será o foco do nosso trabalho; ao invés disso, procuraremos no sistema saussuriano as “brechas” para o surgimento de uma subjetividade, de um sujeito que encontra seu lugar no sistema a partir de um lugar vazio de significação, e que, por esta razão, pode não só engendrar sentido, mas pode, também, colocar-se como efeito do sistema. Por esta razão, a teoria de sujeito de Jacques Lacan é vital para o movimento que essa tese intenciona demonstrar.

A importância do diálogo com Lacan aponta para o fato de o sujeito ser o limite epistemológico de toda a Linguística. Desse ponto de vista, o sujeito é uma exterioridade para seus estudos, o que significa que a Linguística não teoriza sobre o sujeito, como já dito. Por esta razão, convidamos Jacques Lacan como uma exterioridade teórica que oferece um suporte adequado para pensarmos o sujeito em sua relação com o sistema de

valores saussuriano. Convidamos a noção de sujeito presente na teoria de Lacan talvez por ele mesmo ter convocado, antes, a Linguística, em especial a pensada por Saussure, para desenvolver seu objeto de estudo.

Não desconhecemos o fato de que toda a tradição dos estudos linguísticos aponta para Saussure como aquele que efetou a exclusão do sujeito de seus estudos e, conseqüentemente, de estudos posteriores. Porém, obras de releitura do pensamento saussuriano permitiram observar a reflexão do professor de um novo ângulo, ou seja, do ponto de vista do sistema, como veremos no segundo capítulo desta tese¹.

O diálogo estabelecido há muito entre a Linguística e a Psicanálise não é realizado de forma pacífica, nem aceito por todos que compõem os dois eixos de conhecimento. É uma relação por si só complexa: além dos riscos que qualquer interdisciplinaridade oferece, temos o risco de tentar produzir uma positividade onde não é possível obtê-la. Por escolher partir da língua para observar o sujeito, o ponto de vista desta tese será o da Linguística saussuriana, mas somos conduzidos a respeitar a integridade de cada área de conhecimento.

Entre as diferentes posições em torno desta complexa relação, iremos observar em que a teoria lacaniana pode contribuir para os estudos da linguagem quando se trata de pensar a relação entre língua e sujeito.

Esta tese está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado *O desenho lacaniano*, tema importante desta tese, carrega o desejo de demonstrar a noção de sujeito de Jacques Lacan como necessária para perceber o sujeito no sistema de língua saussuriano, o que nos permite falar de uma relação entre a língua pensada por Saussure e o sujeito. Este capítulo, ao considerar a proposição lacaniana de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem e, conseqüentemente, ao considerar o sujeito do inconsciente como aquele que é efeito de linguagem, nos permite retornar à reflexão saussuriana e indagar com clareza a relação entre língua e sujeito a partir das noções de sistema e de sujeito do inconsciente: pontos fundamentais do diálogo promovido entre Linguística e Psicanálise. Dessa forma, o capítulo realiza um movimento retroativo ao dizer que a noção de sujeito lacaniana permite, num segundo tempo, perceber o sujeito que a língua saussuriana supõe ao adotar uma perspectiva sistêmica e intensamente dialética.

¹ Entre vários estudos destaco o de Johannes Fher em seu livro *Saussure entre Linguistique et Sémiologie* (2000) que aponta para a presença do sujeito nas relações associativas. Para ele a presença do sujeito é necessária para a descrição do sistema linguístico saussuriano, bem como a perspectiva do sistema em detrimento à perspectiva dicotômica.

O segundo capítulo, intitulado *Um retorno a Saussure*, tratará da importância do ponto de vista sistêmico na reflexão do professor. Com este objetivo, retornaremos a vários pontos da teoria saussuriana a fim de reler esses conceitos a partir da perspectiva sistêmica. Este retorno é necessário para que nos seja permitido perceber o sujeito como consequência do sistema da língua. Os pontos escolhidos para a análise realizada serão apenas aqueles que contribuem para perceber o sujeito no sistema da língua.

O último capítulo, que possui como título *O lugar do sujeito no sistema linguístico saussuriano*, retorna aos pontos analisados no capítulo anterior com o objetivo de demonstrar como esse ponto de vista sistêmico permite perceber o sujeito em sua relação com a língua. O capítulo final demonstrará, portanto, o sujeito como consequência do sistema. Desse modo, considerando que o ponto de vista do sistema é uma necessidade para podermos “enxergar” o sujeito, podemos afirmar que o segundo capítulo é uma justificativa do terceiro e que esta divisão é meramente didática.

Nosso objetivo final não será descrever a forma em que se efetua a relação entre língua e sujeito, mas o que constitui seu alicerce; não será o de realizar uma descrição da forma como esta relação ocorre numa práxis, mas o de observar a base dessa relação, o que a possibilita e como ela pode ser explicada.

Capítulo I

O DESENHO LACANIANO

CAPÍTULO I

O DESENHO LACANIANO

Assim, do desenho lacaniano, a categoria de sujeito não é a forma, mas o compasso (ELIA, 2004, p. 72).

Os capítulos posteriores desta tese apresentarão uma leitura da reflexão saussuriana na busca de “rastros” deixados por Saussure que permitiriam perceber que a noção de sujeito é excluída da reflexão do professor e em que lugar da teoria pode-se perceber uma permissão para pensa-lo. Este capítulo, por sua vez, visa responder qual categoria de sujeito permite observar esses “rastros” no sistema saussuriano de língua.

A ideia de língua como representação da realidade é conscientemente excluída dos estudos saussurianos e junto com ela, Saussure, talvez sem intenção, exclui o sujeito suposto por essa ideia de língua, ou seja, a ideia de um sujeito cartesiano, do *cogito*. Descartes inaugura o *cogito* com a proposição *Cogito, ergo sum*, que pode ser traduzida como *penso, logo existo (sou)*. Desse modo, pela primeira vez, o sujeito se torna uma questão da ciência.

O conceito cartesiano é definitivamente excluído dos escritos de Saussure. Sem a intenção de teorizar sobre o sujeito e por escolher a língua como objeto, Saussure exclui dos seus estudos uma reflexão sobre o sujeito. O conceito de língua que Saussure escolhe, podemos dizer, *supõe* um sujeito que não tem total domínio sobre a língua, nem sobre a sua própria fala. Um sistema que é anterior ao sujeito falante, que sempre escapa ao seu domínio, é descrito de um modo complexo, pois ao mesmo tempo em que o sujeito suposto nas entrelinhas saussurianas é sujeito no sentido estrito do termo, ou seja, como súdito da língua, ao fazer elo entre o sintagma e as relações associativas e ao transmitir a língua às gerações posteriores, sem o saber, ele age sobre o sistema da língua em sua estrutura e por meio de seus mecanismos. O sujeito faz elo entre um estado de língua e outro, entre as relações associativas e sintagmáticas, entre o sincrônico e o diacrônico. É na tensão existente na língua, a qual está em constante oscilação, que o sujeito se encontra como aquele que, sujeito à língua, se faz sujeito da língua ao “introduzir um princípio de ordem e regularidade” em “um sistema naturalmente caótico” (SAUSSURE, 1996, p. 154).

Saussure sabia que teorizar sobre o sujeito não seria jamais um objetivo da Linguística, porém, ele nos diz que essa relação é inegável entre a mente e a língua, : “Pouco

a pouco, a psicologia assumirá praticamente a tarefa de nossa ciência, porque ela se aperceberá que a língua não é apenas uma das suas ramificações, mas o ABC de sua própria atividade” (SAUSSURE, 2002, p. 98). Parece-nos que tanto Freud como Lacan perceberam a importância da língua para sua atividade, mas para isso foi necessário estabelecer qual noção de língua permitiria à Psicanálise pensar sobre o sujeito do inconsciente.

Lacan nos diz que “o sujeito sobre quem operamos em psicanálise, só pode ser o sujeito da ciência” (1998b, p. 873), frase que o próprio Lacan diz ser paradoxal, uma vez que seu ensino coloca em “xeque” esta relação positivista entre o ser e o saber que Descartes inaugura. A frase só pode ser entendida se pensarmos que a Psicanálise opera sobre um sujeito e não sobre uma pessoa humana ou um indivíduo; este sujeito é o mesmo que a ciência já coloca, mas não opera sobre ele. Sobre isso, Lacan diz que “encarnar ainda mais o sujeito é errância: sempre fecunda de erros e, como tal, incorreta [...] porque o homem da ciência não existe, mas apenas seu sujeito” (LACAN, 1998b, p. 873).

Desse modo, a categoria de sujeito em Lacan não é definida pela via do positivo, o sujeito não é um ser encontrado na realidade, o homem ou o indivíduo, mas algo que se impõe ao trabalho psicanalítico e não decorre dele como construção empírica. Por isso, talvez, não poderíamos dizer que este é um conceito no sentido científico do termo, mas uma noção central para a Psicanálise. O sujeito, portanto, não “nasce”, nem mesmo se “desenvolve”, não é inato e nem é aprendido, mas ele se constitui a partir da linguagem.

O sujeito que a Psicanálise opera advém do método freudiano de associações livres, que produz condições para a aparição do sujeito do inconsciente por meio da repetição e da transferência. Em outras palavras, a repetição e a transferência permitem a produção de formações do inconsciente, momentos de emergência do sujeito. Todas essas formações do inconsciente, atos falhos, lapsos, sonhos, sintomas, chistes, ou outros, são da ordem da linguagem e supõem um sujeito em operação no inconsciente. Este fato nos explica a importância da linguagem em Lacan e sua necessidade de buscar uma teoria adequada sobre a língua.

Na obra de Freud, já é possível observar uma ideia de sujeito em textos como *A interpretação de sonhos* (1900), *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico* (1911), *Para introduzir o narcisismo* (1914), *O inconsciente* (1915), *Pulsões e seus destinos* (1915), *Recalque* (1915), *O Eu e o Isso* (1923), *Além do princípio de prazer* (1920), *Inibição, sintoma e angustia* (1926) e *Esboço de psicanálise e divisão do eu no processo de defesa* (1938). Porém, a teoria de sujeito só será desenvolvida mais tarde por Lacan, por esta razão, partiremos apenas das considerações lacanianas, sem fazer referências diretas a Freud.

A razão de esta tese buscar um diálogo com o sujeito por meio de Lacan pode ser explicada pela íntima relação que ele estabelece em sua teoria entre sujeito e linguagem, relação esta que Lacan já percebia nos textos de Freud. Ele diz: “fundamental para compreender o que há em Freud: assinalar a importância da linguagem e da fala” (LACAN, 1999, p. 150). Essa relação estreita pode ser também observada nas linhas saussurianas, que, ao refletir sobre a língua, nos afirma que a “natureza nos dá o homem organizado pela linguagem articulada” (SAUSSURE, 2002, p. 154).

Pensar que pontos da teoria saussuriana serviram de subsídios para a noção de sujeito delineada por Lacan não é o objetivo do diálogo que tentaremos estabelecer nesta tese. Nem mesmo o de opor o sujeito lacaniano ao sujeito encontrado na reflexão de Saussure, até mesmo porque não existe a teoria de um sujeito na reflexão do professor, mas sim uma permissão, um lugar para o sujeito, que insiste em se fazer presente em um sistema que é essencialmente coletivo.

Este capítulo nos convida ao caminho contrário. Após a reflexão de alguns sobre a importância da Linguística para o desenvolvimento do ensino lacaniano, nos perguntamos qual a importância da teoria lacaniana para entendermos o sujeito suposto pelo sistema linguístico saussuriano, um sujeito que possui um lugar na estrutura do sistema linguístico, mas que muitas vezes parece ausente deste sistema.

Entender a relação entre o sujeito lacaniano e a língua é o primeiro passo para podermos tirar conclusões significativas desse diálogo entre áreas distintas de conhecimento. Não apenas comparar e descrever as convergências ou as divergências entre Saussure e Lacan², mas nos arriscamos a ir um pouco mais adiante para observarmos o que o ensino de Lacan tem a dizer para a reflexão saussuriana.

A dificuldade se impõe ao tentamos apresentar a teoria do sujeito na teoria lacaniana, isto porque a noção de sujeito figura em todo vasto ensino lacaniano como ponto cardeal. Assim, a necessidade que se coloca é a de delimitarmos qual caminho tomaremos para apresentar o sujeito. Dificuldade que se colocará também ao observarmos o valor linguístico como ponto cardeal no sistema, como ponto *para* onde e *de* onde convergem todas as noções de Saussure.

Com o objetivo de permanecermos fiéis ao tema deste capítulo, silenciaremos vários pontos que tocam a questão do sujeito em Lacan para enfatizar o sujeito em sua relação

² Acerca das convergências e divergências entre Saussure e Lacan, ver Arrivé (1999).

com a linguagem. Por isto, estaremos observando principalmente o primeiro ensino de Lacan relativo ao campo simbólico, ao sujeito como efeito de significante.

O sujeito do inconsciente em sua relação com a linguagem é observado com o intuito de percebermos o modo como, no ensino de Lacan, o sujeito que fala é “falado” pela língua, e por esta razão é capaz de engendrar sentidos outros, inéditos. A partir desses sentidos outros, onde há sentidos inéditos, podemos perceber o sujeito do inconsciente. Esse sujeito do inconsciente que se constitui a partir da linguagem é necessário ao objetivo desta tese, que é apontar um lugar para o sujeito no sistema de valores saussuriano, como veremos nos capítulos seguintes.

Começaremos a falar sobre *A teoria lacaniana do significante*. O percurso escolhido é do texto *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*, de 1957. Este caminho nos leva à *Metáfora e metonímia*, o que nos induz a olhar para estas cadeias significantes como movimentos correlatos às relações associativas e sintagmáticas saussurianas. Conseqüentemente, as cadeias significantes nos levam ao *Ponto de basta*, momento em que o sentido aparece em decorrência do movimento das cadeias significantes. Este é um momento mítico onde podemos perceber o sujeito no mesmo lugar onde um efeito de sentido pode se tornar aparente, assim como a analogias em Saussure, como veremos no segundo capítulo.

Tais pontos, que serão discutidos neste capítulo, nos demonstram *O impossível* da linguagem, pois a linguagem, a partir destes conceitos, pode ser vista como a expressão de uma impossibilidade: é impossível a comunicação plena por causa da barra resistente à significação, assim como, também, por causa da *alíngua* como equívoco, que suporta o impossível por estar no real. Assim, o sujeito não tem acesso a toda verdade, mas a um semi-dizer que produz significações outras.

Desse modo, neste primeiro momento, tentaremos responder, em especial, qual noção de sujeito permite um diálogo com a língua pensada por Saussure e como este parece suposto nas linhas da escrita do professor. É na intenção de responder satisfatoriamente a esta questão que nos voltaremos ao ensino lacaniano, pois, primeiramente, parece-nos impressionante o fato de Lacan ter desenvolvido uma teoria sobre o sujeito a partir de uma teoria estruturalista que excluí o sujeito. Assim, nos perguntamos: qual noção de sujeito Lacan desenvolveu? Como esse sujeito pode nos servir para entender a reflexão saussuriana?

1.1 A TEORIA LACANIANA DO SIGNIFICANTE

Nossa definição do significante (não existe outra) é: um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante (LACAN, 1998a, p. 833).

A teoria do significante é introduzida por Lacan com o fim de teorizar acerca do sujeito. A partir desta teorização, Lacan torna possível que o inconsciente seja explicado por meio de uma estrutura semelhante à estrutura de linguagem: longe de ser amorfo, ou apenas a sede dos instintos, o inconsciente possui uma estrutura, podendo assim, ser analisado. Em função desta proposta, Jacques Lacan se apropria de termos linguísticos que busca, dentre outros, em Ferdinand de Saussure.

Em *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud* (1957), Lacan demonstra como a sua teoria do significante é importante para pensar o sujeito, tema que será recorrente em seu primeiro ensino. Ele inicia com a linguagem para, enfim, apresentar o sujeito. Lacan justifica o caminho escolhido a partir de uma exigência de Freud: “Como esquecer, de fato, que Freud sustentou com constância e até seu fim a exigência dessa qualificação (literária) para a formação dos analistas” (LACAN, 1998a, p. 497); e da prática psicanalítica: “E como não haveria até mesmo um psicanalista de hoje de sentir que chegou a isso, a tocar na fala, quando sua experiência recebe dela seu instrumento, seu enquadre, seu material e até o ruído de fundo de suas incertezas?” (LACAN, 1998a, p. 497).

O título do texto de 1957 convoca a atenção para que “para-além dessa fala, é toda uma estrutura da linguagem que a experiência psicanalítica descobre no inconsciente” (LACAN, 1998a, p. 498). Lacan situa a teorização entre a letra, “suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem” (LACAN, 1998a, p. 498), e o inconsciente. Desse modo, a letra, esse suporte material da linguagem e também do significante lacaniano, “preexiste à entrada de cada sujeito num momento de seu desenvolvimento mental” (LACAN, 1998a, p. 498), com o efeito de estrutura. Aqui, Lacan “dá o laço” na relação sujeito e linguagem, mais especificamente, sujeito e significante, nos termos do próprio Lacan.

Primeiramente, observamos que, nesta relação, a linguagem preexiste ao sujeito, colocando-o em uma posição de subordinação em relação a ela. Leiamos as palavras de Lacan: “Também o sujeito, se pode parecer servo da linguagem, o é ainda mais de um discurso em cujo movimento universal seu lugar já está inscrito em seu nascimento, nem que seja sob a forma de seu nome próprio” (LACAN, 1998a, p. 498).

Ele não está falando de uma linguagem que representa a realidade ou que representa o pensamento; nem mesmo está interessado numa concepção de língua como comunicação. Lacan refere-se à linguagem de um modo semelhante ao que Saussure desenvolveu sobre a língua, ou seja, como algo que tem uma estrutura própria e que preexiste ao sujeito. Apenas esse ponto de vista a respeito da linguagem poderia fornecer subsídios para Lacan, pois a língua como representação da realidade supõe um sujeito que preexiste à língua e que pode criar uma língua por meio do uso da sua razão, isso o faria retornar ao sujeito de Descartes e, conseqüentemente, retornar à mesma noção direta entre o saber e o ser. Desse modo, toda a sua reflexão estaria ancorada numa reflexão sobre a língua que iria sempre contradizer seu pensamento sobre o sujeito.

A partir desse ponto de vista em relação à linguagem, como anterior ao sujeito e como estrutura, o psicanalista francês introduz a sua teoria do significante com um gesto de homenagem a Ferdinand de Saussure:

O signo assim redigido merece ser atribuído a Ferdinand de Saussure, embora não se reduza estritamente a essa forma em nenhum dos numerosos esquemas em que aparece na impressão das diversas aulas dos três cursos, dos anos de 1906-7, 1908-9, 1910-11, que a devoção de um grupo de seus discípulos reuniu sob o título *Curso de Lingüística Geral*: publicação primordial para transmitir um ensino digno desse nome, isto é, que só pode ser detido em seu próprio movimento. Eis por que é legítimo lhe rendermos homenagem pela formalização S/s, em que se caracteriza, na diversidade das escolas, a etapa moderna da lingüística (LACAN, 1998a, p. 500).

No texto de 1957, de onde foi retirada a citação acima, Lacan deixa claro que apesar de “merecer” ser atribuído à Saussure, este não é o signo saussuriano, mas “é legítimo lhe rendermos homenagem”.

Lacan introduz, nessa passagem, o algoritmo S/s. Um signo hierarquizado, onde o significante acima da barra, representado por sua inicial maiúscula, está numa posição de primazia diante do significado abaixo desta barra, ou seja, o significante seria anterior ao significado.

As leituras sobre o significante lacaniano levam alguns a falarem de uma subversão do signo saussuriano realizada por Lacan. Apesar disso, as releituras da obra de Saussure apontam para a pertinência dessa escolha, feita por Lacan, de conferir uma primazia ao significante.

Não podemos afirmar que Lacan tinha conhecimento a respeito da reflexão saussuriana sobre a língua e a linguagem, e certamente não o tinha acerca do trabalho de

Saussure com as lendas germânicas. Em contrapartida, como já sublinhou Arrivé (1999), Lacan tomou conhecimento da pesquisa realizada pelo professor sobre os anagramas desde o primeiro artigo publicado por Starobinsk no *Mercure de France*, em fevereiro de 1964. Quando da publicação de *Escritos* (1998a), Lacan faz alusão a tal artigo em uma nota acrescentada aos textos *A instância da letra* (1998a, p. 506), depois em *Radiofonia* (1998a, p. 58) e, em 1973, ao O Seminário 20, *Mais ainda* (1985, p. 129).

Na pesquisa sobre os anagramas realizada por Saussure, a importância da forma é insistentemente colocada como geradora de sentido a partir da ação do sujeito, que sem o saber, age para dar significação às formas existentes antes dele. Vejamos as palavras de Saussure: “A seqüência destas palavras, por mais rica que seja pelas idéias que evoca, não indicará jamais a um ser humano que um outro indivíduo ao pronunciá-las, queira *significar-lhe alguma coisa*” (SAUSSURE *apud* STAROBINSK, 1974, p. 12). Nestas palavras, percebemos que a forma, ou os significantes, estão, para Saussure, à espera de uma significação ou de um sujeito que produza um sentido outro, que não está colocado nas formas, uma significação que difere do sentido que é comumente dado àquelas formas da língua.

Esta ideia presente nos anagramas concorda com as palavras do professor: “Mas esse sistema consiste em uma *diferença* confusa de idéias que se movem sobre a superfície de uma diferença [...] de formas, sem que jamais, talvez, uma diferença da primeira ordem corresponda a uma diferença da segunda” (SAUSSURE, 2002, p. 75, grifo do autor). Por não serem coincidentes, formas e ideias estão, em sua essência, separadas, permitindo que uma seja anterior à outra, talvez por isso Saussure escreva:

Na mesma medida em que ouvimos, nós *falamos*. Sim, Senhores, sem dúvida, mas sempre a partir da impressão acústica, não apenas recebida, mas recebida em nosso espírito e soberana para decidir o que executamos. É ela que dirige tudo e basta considerá-la para saber que será executada, mas eu repito que isso é necessário para que haja aí uma determinada unidade a executar (SAUSSURE, 2002, p. 211, grifo do autor).

Estas palavras de Saussure nos permitem dizer da semelhança da teoria lacaniana de um significante anterior ao significado, pois o professor nos diz que a impressão acústica é “soberana” e é ela quem “dirige tudo”. No texto de 1916, ao criticar os estudos de certos linguistas, Saussure diz que as mudanças da língua não são obras do pensamento consciente do povo, mas nos diz:

Tudo se passa fora do espírito, na esfera das mutações dos sons, que cedo impõem um jugo absoluto ao pensamento e o forçam a entrar no caminho especial que lhe é aberto pelo estado material dos signos. Um grande número de observações do mesmo gênero nos confirma nessa opinião; o caráter psicológico do grupo lingüístico pesa pouco diante de um fato como a supressão de uma vogal ou uma modificação de acento, e muitas outras coisas semelhantes, capazes de revolucionar a cada instante a relação entre o signo e a idéia em qualquer forma de língua (SAUSSURE, 1996, p. 266-267).

Uma força cega que leva os significantes a mudarem: o tempo talvez, a necessidade de circulação dos signos; mais importante agora é percebermos a importância conferida ao significante. Ele impõe um “jugo ao pensamento”, “força” a mudança da relação entre o significante e a ideia. Nessa relação, o significante tem, para Saussure, uma importância a frente do conceito, também nos textos referentes à linguística geral.

Apesar de só ter conhecimento dos anagramas dois anos antes da publicação de *Escritos*, depois de muitos seminários realizados, Lacan pôde ler uma reflexão na pesquisa de Saussure sobre algo que tinha muito a dizer da sua própria reflexão sobre o sujeito: uma concepção de linguagem que permitiria a Lacan não retornar ao *cogito*, uma ideia de língua que já supunha um sujeito outro, que ainda não existia, mas que só “nasceu” em Lacan. Uma ideia de língua que estava à espera do sujeito lacaniano, o sujeito do inconsciente, e, para este, a importância do significante é essencial.

Entendermos a importância conferida ao significante por Lacan implica entendermos a importância da barra no algoritmo lacaniano. A barra ganha, na teorização lacaniana, um papel fundamental: o de resistência à significação. Leiamos:

A temática dessa ciência, por conseguinte, efetivamente presa à posição primordial do significante e do significado, como ordens distintas e inicialmente separadas por uma barreira resistente à significação (LACAN, 1998a, p. 500).

A descrição do algoritmo lacaniano tem como consequência inicial a retirada de uma relação entre a palavra e a coisa, pois “nenhuma significação se sustenta a não ser pela remissão a uma outra significação” (LACAN, 1998a, p. 501); porém, Lacan vai além desta constatação e tem a intenção de demonstrar que a palavra não representa a realidade, nem o pensamento, ou seja, um significante não existe em função de uma significação:

E fracassaremos em sustentar sua questão enquanto não nos tivermos livrado da ilusão de que o significante atende à função de representar o significado,

ou, melhor dizendo: de que o significante tem de responder por sua existência a título de uma significação qualquer (LACAN, 1998a, p. 500).

Lacan argumenta a separação inicial entre significante e significado, e, por sua vez, a subordinação do segundo diante do primeiro, por meio de um esquema e do relato de uma lembrança de infância. Lacan apresenta um esquema de duas portas que possuem, cada uma, no alto, respectivamente, as palavras “homens” e “mulheres”. Este esquema enfatiza a pura diferença, a oposição como condição da linguagem. O relato que vem complementar o esquema é:

Um trem chega à estação. Numa cabine um menino e uma menina, irmão e irmã, estão sentados um em frente ao outro, do lado em que a vidraça dando para o exterior descortina a visão das construções da plataforma ao longo da qual o trem parou: “Olha!, diz o irmão, chegamos a Mulheres!”; “Imbecil!, responde a irmã, não está vendo que nós estamos em Homens?” (LACAN, 1998a, p. 503).

No esquema, ele afirma que, tanto “homens” quanto “mulheres”, escritos no alto de cada uma das duas portas observadas por duas crianças, enquanto significantes, podem significar qualquer coisa. Assim, os significantes “homens” e “mulheres” não remetem aos conceitos de homem e mulher, mas às diferenças dos lugares atribuídos a um e a outro significante na cadeia.

A conclusão desta argumentação é a seguinte:

seria preciso [...] não ter olhos na cara para se atrapalhar quanto ao respectivo lugar do significante e do significado, e para não observar de qual centro irradiante o primeiro vem refletir sua luz nas trevas das significações inacabadas (LACAN, 1998a, p. 501).

Este é o ponto de vista que permite que Lacan teorize um significante que vem antes em relação ao significado; e esta é a importância fundamental da barra que opera a separação entre estas duas instâncias: a de permitir que se revele uma estrutura significante.

A importância da barra se faz sentir no método de associações livres freudiano. Este método permite que o indivíduo fale sem emprestar significações comuns aos significantes que diz. Permite, portanto, ao indivíduo, falar significantes que, como Saussure nos disse, “dirige tudo”. Assim, ao falar, o indivíduo já estará dizendo algo que não sabe o que é, conferindo um significado outro aos significantes que diz, falando sem saber o que estará dizendo. Ao fazer isso, o indivíduo cria condições necessárias para a emergência do

sujeito, pois a ausência de um significado prévio ou “colocado” aos significantes que diz, concede um acesso do inconsciente à fala. Desse modo, é por meio da fala sem um sentido anterior ao significante que o sujeito do inconsciente pode emergir, ou seja, a palavra é a via de acesso ao inconsciente estruturado como uma linguagem.

Mas essa palavra não se resume à cadeia de imagens acústicas: gestos, expressões faciais, desenhos, entre outras, são produções que estão no campo do sentido, ou seja, no campo do simbólico, e assim, regidas pela estrutura significante. Assim, o sujeito é sempre um ser de linguagem e o campo simbólico é um “território” onde o sujeito se constitui. Privilegiar a fala, método freudiano, se origina do fato de que a fala é a forma simbólica de linguagem que mais permite – por meio da linearidade do significante – que o plano significante seja visivelmente separado da significação: separação necessária para evidenciar a emergência do sujeito do inconsciente e do sentido como efeitos do jogo significante, apesar da não equivalência entre um e outro. Ao contrário, é a partir desse sentido outro, desses “tropeços” na fala, que o sujeito emerge e é reconhecido pelo indivíduo falante, que é levado a admitir que aquela produção de sentido que ele desconhece faz parte dele. Ora, a estrutura significante está no fato de o significante ser articulado. Leiamos:

Isso quer dizer que suas unidades, de onde quer que se parta para desenhar suas invasões recíprocas e seus englobamentos crescentes, estão submetidas à dupla condição de se reduzirem a elementos diferenciais últimos e de os comporem segundo as leis de uma ordem fechada [...] ou seja, a estrutura essencialmente localizada do significante. Com a segunda propriedade do significante, de se compor segundo as leis de uma ordem fechada, afirma-se a necessidade de um substrato topológico do qual a expressão “cadeia significante”, que costumo utilizar, fornece uma aproximação: anéis cujo colar se fecha no anel de um outro colar feito de anéis (LACAN, 1998a, p. 504-505).

Lacan não fala de significante de forma isolada, uma vez que “o significante não é isolável” (LACAN, 2002, p. 296), mas de cadeia significante. Assim, as duas propriedades do significante são: a decomposição (o significante é articulado, ou seja, separado como que por “recortes”) e a composição do significante na cadeia.

O algoritmo lacaniano descreve uma “pura função do significante” (LACAN, 1998a, p. 504), que tem as propriedades descritas acima. Por sua vez, a significação, segundo Lacan, citada ainda no texto de 1957, só pode ser percebida na correlação do significante com outro significante, por meio de movimentos de composição e articulação, e não, como poderia se supor, na relação do significante com a coisa ou com um conceito referido. É por isso que o algoritmo descreve uma função significante.

Porém, o significado não é algo inalcançável, barrado para sempre, a função significante apresenta que o significante “se antecipa”, está à frente, e é só por meio dele que qualquer significação pode ser observada, ainda que apenas em um segundo tempo, retroativamente:

Pois o significante, por sua natureza, sempre se antecipa ao sentido, desdobrando como que adiante dele a sua dimensão. É o que se vê, no nível da frase, quando ela é interrompida antes do termo significativo: Eu nunca... A verdade é que... Talvez ..., também... Nem por isso ela deixa de fazer sentido, e um sentido ainda mais expressivo na medida em que se basta ao se fazer esperar. [...] é na cadeia do significante que o sentido *insiste*, mas que nenhum dos elementos da cadeia *consiste* na significação de que ele é capaz de suscitar. Impõe-se, portanto, a noção de um deslizamento incessante do significado sob o significante (LACAN, 1998a, p. 505-506, grifo do autor).

Este é o efeito que a barra opera: o efeito de uma separação entre o significante e o significado, e por sua vez uma subordinação do significado perante o significante. A ênfase na barra indica que, não estando colados anteriormente, os significantes podem mudar de significado, deslizar, pois são vazios de significação prévia, não são preexistentes. Os significantes são engendrados de sentido, não contêm um significado em si, constituído antes que se fale, mas se definem como constituintes de sentido, como aqueles que podem significar, por isso são “significantes”, pois conferem significados ao que antes não tinha nenhum.

Desse modo, entendemos que o significado, longe de ser preexistente, é efeito da cadeia do significante. O fato de haver um “deslizamento incessante” indica que a significação não está, portanto, em nenhum elemento particular da cadeia. Podemos concluir que não há uma reciprocidade entre o significante e o significado para Lacan, apesar de que esta dualidade estará sempre presente. Sobre esta impossibilidade, Lacan afirma:

[...] a barra saussuriana, que não pode representar nenhuma intuição de proporção, nem se traduzir como barra de fração, senão por um abuso delirante, mas sim, como o que é para Saussure, constituir uma borda real, isto é, a saltar do significante que flutua para o significado que flui (LACAN, 2002, p. 414).

Desse modo, a barra implica numa impossibilidade: é impossível ao sujeito saber tudo, assim como é impossível dizer toda a verdade, uma vez que não há um significado para cada significante. Porém, isso não quer dizer que, ao falar, o sujeito se fará sempre

presente a partir dessa separação, mas que os significantes recalcados, ao emergirem na e pelas falhas da fala, estarão *supondo* o sujeito por eles representado.

A relação direta entre o saber e o sujeito que Descartes propunha nas suas palavras (*penso, logo existo*) são subvertidas, pois o ensino lacaniano supõe que o sujeito tem um saber sobre o seu sintoma e suas causas, mas esse saber é inconsciente, sendo necessário o trabalho de análise, de decomposição dos significantes, para que ele tenha acesso a esse saber. Porém, é impossível que esse acesso seja total, pois a barra é sempre resistente à significação.

O saber pode ser articulado no inconsciente. Leiamos:

Vou direto ao de que se trata – o saber, ele é um enigma. Esse enigma nos é presentificado pelo inconsciente tal como se revelou pelo discurso analítico. Ele se enuncia assim – para o ser falante, o saber é o que se articula (LACAN, 1985, p. 190).

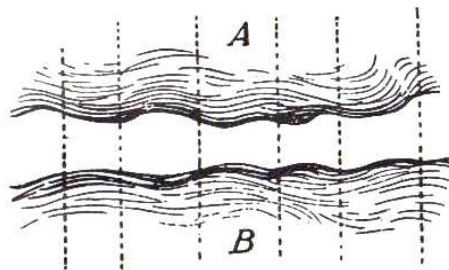
Ou seja, o inconsciente testemunha um saber que muitas vezes escapa ao falante, pois este saber, sobre o qual não se sabe, conforme nos ensina Lacan, se baseia no significante ou na radical separação deste em relação ao significado e no seu deslizamento incessante. Ele nos diz: “Eles sabem, eles sabem, os sujeitos. Mas mesmo assim não sabem tudo” (LACAN, 1985, p. 133). Num ato de defesa, o sujeito *nada quer saber sobre isso*, nada quer saber sobre o seu desejo, o que implica no trauma.

O ato de defesa aponta para a existência de um sujeito e traz consigo a noção de resistência. Ou seja, na origem do sintoma, que é da ordem do significante, está o ato de defesa. Assim, podemos dizer que onde há resistência, há sujeito, e que essa resistência sempre remete à barra que é resistente à significação. Essa resistência não surge sozinha, mas acompanhada da transferência. A transferência não é uma substituição de um significante por outro na cadeia, como as formações do inconsciente que são produções metafóricas e permitem uma interpretação do inconsciente. Antes, a transferência é um modo de atualização do inconsciente, ou seja, é o momento em que ele se faz presente no tempo real, e não retroativamente, como lhe é comum. Assim, o inconsciente se atualiza e se presentifica em relação à pessoa real do analista, pois a transferência é um campo construído na experiência de análise e não um significante.

Apesar de não ser uma formação do inconsciente, a transferência se produz também por meio da linguagem, ela vem como uma produção de fala, ou seja, por meio das associações livres, a transferência se produz ancorada na linguagem. Novamente, a relação do sujeito lacaniano com a linguagem se apresenta como íntima e irrecusável, mesmo quando

não se está falando de formações do inconsciente, mas se está no plano do afeto, ainda assim, a linguagem é necessária para a emergência do sujeito.

A ideia de um deslizamento incessante do significado em relação ao significante é exemplificada por Lacan pelo esquema saussuriano das massas amorfas (SAUSSURE, 1996, p. 131), presente no capítulo *O valor lingüístico* do *Curso de Lingüística Geral*³ (1916). Além de apresentar o valor no seu aspecto absoluto, o esquema apresenta a teoria de que a língua não é representação do pensamento: nem mesmo há uma correspondência entre a palavra e a coisa, mas as suas unidades são elaboradas no corte entre as duas massas amorfas. Sendo assim, a língua, segundo este esquema saussuriano, não é uma substância, mas uma forma. Observemos o esquema⁴:



Lacan (1998a, p. 506) descreve este esquema saussuriano das massas amorfas de modo poético:

[...] uma imagem que se assemelha às duas sinuosidades das Águas superiores e inferiores nas miniaturas dos manuscritos do Gênesis. Duplo fluxo onde parece tênue o marco dos finos riscos de chuva que ali desenham os pontilhados verticais que se supõe limitarem segmentos de correspondência (LACAN, 1998a, p. 506).

Ao apresentá-lo, vertendo o esquema das duas massas amorfas para o esquema de um “duplo fluxo”, Lacan aproxima-se da ideia de discurso articulado no sentido que Saussure dá à palavra articulação, de separação por recortes. O que isso significa? A estrutura do significante se caracteriza pela *articulação* e pela introdução da *diferença*. Só pode haver articulação entre os significantes porque eles podem ser reduzidos a puros elementos diferenciais.

No esquema saussuriano, o psicanalista francês chama a atenção para a impossibilidade de haver apenas a linearidade constitutiva do discurso: o discurso “revela alinhar-se nas diversas pautas de uma partitura” (LACAN, 1998a, p. 507), ou seja, além de

³ *Curso de Lingüística Geral* doravante CLG.

⁴ Esquema em Saussure (1996, p. 131).

uma dimensão apenas horizontal, há toda uma estrutura significante que está na vertical também, ao mesmo tempo. Como nas pautas de uma partitura de piano, há duas escalas que se sobrepõem simultaneamente em harmonia. O que está fora da linearidade das cadeias significantes, não são, nesse caso, as significações, mas outra cadeia significante que se impõe em outro nível e em outro tempo que não é o de sucessão. Sobre isso, Lacan nos diz:

Não há cadeia significante, com efeito, que não sustente, como que apenso na pontuação de cada uma de suas unidades, tudo o que se articula de contextos atestados na vertical, por assim dizer, desse ponto (LACAN, 1998a, p. 507).

A partir desse ponto de vista, Lacan descreve os mecanismos do inconsciente por meio da metáfora, que se desenvolve numa dimensão vertical; e da metonímia, que se desenvolve numa dimensão horizontal e linear, conferindo ao inconsciente uma estrutura semelhante à estrutura de uma linguagem, ou seja, de uma composição e articulação de cadeias significantes que se encontram perpendicularmente num deslizamento perpétuo.

Lacan encontra, na teoria do significante, o suporte necessário para uma teoria do inconsciente. Na língua, o significante produz uma ordem capaz de engendrar valores que não são prévios à articulação das cadeias significantes, a saber: as relações associativas e sintagmáticas que são articuladas por um sujeito. De modo semelhante, o inconsciente é um sistema de elementos articulados em cadeias desprovidas de significação em si mesmas, mas passíveis de produzir significações por meio de um sujeito que se constitui a partir desses mesmos elementos. É desse modo que podemos visualizar como a noção de sujeito em Lacan se amolda às brechas deixadas por Saussure em sua reflexão sobre a língua.

No lugar onde a língua saussuriana supõe um sujeito incapaz diante da língua, Lacan teoriza um sujeito que é efeito de linguagem; onde a língua saussuriana supõe um sujeito que atua nos mecanismo da língua mesmo sem saber que o faz, Lacan teoriza um sujeito do inconsciente que opera nas cadeias significantes engendrando significações inéditas a partir da articulação significante.

Na mesma medida que o social é importante na teoria de língua saussuriana, o social se faz importante na constituição do sujeito lacaniano, pois o sujeito só se constitui em um ser a partir da linguagem, e esta é social primeiramente. O sujeito é constituído ao entrar numa ordem social, a família ou seus substitutos sociais, assim, ele entra também numa ordem de linguagem que o constituirá como sujeito. Novamente percebemos por que a teoria saussuriana é aquela que permite ou fornece um ancoradouro para Lacan desenvolver a sua

teoria: ao priorizar o social⁵, Saussure nos diz que a língua é anterior ao sujeito, e é exatamente isso que Lacan repetirá. Apesar das acusações de que a Psicanálise despreza a ordem social e a exclui, essa afirmação não corresponde à condição que permitirá ao sujeito se constituir. O significante que constitui o sujeito é, antes, de uma ordem social, apesar de que, a partir do momento em que passa a representar o sujeito para todos os outros significantes, ele é único e individual.

Num primeiro momento, essa ordem social se realiza a partir do Outro, que é uma estrutura significante, ou, nos termos de Lacan, o tesouro dos significantes, o que nos mostra que ele é da ordem dos significantes e não de um significado. Esse Outro é, nesse momento, encarnado na função materna, e o que esse Outro transmite não são valores culturais e ideológicos, mas uma estrutura significante que permitirá ao sujeito se constituir como tal. O sujeito surge como um ato de resposta aos significantes que o Outro lhe transmite, ou seja, esse significante será significado *a posteriori* por esse sujeito. Nesse momento, o sujeito e o Outro, não mais o Outro materno, serão constituídos pela via do significante. Podemos, assim, dizer que sem o Outro não haveria linguagem ou sujeito, na mesma medida em que sem linguagem não haveria o Outro ou o sujeito, se entendemos que o Outro é o campo do Simbólico e, dessa forma, o que permite a simbolização.

Novamente percebemos a importância fundamental da barra resistente à significação e da estrutura de linguagem para a teoria de um sujeito em Lacan. Pois se o significante correspondesse a um significado prévio, não haveria o sujeito, assim como se a linguagem não fosse anterior, como Saussure supunha, também não haveria o sujeito do inconsciente, pois essas noções são necessárias à sua constituição.

1.2 METÁFORA E METONÍMIA

O inconsciente não é o primordial nem o instintivo e, de elementar, conhece apenas os elementos do significante (LACAN, 1998a, p. 526).

Como vimos acima, Lacan utiliza a imagem saussuriana do esquema das duas massas amorfas, que é interpretada por ele como a imagem de um duplo fluxo, para apresentar

⁵ No capítulo seguinte teremos uma definição do termo *social* na reflexão saussuriana.

a estrutura da cadeia significante que se realiza por meio de duas operações ou dois movimentos de linguagem: a metáfora e a metonímia.

Freud, em *A interpretação de sonhos* (1900) e outros textos, havia apresentado as noções de deslocamento e condensação como mecanismos presentes nos sonhos e em outras formações do inconsciente, mecanismos esses que ele chamou de *processos primários*, ou seja, dentre outros processos, esses eram os movimentos de organização do inconsciente que predominavam.

Em seu ensino, Lacan relaciona esses mecanismos com as duas figuras de linguagem citadas, ou seja, a metáfora com a condensação e a metonímia com a noção de deslocamento.

Esses são movimentos de cadeias significantes que se realizam cada uma de um modo semelhante às figuras de linguagem citadas. Do ponto de vista da linguagem, a partir da reflexão saussuriana, percebemos a metáfora e a metonímia como mecanismos que realizam mais do que apenas conferir beleza e estilo ao texto. A noção de analogia, que será discutida nos capítulos posteriores, nos apresenta movimentos realizados pelas relações associativas e sintagmáticas semelhantes ao da metáfora e da metonímia. De modo mais específico, as relações associativas, do ponto de vista diacrônico, são semelhantes à metáfora lacaniana em seu funcionamento; na mesma medida, as relações sintagmáticas, do ponto de vista sincrônico, são semelhantes à metonímia lacaniana. Essa permissão conferida pelo sistema de língua ao sujeito permite, em outra instância, observar o sujeito operando na cadeia também pela via do inconsciente, pois toda a intervenção que Saussure permite ao sujeito realizar na língua é de uma total falta de razão, e, muitas vezes, de intenção.

Desse modo, podemos afirmar que essas cadeias significantes, ao se organizarem em movimentos metonímicos e metafóricos, demonstram a presença de um sujeito que engendra valores ou, nos termos de Lacan, são criadores de sentido para além dos sentidos admitidos. Talvez possamos ver uma explicação semelhante na teoria da analogia em Saussure.

Movimentos de linguagem semelhantes aos mecanismos do inconsciente, a metáfora e a metonímia lacaniana “só pode[m] operar por estar presente no sujeito” (LACAN, 1998a, p. 508). Um sujeito que é servo da linguagem, como citado anteriormente, – “[...] o sujeito, se pode parecer servo da linguagem, o é ainda mais de um discurso [...]” (LACAN, 1998a, p. 498) – ganha outra função: os movimentos de metáfora e de metonímia só existem por existir um sujeito que se “serve” da linguagem:

O que essa estrutura da cadeia significante revela é a possibilidade que eu tenho, justamente na medida em que sua língua me é comum com outros sujeitos, isto é, em que essa língua existe, de *me* servir dela para expressa *algo completamente diferente* do que ela diz. Função mais digna de ser enfatizada na fala que a de disfarçar o pensamento (quase sempre indefinível) do sujeito: a saber, a de indicar o lugar desse sujeito na busca da verdade (LACAN, 1998a, p. 508, grifos do autor).

A função do significante permite ao sujeito dizer “algo completamente diferente do que ela [a língua] diz”. Função que Lacan exemplifica com a metonímia “trinta velas”, referindo-se a um barco; assim, apenas uma parte do barco é tomada pelo seu todo. O sujeito se serve do significante “trinta velas” para expressar “barco” ou algo completamente diferente do que ele diz. “Trinta velas” e “barco” não possuem uma relação natural ou de significação, sendo assim, podemos dizer que “a ligação do navio com a vela não está em outro lugar senão no significante, e que é no de *palavra em palavra* dessa conexão que se apóia a metonímia” (LACAN, 1998a, p. 509). Podemos dizer, então, que a metonímia não é uma relação de significação, mas apenas de significantes, ou seja, repetindo Lacan: “de *palavra em palavra*”.

A outra vertente em que a função significante constitui um campo para a significação é a metáfora. Para Lacan, a metáfora não é apenas um modo de conferir ao texto beleza e estilo, mas é um movimento de substituição de um significante por outro na cadeia, produzindo um sentido novo, até então inédito. Também entendemos que, para Lacan, não há metáfora sem metonímia, pois toda metáfora é efeito de uma operação metonímica. Sobre a metáfora, ele diz:

[...] A poesia moderna e a escola surrealista fizeram-nos dar um grande passo ao demonstrar que qualquer conjunção de dois significantes seria equivalente para constituir uma metáfora [...] A centelha criadora da metáfora não brota da presentificação de duas imagens, isto é, de dois significantes igualmente atualizados. Ela brota entre dois significantes dos quais um substituiu o outro, assumindo seu lugar na cadeia significante, enquanto o significante oculto permanece presente em sua conexão (metonímica) com o resto da cadeia. *Uma palavra por outra*, eis a fórmula da metáfora (LACAN, 1998a, p. 510, grifo do autor).

Apesar de o significante surgir, primeiramente, no texto de 1957, como uma letra ou discurso, isto é, como instância da linguagem, a sua relação com o sujeito faz com que Lacan, muito além da letra para a Linguística, fale de um lugar da letra no *inconsciente*.

Ainda no texto de 1957, Lacan apresenta o inconsciente como uma cadeia de significantes que se repete e insiste, aproveitando as brechas no discurso consciente para

deixar suas marcas. Porém, teremos uma definição mais clara do significante lacaniano no texto *Subversão do sujeito e dialética do desejo*, onde ele apresenta a relação do significante com o sujeito do inconsciente. Leiamos:

Nossa definição do significante (não existe outra) é: um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante. Esse significante, portanto, será aquele para o qual todos os outros significantes representam o sujeito: ou seja, na falta desse significante, todos os demais não representariam nada. Já que nada é representado senão por algo [...] Simbolizável pela inerência de um (-1) no conjunto dos significantes (LACAN, 1998a, p. 833).

O significante separado do significado por uma barra pode assumir uma função diferente da de significar algo: a função de *representar o sujeito* e de determiná-lo. Aqui está a importância da barra: por não ter uma significação prévia, o significante pode representar o sujeito.

O sujeito é um efeito de linguagem e não é preexistente ao significante, ou seja, fora da cadeia significante não há possibilidade para o sujeito do inconsciente. Significante então passa a ser definido como aquilo que representa um sujeito, enquanto diferença, para outros significantes.

É a inscrição na ordem do significante (campo do Outro) que permite a um sujeito operar com as leis da linguagem e produzir significações que escapam à intenção do dizer, permitindo que um sentido se estabeleça.

Acerca do modo de funcionamento da metáfora e da metonímia, o texto de 1957 nos apresenta a questão do sujeito da seguinte forma:

A *Verdichtung*, condensação é a estrutura de superposição dos significantes em que ganha campo a metáfora, e cujo nome, por condensar em si mesmo a *Dichtung*, indica a conaturalidade desse mecanismo com a poesia, a ponto de envolver a função propriamente tradicional desta. A *Verschiebung* ou deslocamento é a mais próxima do termo alemão, o transporte da significação que a metonímia demonstra e que, desde seu aparecimento em Freud, é apresentado como o meio mais adequado para despistar a censura (LACAN, 1998a, p. 515, grifos do autor).

Lacan indica que os dois mecanismos do significante, metáfora e metonímia, são mecanismos semelhantes aos mecanismos encontrados por Freud no trabalho do sonho, ou seja, o “trabalho do sonho segue as leis do significante” (LACAN, 1998a, p. 515). A metáfora e a metonímia são apresentadas por Lacan como estruturas significantes que só podem ser articuladas porque há um sujeito que é resultado do movimento da cadeia

significante. Apesar de distintos, esses dois mecanismos não são independentes um do outro, mas “a metonímia está no ponto de partida, e é ela que torna possível a metáfora” (LACAN, 2002, p. 259).

As leis do inconsciente são definidas pelo algoritmo lacaniano que, por sua vez, descreve o fato de o significante incidir no significado. Esta teorização, que parte da linguagem, permite que Lacan desenvolva a função significante como lugar do sujeito. Leiamos:

Foi a co-presença, no significado, não só dos elementos da cadeia significante horizontal, mas de suas contigüidades verticais, que mostramos os efeitos, distribuídos, de acordo com duas estruturas fundamentais, na metonímia e na metáfora [...], a estrutura metonímica, indicando que é a conexão do significante com o significante que permite a elisão mediante a qual o significante instala a falta do ser na relação de objeto, servindo-se do valor de envio da significação para investi-la com o desejo visando essa falta que ele sustenta. [...] a manutenção da barra -, que marca no primeiro algoritmo a irredutibilidade em que se constitui, nas relações do significante com o significado, a resistência da significação [...] a estrutura metafórica, que indica que é na substituição do significante pelo significante que se produz um efeito de significação que é de poesia ou criação, ou, em outras palavras, do advento da significação em questão. [...] a transposição da barra -, bem como o valor constitutivo dessa transposição para a emergência da significação. Essa transposição exprime a condição da passagem do significante para o significado, cujo momento assinali, mais acima, confundindo-o provisoriamente com o lugar do sujeito (LACAN, 1998a, p. 519).

A estrutura metonímica instala uma falta e uma resistência à significação. A ligação entre dois significantes na cadeia numa relação de metonímia confere a possibilidade de um apagamento, desse modo o significante pode instalar a falta do ser na relação de objeto; a resistência à significação desse significante permite um deslizamento incessante, permitindo também a manifestação do desejo.

A função que Lacan descreve para a metonímia é: $f(S... S') S \equiv S(-) s$. O sinal de subtração colocado entre parênteses indica, para Lacan, a resistência a uma significação, ou seja, a “manutenção da barra”, o que descreve a relação metonímica entre significantes da cadeia como uma ligação puramente significante, vazia de significação. E, exatamente por isso, ela permite ao sujeito “expressar algo completamente diferente” (LACAN, 1998a, p. 508) do que a língua diz, ou seja: a possibilidade de outros sentidos, novos e inéditos. O sujeito está, portanto, no intervalo de um significante para outro significante. É desse modo que podemos entender que “um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante” (LACAN, 1998a, p. 833), ou seja, o sujeito é suposto pelo significante.

O sujeito surge no “patamar do significado” (LACAN, 1988a, p. 508), por isso está também barrado da cadeia significante, é apenas no deslizamento metonímico que a falta se instala e que o desejo do sujeito insiste, e, por sua vez, a significação só surgirá como um efeito de significante, que nunca se esgota.

A metáfora, para Lacan, é descrita por meio da função: $f(S'/S) S \equiv S (+)s$. O sinal de adição colocado entre parênteses indica que a barra, na estrutura metafórica, é transposta, e isso é positivo para a emergência da significação. A barra do recalque entre S' e S é transposta, permitindo que a metáfora se realize, efetuando a substituição de um significante da cadeia por outro significante. Essa substituição permite que a significação “fure” a barra, produzindo “um efeito de significação que é de poesia ou criação” (LACAN, 1998a, p. 519).

O efeito de poesia e criação nos chama a atenção para o fato de o sentido não nascer de uma simples substituição:

[...] a centelha criadora da metáfora não brota da presentificação de duas imagens, isto é, de dois significantes igualmente atualizados. Ela brota de dois significantes dos quais um substituiu o outro, assumindo seu lugar na cadeia significante, enquanto o significante oculto permanece presente em sua conexão (metonímica) com o resto da cadeia (LACAN, 1998a, p. 510).

O significante que foi substituído permanece em conexão com o resto da cadeia por uma relação metonímica, de falta. Os dois significantes em jogo na metáfora não estão igualmente atualizados, pois um foi “silenciado”, permanecendo, porém, “oculto”. A relação metonímica que deu origem à substituição permanece naquele ponto da cadeia, deixando aberta toda a cadeia significante vertical condensada e em apenso neste ponto. Para que exista a substituição de significantes, é necessário que exista uma identificação que impulse esta transposição, sim, porque “a metáfora supõe uma similaridade, a qual é manifestada unicamente pela posição” (LACAN, 2002, p. 249). Se os significantes podem tomar as mesmas posições, há a possibilidade de uma identificação, permitindo que um seja substituído por outro na cadeia significante. “Em suma, uma metáfora antes de mais nada é sustentada por uma articulação posicional” (LACAN, 2002, p. 528).

Isso quer dizer que o que a metáfora nos oferece é um efeito de significação, nunca um conteúdo. O fato de que a barra é transposta na metáfora indica um lugar do sujeito. Esta metáfora só pode existir por causa da relação metonímica, do deslizamento incessante de significante. “É preciso em primeiro lugar que a coordenação significante seja possível para que as transferências de significado possam se produzir” (LACAN, 2002, p. 261). Assim, a

substituição de S1 em relação a S2 na cadeia indica a produção de sentido onde o “sem-sentido é precisamente criador de significações, para além dos sentidos admitidos” (MILLER, 2002, p.29). Ainda sobre isso, lemos Lacan:

Esse jogo significante da metonímia e da metáfora, incluindo sua ponta ativa que fixa meu desejo numa recusa do significante ou numa falta do ser e ata minha sorte à questão de meu destino, esse jogo é jogado, até que a partida seja suspensa, em seu inexorável requinte, ali onde não estou, porque ali não posso situar. Isto é, poucas foram as palavras com que, por um momento, desconcertei meus ouvintes: penso onde não sou, logo sou onde não penso. Palavras que, para qualquer ouvido atento, deixam claro com que ambigüidades de jogo-do-anel escapa de nossas garras o anel do sentido no fio verbal. O que cumpre dizer é: eu não sou lá onde sou juguete de meu pensamento; penso naquilo que sou lá onde não penso pensar (LACAN, 1998a, p. 521).

O jogo significante da metonímia e da metáfora apresenta como o significante não está no mesmo plano do significado e, por isso, o sujeito que está barrado só pode encontrar seu lugar no jogo significante. O jogo-do-anel que Lacan evoca exemplifica o modo como, no jogo significante, o sentido se perde, “escapa de nossas garras o anel do sentido no fio verbal” (LACAN, 1998a, p. 521), ou seja: é na cadeia significante que o sentido “escapa” a uma vontade consciente, pois o deslizamento do significado sob o significante é sempre por uma ação inconsciente. Assim, “penso onde não sou, logo sou onde não penso” (LACAN, 1998a, p. 521), pois a significação está inacessível ao sujeito consciente. É apenas por meio do jogo significante que pode se dá qualquer busca pela significação, onde a metáfora é o sintoma desse sujeito e a metonímia o seu desejo. Lacan nos diz:

[...] se o sintoma é uma metáfora, dizê-lo não é uma metáfora, nem tampouco dizer que o desejo do homem é uma metonímia. Porque o sintoma é uma metáfora, quer se queira dizê-lo a si mesmo, e o desejo é uma metonímia, mesmo que o homem zombe disso (LACAN, 1998a, p. 532, grifo do autor).

De acordo com a citação acima, o sintoma é, segundo Lacan, uma das formas de manifestação do inconsciente, uma produção metafórica de substituição de significantes. Ao apresentar a natureza metafórica do sintoma, Lacan observa como as leis que operam no inconsciente são semelhantes às leis que organizam a linguagem.

A metáfora e a metonímia estão ligadas, pois, sendo a metáfora um representante de um desejo não realizado, ou seja, que está abaixo da barra de resistência à significação, o conteúdo barrado só tem acesso à realização se for transposta a barra, ou seja,

se houver uma metáfora. Lacan conclui: “O que equivale dizer que a realidade mais séria, e até, para o homem, a única que é séria, se considerarmos seu papel de suporte da metonímia de seu desejo, só pode ser abarcada na metáfora” (LACAN, 2003, p. 906).

Dessa forma, aquilo que está na base da realização da metáfora é o desejo como elemento desencadeador. O desejo é algo de natureza psíquica que *marca* uma falta do sujeito. Pois, ao se constituir sujeito, foi necessário perder algo que possibilita ao sujeito representar-se: um furo, um espaço vazio que o permite se constituir. Esse algo perdido num tempo passado é nomeado como o objeto *a*: esse objeto é causa do desejo por incidir como faltoso na experiência. Ele não é a mesma coisa de objeto de desejo, pois quando o desejo se volta para os objetos, ele o faz revestindo o objeto *a* de alguma significação que faz do objeto o alvo do desejo. Mas é sempre impossível, dado a existência da barra resistente à significação, que a causa do desejo e o objeto do desejo se encontrem. O que existe é sempre um desencontro que impulsiona o sujeito a falar, por exemplo, pois o que marca esse encontro é sempre a impossibilidade de satisfação plena, levando o sujeito a buscar a sua satisfação como se fosse possível obtê-la, como se fosse possível ao sujeito saber exatamente o que quer, pois o objeto causa do desejo, aquele que o sujeito busca, está recalcado.

Assim, o desejo é sempre o desejo do Outro, isso nos apresenta que o desejo não é caótico, mas é articulado no inconsciente, apesar de não ser articulado na linguagem. Aquilo que é impossível ao sujeito articular em palavras, na sua fala, é estruturado no inconsciente, e por isso o sujeito não pode ter acesso a conhecer o que quer o Outro. O desejo, dessa forma, é articulado sem a decisão ou vontade do sujeito, mas, ao mesmo tempo, com a sua escolha, no momento em que ele se faz sujeito do inconsciente.

Apesar de nem todo desejo conduzir à realização de um sintoma, podemos concluir que todo sintoma “nasce” de um desejo. Por isso, Lacan indicou que na metáfora, ao substituir um significante por outro, “o significante oculto permanece presente em sua conexão (*metonímica*) com o resto da cadeia” (LACAN, 1998a, p. 510, grifo nosso).

Lacan ensina que o sintoma sempre traz em si algo da ordem de uma satisfação, ou seja, “um efeito de significação”, uma realização possível de um determinado desejo. Possível, porque o desejo é algo que nunca se esgota e se a metáfora do sintoma traz consigo certa satisfação do desejo, essa nunca é completa. O sintoma apenas representa o desejo que está barrado. Por meio do sintoma, ele pode “furar” a barra através de “disfarces” que driblam a censura imposta pela barra, pois o desejo surge como algo diferente, como sintoma.

O sintoma, enquanto significante, é o resultado da ligação entre significantes de uma cadeia consolidada por um outro significante, ou seja, é um tipo de encadeamento entre significantes desprovidos de sentido, que só adquirem poder de significar por meio da relação metonímica que possuem com o resto da cadeia significante.

Por isso, o sentido só é observado retroativamente, quando o sujeito “dá” o sentido àquilo que já ocorreu. Só existe processo de significação porque há um sujeito operando na cadeia. A marca do sujeito é precisamente esta, e é neste momento que ele se constitui, visto que o sujeito é o resultado da representação de um significante para outro significante. Desse modo, é o significante que funda o sujeito, este não é preexistente.

O sintoma e o desejo, como significantes, repetem-se incessantemente, deslizam, constituindo o inconsciente por esse trabalho de repetição de significantes. Essa é a estrutura do inconsciente semelhante a uma linguagem.

Essa repetição incessante é apenas a simples reparação de um S1: significante mestre do sujeito que fora anteriormente reprimido, barrado, e, estando na cadeia metonímica como marca de uma falta, insiste em satisfazer essa falta por tentar atravessar a barra, produzindo um efeito metafórico, produzindo sintoma.

Apesar de aparecer sob diferentes formas, o sintoma, na qualidade de significante, repete-se de forma idêntica, pois a metaforização ocorre por um processo de identificação, ou melhor, é necessário que exista algo que assuma a mesma posição do S1, pois a metáfora “está ligada à possibilidade indefinida da função de substituição, a qual só é concebível no fundamento da relação posicional” (LACAN, 2002, p. 257).

Apesar de o sintoma ser o significante de uma falta, ele não é revelador de um sentido. Assim como a metáfora não apresenta o significado de forma simples – é preciso “escutar a poesia [...] para que nela se faça ouvir uma polifonia” (LACAN, 1998a, p. 506) –, também o sintoma não revela aquilo que é insuportável ao sujeito, por ser desprovido de sentido. O que ele apresenta é apenas um efeito.

O objetivo da metáfora é poder designar algo mediante um significante que é outro, e essa substituição é realizada por uma relação de semelhança enquanto que na cadeia metonímica existe uma relação de diferença. O que esses mecanismos realizam é um jogo entre o sentido apresentado e aquele que está em apenso, subtendido. Desse ponto de vista, podemos dizer que as relações sintagmáticas se assemelham às cadeias metonímicas, da mesma forma que as relações associativas se assemelham às cadeias metafóricas em seu funcionamento, baseado em relações de semelhança e diferença.

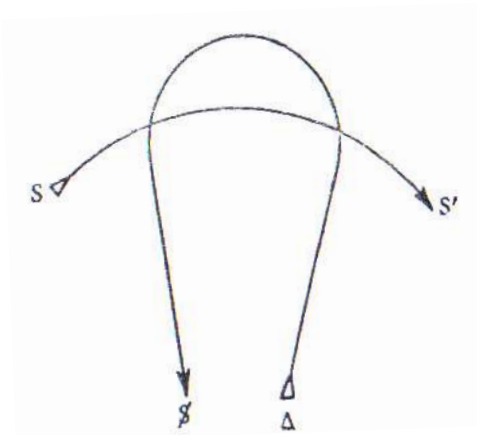
O que Lacan nos ensina é que metáfora e metonímia estão numa relação dialética, sendo impossível conceber uma sem a outra, pois a metáfora será sempre a metáfora de um desejo.

1.3 O PONTO DE BASTA

[...] *um nó, um ponto de aperto num feixe de significações, adquiridas ou não pelo sujeito* (LACAN, 2002, p. 316).

Lacan nos ensina que o sujeito é “definido por sua articulação com o significante” (LACAN, 1998a, p. 819). A cadeia significante, como já observamos, desliza incessantemente e é vazia de significação prévia. Esse momento é definido por Lacan como *ponto de basta*, ou seja, um limite no deslizamento perpétuo do significante sobre o significado.

Essa noção é exemplificada pelo seguinte gráfico⁶:

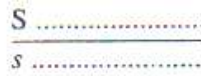


O *ponto de basta* é articulado na sincronia da linguagem, mas seu efeito é diacrônico na frase por um princípio de recorrência. O que observamos é que as duas curvas se movimentam em sentidos opostos, “o deslocamento de cada uma produz um deslocamento na outra” (LACAN, 1999, p. 17).

Ainda a fim de explicar o gráfico, Lacan recorre ao seu esquema anterior do signo:

⁶ Gráfico em Lacan (1999, p. 17).

Esse esquema se reduz a isto, que representa para vocês a cadeia de significantes:



O traço que vocês estão vendo ali, só fiz torcê-lo um pouco:



Do lado do significante opera a retroação do significante. Não importa que forma demos ao termo cadeia significante, a partir do momento em que há cadeia significante, existe frase. E existe frase quando alguma coisa se fecha no nível do significante, ou seja, tudo aquilo que foi enunciado de significante, em seu lugar, entre o começo e a pontuação. O sentido se fecha quando é dita a última palavra da frase (LACAN, 1999, p. 527).

Essa retroação do significante ocorre quando o primeiro ponto de cruzamento se produz e se obtém algum sentido num ponto anterior da cadeia significante, ou seja, quando é atingido o ponto P, se produz algo atrás no ponto P'⁷:



A função diacrônica da frase é a função que uma frase possui de só oferecer a sua significação “no último termo, sendo cada termo antecipado na construção dos outros e, inversamente, selando-lhes o sentido por seu efeito retroativo” (LACAN, 1999, p. 528). Esse efeito retroativo no tempo é o que Lacan exemplificou com as frases interrompidas no seu texto de 1957, *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*:

É o que se vê, no nível da frase, quando ela é interrompida antes do termo significativo: Eu nunca... A verdade é que... Talvez também... Nem por isso ela deixa de fazer sentido ainda mais expressivo na medida em que se basta ao se fazer esperar (LACAN, 1998a, p. 505).

A função diacrônica também é enfatizada por Lacan na análise da tragédia de Racine, *Athalie* (1691), ao falar do *ponto de basta* como uma função significante:

⁷ Gráfico em Lacan (1999, p. 528).

Se vocês tivessem uma orelha semelhante a uma máquina, a cada instante do desenvolvimento da frase seguiria um sentido. *Sim, eu* tem um sentido, que faz mesmo provavelmente o alcance do texto [...] É preciso verdadeiramente que tenha terminado para que se saiba do que se trata. A frase só existe acabada, e seu sentido lhe vem só depois [...] Estamos aí na ordem dos significantes, e espero ter-lhes feito sentir o que é a continuidade do significante. Uma unidade significante supõe uma certa laçada enlaçada que situa os seus diferentes elementos (LACAN, 2002, p. 296-297).

Na tragédia, os atores dizem a frase “sim, eu venho” e a cortina do teatro desce sem que a frase se complete, deixando a cena suspensa no vazio de sentido que estes significantes oferecem. O sentido da frase só será observado quando, depois, num segundo tempo, a cortina subir novamente e os atores terminarem a frase, para que assim o sentido seja apresentado. O significante, por natureza destituído de qualquer significação, só será significado no final da frase, mediante o sujeito. Porém, esse momento constitui uma “relação sempre fluida, sempre pronta a se desfazer” (LACAN, 2002, p. 296), ou seja, a se fazer e se desfazer no decorrer do discurso linear.

O diálogo da tragédia francesa nos apresenta a separação do significante e do significado que a barra opera e a necessidade de um *ponto de basta* nesse deslizamento perpétuo entre significante e significado. É o que podemos observar no comentário de Lacan sobre as suas considerações anteriores:

A relação do significante com o significado, tão sensível nesse diálogo dramático, levou-me a fazer referência ao célebre esquema de Ferdinand de Saussure em que vemos representado o duplo fluxo paralelo do significante e do significado, distintos e fadados a um perpétuo deslizamento um sobre o outro. Foi a propósito disso que forjei a imagem, retirada da técnica do estofador, do ponto de basta. É preciso que em algum ponto, com efeito, o tecido de um se prenda ao tecido do outro, para que saibamos a que nos atermos, pelo menos nos limites possíveis desses deslizamentos. Existem pontos de basta, mas eles deixam uma certa elasticidade nas ligações entre os dois termos (LACAN, 1999, p. 15).

A relação da cadeia significante com cadeia significada se dá por meio dos *pontos de basta*, porém eles “deixam uma certa elasticidade”, ou seja, não há fixidez nessa ligação que o *ponto de basta* opera.

Essa junção nunca é semelhante a uma colagem:

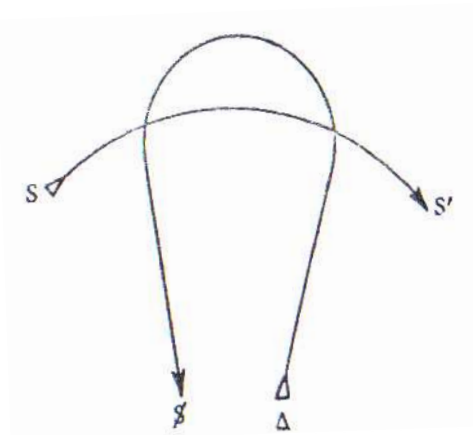
nunca se pode grampear de maneira definitiva uma significação a um significante. Se se tenta fazê-lo, nunca se consegue mais do que grampear outro significante a esse primeiro significante ou suscitar nova significação e assim por diante, sem fim (LEMAIRE, 1989, p. 165).

Ou seja, a junção entre significante e significado é essencialmente mítica, o significado real procurado está recalcado. Lacan afirma:

A amarração de que falo, o ponto de basta, é tão somente uma história mítica, pois ninguém jamais pode alinhar uma significação num significante. Em contrapartida, o que se pode fazer é atar um significante num significante e ver no que dá. Nesse caso, sempre se produz alguma coisa de novo, a qual, às vezes, é tão inesperada quanto uma reação química, ou seja, o surgimento de uma nova significação (LACAN, 1999, p. 202).

Apesar de, em um primeiro momento, o gráfico inicial apresentar uma relação entre a cadeia significante e a cadeia significada, Lacan nos diz que o *ponto de basta* é um momento mítico, e o que “se pode fazer é atar um significante num significante”, como nos diz a citação acima.

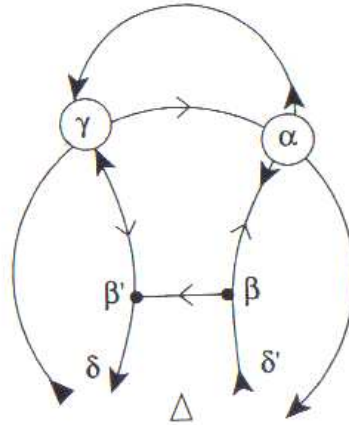
Voltemos à imagem do gráfico inicial para entendermos a questão⁸:



A primeira linha, o vetor $S S'$, é cortado em dois pontos pelo vetor da cadeia significada. O segundo ponto, o *ponto de basta*, produz um efeito de sentido e produz, ao seu final, um sujeito. Porém, Lacan substituiu esse primeiro gráfico, afirmando que é “impossível, efetivamente, representar no mesmo plano o significante, o significado e o sujeito” (LACAN, 1999, p. 18). Então ele nos apresenta o gráfico seguinte⁹:

⁸ Gráfico em Lacan (1999, p. 17).

⁹ Gráfico em Lacan (1999, p. 18).



Neste, “estamos inteiramente no plano do significante” (LACAN, 1999, p. 18), pois os efeitos do significado não podem ser representados, a não ser misticamente. O que ocorre é que ligamos um significante a outro significante numa incessante busca pela significação. Lacan nos explica: “A primeira linha representa a cadeia que permanece inteiramente permeável aos efeitos propriamente significantes da metáfora e da metonímia” (LACAN, 1999, p. 18). Sobre a segunda linha e sua relação com a primeira, Lacan nos diz:

Como vocês podem ver, portanto, esta linha é o discurso concreto do sujeito individual, daquele que fala e se faz ouvir, é o discurso que se pode gravar num disco, ao passo que a primeira é tudo o que isso inclui como possibilidades de decomposição, de interpretação, de ressonância e de efeitos metafórico e metonímico. Uma vai no sentido inverso da outra, pela simples razão de que elas deslizam uma sobre a outra. Mas uma corta a outra. E elas se cortam em dois pontos perfeitamente reconhecíveis (LACAN, 1999, p. 19).

Lacan nos apresenta os dois pontos – o primeiro representado pela letra grega *alfa* e o segundo por *gama* – do seguinte modo:

Eis, portanto, o encontro primeiro, que se dá no nível daquilo a que chamamos código. O segundo encontro, que fecha o circuito, que constitui o sentido, que o constitui a partir do código, com que se deparou inicialmente no circuito, dá-se no ponto de chegada assinalado por γ . [...] O resultado desta conjunção do discurso com o significante, como suporte criador do sentido, é a mensagem (LACAN, 1999, p. 20).

Na mensagem do discurso, só é possível que exista um sentido se a cadeia significante cortar a cadeia do discurso vazio, se não, há apenas palavras vazias de sentido. Quando a cadeia metonímica do desejo corta a cadeia do discurso, o que ocorre é uma metáfora, que produz um efeito de sentido no discurso vazio.

Na maior parte do tempo, nenhuma verdade é anunciada, pela simples razão de que, na maioria dos casos, o discurso absolutamente não atravessa a cadeia significante, que é o puro e simples ronronar da repetição, o moinho de palavras, que passa num circuito entre β e β' [...]. Há, por um lado, em β' , o objeto, no sentido do objeto metonímico de que lhes falei no ano passado. Há, por outro lado, β , o [Eu], no que ele indica o lugar daquele que fala (LACAN 1999, p. 20).

Desse modo, o Eu indica que existe um lugar para o falante na cadeia do discurso. Essa indicação pode não ser feita necessariamente pelo pronome pessoal eu. O Eu não significa o sujeito falante, apenas indica o seu lugar na cadeia significante. Em *A subversão do sujeito e a dialética do desejo*, Lacan retoma a questão dizendo:

O que quer dizer que designa o sujeito da enunciação, mas não o significa. É o que se evidencia pelo fato de que todo significante do sujeito da enunciação pode faltar no enunciado, além de haver os que diferem do [Eu], e não apenas no que é insuficientemente chamado de casos da primeira pessoa do singular, se lhe acrescentarmos seu alojamento na invocação plural e até no *Si* da auto-sugestão (LACAN, 1998a, p. 814).

O gráfico ainda indica que as linhas vão da mensagem (γ) ao código (α) e do código à mensagem. Acerca disso, Lacan nos explica: “Com efeito, a linha de retorno existe e, se não existisse, não haveria a mínima esperança de criação de sentido, como lhes indica o esquema” (LACAN, 1999, p. 21).

Esse é o circuito que constitui o sentido, e, para que ele exista, são necessários o Eu e o objeto metonímico, “esse objeto que nunca está ali, que está sempre situado em outro lugar, que é sempre outra coisa” (LACAN, 1999, p. 22).

No momento do corte no discurso, observamos o sujeito no final desse processo, como o gráfico anterior indica. É no momento em que o discurso “tropeça” que podemos perceber a criação de uma nova significação, diferente daquela que o código oferece, mas que só pode ser interpretada por partir dele e retornar, como indicam as setas do circuito do sentido. Assim, onde um sentido inédito pode ser percebido, há também a possibilidade de perceber o sujeito.

Observemos a cadeia significante: ela opera de duas formas, como metáfora e como metonímia. O *ponto de basta* é o momento em que, quando as cadeias significantes produzem um efeito de sentido, é possível observar o sujeito como decorrência desse movimento. O que antes estava barrado, agora surge como um efeito de sentido. Isso é explicado por Lacan em *Radiofonia* (1970). Ao falar da metáfora e da metonímia, ele diz:

Deixo para lá: isso é o que denominei de ponto de basta, para ilustrar o que chamarei de efeito Saussure de ruptura do significado pelo significante [...]. Transposto o lustro, alguém se lançou a fazer do ponto de basta, que decerto lhe retivera a atenção, a “ancoragem” assumida pela linguagem do inconsciente. [...]. A metáfora e a metonímia [...] forneciam o princípio com que engendrei o dinamismo do inconsciente (LACAN, 2003, p. 414).

Lacan nos apresenta a metáfora e a metonímia como movimentos do inconsciente. O inconsciente não possui um *ponto de basta*, ele é um aluvião.

No instante em que a cadeia do discurso é rompida pela cadeia metonímica, ocorre um efeito de metáfora que produz um efeito de sentido, e só desse modo podemos perceber o sujeito como aquele que promove essa quebra da linearidade do discurso: “O sujeito se produz como corte: que lhe serve de estofo” (LACAN, 2003, p. 416).

Assim, podemos dizer que a cadeia significante “carrega” o sujeito e seu desejo. Lembremos da função metonímica do desejo: $f(S... S') S'' \equiv S(-) s$. O S está ligado na cadeia ao S' , tudo em relação a S'' , o que leva a colocar S numa certa relação metonímica com s no nível da significação. O sinal de subtração indica que o sentido está barrado, ou seja, o significante está vazio de qualquer significação, pois está recalcado.

[...] não existe objeto a não ser metonímico, sendo o objeto do desejo objeto do desejo do Outro, e sendo o desejo de Outra coisa – muito precisamente, daquilo que falta, a , o objeto perdido primordialmente, na medida em que Freud mostra-o sempre por ser reencontrado (LACAN, 1999, p. 16).

O que observamos é uma metáfora do objeto do desejo metonímico. Ele “fura” a barra, ou seja, opera um corte no discurso em dois pontos, unindo o significante a outro significante numa substituição, ou seja, produzindo uma metáfora.

A função da metáfora – $f(S'/S) S'' \equiv S(+)$ s – nos permite observar que a substituição de S por S' em relação a S'' leva a $S(+)$ s , que indica uma criação de sentido. Quando a cadeia significante corta a cadeia do discurso vazio, o que temos é uma substituição metafórica, ou seja: uma criação de sentido onde aparentemente não há sentido, pois “não há sentido senão metafórico, só surgindo da substituição de um significante por outro significante” (LACAN, 1999, p. 16). Lembremos que a metáfora é sempre a metáfora de um desejo, e por isso o gráfico indica a presença do objeto metonímico.

A cadeia significante, antes de operar um corte na cadeia do discurso vazio, é essencialmente metonímica. Assim, podemos dizer que é a cadeia metonímica do desejo do sujeito que insiste na cadeia do discurso articulado e surge como uma metáfora de um

referente ausente: o significante-mestre. Por meio desse jogo, o sujeito “dá”, neste ponto do discurso, um efeito de sentido que só é entendido num segundo tempo, retroativamente.

Entender como as cadeias significantes metonímicas e metafóricas permitem a produção de sentido num momento mítico, o *ponto de basta*, nos lembra os movimentos do sujeito na estrutura do sistema linguístico saussuriano. Ao tomarmos o sintagma como uma cadeia significante, ou mais, como uma cadeia metonímica onde a relação é feita de palavra em palavra na linha do discurso, e ao mesmo tempo considerarmos o movimento das relações associativas como correlatas da cadeia significante da metáfora, que implicam numa substituição de um referente ausente e igualmente atualizável, percebemos como o sujeito do inconsciente permite compreender o sujeito suposto pela língua saussuriana.

No momento em que o sujeito lacaniano surge no lugar do sentido, entre o que resta do deslizamento de um significante para outro, nos aponta para o mesmo lugar onde a língua saussuriana supõe o sujeito.

O movimento das analogias explicado por Saussure é semelhante ao do *ponto de basta*, pois necessita de um segundo tempo para que o sentido “apareça”: é necessário um tempo retroativo para que uma analogia produza realmente um novo valor. Por isso, apesar de ocorrer na sincronia, Saussure a explica como diacrônica. É só ao olhar retroativamente que se pode conferir o valor de uma analogia, ou seja, seu sentido só pode ser apreendido num depois, da mesma forma do funcionamento do *ponto de basta*.

Podemos ler no texto *Mais, ainda* que, na rede de significantes, numa sincronia deles, podemos encontrar as funções de diferença e semelhança que são essenciais na constituição da metáfora por uma diacronia. Lacan afirma:

Digamos somente que encontramos nas articulações de Freud, sem ambigüidade, de que não se trata apenas de uma sincronia de significantes, de uma rede formada de associações qualquer e de contigüidades. Os significantes só podem se constituir na simultaneidade em razão de uma estrutura muito definida da diacronia constituinte. A diacronia é orientada pela estrutura (LACAN, 1998b, p. 49).

A metáfora, da mesma forma da analogia, permite perceber o sujeito. Tanto do ponto de vista da língua, como do inconsciente. Semelhante ao processo através do qual a metonímia permite a metáfora, a sincronia oferece material para as criações analógicas.

1.4 O IMPOSSÍVEL

Digo sempre a verdade: não toda, porque dizê-la toda não se consegue (LACAN, 1993, p. 11).

Anteriormente, observamos como a barra que separa o significante do significado possui, na teorização lacaniana, uma importância fundamental ao apresentar o fato de que não há relação unívoca entre o significante e o significado. Uma das consequências dessa consideração está no fato de que a linguagem é a expressão de uma impossibilidade e também a causa desta.

Esta impossibilidade permite que a estrutura funcione como uma correção do que é caótico, como o real, oferecendo a sensação de ordem que temos quando falamos e supomos colar um significante a um significado, ou seja: supomos a possibilidade de existir um *ponto de basta*, quando, na verdade, este momento, como vimos mais acima, é essencialmente mítico.

Observamos que o encontro entre significante e significado não ocorre, pois o significado real está recalcado, o que “se pode fazer é atar um significante num significante” (LACAN, 1999, p. 202). É precisamente neste ponto em que se dá uma busca pela significação: lugar onde o sujeito é produzido como efeito de linguagem.

Lacan nos ensina que somos seres constituídos pela linguagem e submetidos à sua lei, ou seja, à metáfora e à metonímia. Entre outros aspectos que caracterizam a lei da linguagem, está o fato de que esta se constitui por significantes que sempre significam algo para outro significante, estabelecendo uma cadeia infinita, de forma que não existe relação fechada do significante com o significado. Logo, essa dinâmica impõe a polissemia, a variabilidade de sentidos e a impossibilidade de seu fechamento, e até mesmo a ausência de um sentido, nos termos de Lacan.

A partir desse ponto de vista, podemos perceber que o sujeito não é uma positividade, mas apenas o supomos, não o encontramos na realidade, o sujeito é constituído por uma negatividade: a impossibilidade de dizer tudo. Por ser fundado e constituído pela linguagem, ou seja, por ser reconhecido apenas na rede de significantes, é nesta rede que o sujeito pode ser percebido como positivo. Desse modo, podemos dizer que, para Lacan, o sujeito é suposto pela linguagem.

Lacan nos ensina que o sujeito é “simbolizável pela inerência de um (-1) no conjunto dos significantes” (LACAN, 1998b, p. 833), ou seja, um número imaginário. Não há representação para ele no conjunto dos números reais, mas não podemos dizer que este número não existe, sua existência é suposta pela relação dos outros números e fatos matemáticos. Semelhantemente, o sujeito lacaniano não pode ser representado no real, mas apenas por um efeito de significante: o significante supõe a existência do sujeito. Assim, como os números imaginários são negativos, o sujeito existe em sua negatividade, ou seja, na impossibilidade de uma positividade inerente a ele. O sujeito não nasce, não se desenvolve, ele é concebido pela linguagem, se constitui.

Lacan define a relação do sujeito e da linguagem dizendo que “um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante” (LACAN, 1998a, p. 833), frase amiúde repetida nestas linhas pela sua importância fundamental nesta teorização. Assim, segundo a frase lacaniana, aparentemente, o que podemos ter do sujeito não é senão uma representação. A significação está barrada, por sua vez, o significante não pode dizer toda a verdade do sujeito. Desse modo, falar toda a verdade do sujeito é impossível. Lacan nos diz:

Freud, para localizar a verdade – eu mostrei a vocês quando estudei as formações do inconsciente – se remeteu a uma certa escansão significante. O que justifica essa confiança é uma referência ao real. Mas o mínimo que se pode dizer é que o real não se entrega a ele facilmente (LACAN, 1998b, p. 43).

No seminário 20, Lacan ainda comenta sobre a relação da verdade e do saber do sujeito:

Que o verdadeiro visa o real, este enunciado é fruto de uma longa redução das pretensões à verdade. Por toda a parte onde a verdade se apresenta, se afirma como de um ideal do qual a palavra pode ser o suporte, ela não se atinge assim tão facilmente. Quanto à análise, se ela se coloca por presunção, é mesmo por esta, de que se possa constituir, por sua experiência, um saber sobre a verdade (LACAN, 1985, p. 123).

A verdade da qual a palavra é suporte não se atinge facilmente. O termo verdade, para Lacan, se relaciona a sua origem jurídica e à necessidade de uma testemunha que a fale, ou que saiba a verdade. Lacan, no seu vigésimo seminário, afirma:

Ainda em nossos dias, à testemunha é solicitado dizer a verdade, e ainda mais, toda, se ela puder – como é, vejam só, que ela poderia? – Reclama-se dela toda a verdade sobre o que ela sabe. Mas, de fato, o que é procurado, e

mais do que qualquer outra coisa no testemunho jurídico, é do que poder julgar o que é do seu gozo (LACAN, 1985, p. 124).

Toda a verdade é exatamente o que não se pode dizer. Como Lacan nos ensina, a verdade “é o que só se pode dizer com a condição de não levá-la até o fim, de só se fazer semi-dizê-la” (LACAN, 1985, p. 124). Porém, o saber, este pode ser articulado, leiamos: “Vou direto ao de que se trata – o saber, ele é um enigma. Esse enigma nos é presentificado pelo inconsciente tal como se revelou pelo discurso analítico. Ele se enuncia assim – para o ser falante, o saber é o que se articula” (LACAN, 1985, p. 190). Ou seja, o inconsciente testemunha um saber que muitas vezes escapa ao falante, pois este saber, sobre o qual não se sabe, segundo Lacan, se baseia no significante.

Eles sabem, eles sabem, os sujeitos. Mas mesmo assim não sabem tudo. No nível desse não-tudo não há senão o Outro a não saber. É o Outro que faz o não-tudo, justamente no que ele é a parte que de-todo-não-sabe nesse não-tudo (LACAN, 1985, p. 133).

Dessa forma, baseado na ideia de língua como sistema, Lacan subverte a relação entre o sujeito e o saber que Descartes inaugura. O sujeito, ao contrário do que o filósofo disse, não tem uma relação direta com o saber, ele é justamente aquele que não sabe tudo. Essa relação carrega a marca da impossibilidade de satisfação por parte do sujeito, pois ao circular entre a necessidade e a demanda, o que existe é sempre um desencontro entre o que se pede e a satisfação do desejo, pois o sujeito nunca sabe tudo sobre o seu desejo.

O fato do desejo não ser articulável não significa que ele é caótico ou desordenado. Antes, ele é articulado no inconsciente. O que é impossível para o sujeito articular na linguagem, o objeto *a*, é estruturado, ou seja, articulável no inconsciente. O desencontro e a impossibilidade de satisfação são próprios da estrutura do inconsciente, da não proporção entre significante e significado, separados por uma barra resistente à significação.

Desse modo, o significante do desejo instaura uma falta que impulsiona o sujeito por toda a vida, por isso ele é também o significante da falta que determina o sujeito na sua relação com o significante. É, portanto, o significante dessa falta, ou dessa ausência de ser, que está por trás da própria relação do sujeito com o significante, ou seja: não existe, antes do significante, um sujeito, mas é o significante que nomeia o espaço vazio no qual o sujeito se constituirá como tal.

O sujeito não pode saber toda a verdade, pois o Outro não a conhece toda. Lacan, em 1973, nos ensina:

É daí que a imputação do inconsciente é um fato de incrível caridade. Eles sabem, os sujeitos. Mas enfim, mesmo assim eles não sabem tudo. No nível desse não-tudo não há senão o Outro a não saber. É o Outro que faz o não-tudo, justamente no que ele é a parte que de-todo-não-sabe nesse não-tudo (LACAN, 1985, p. 133).

O não-tudo da verdade se trata de finito, de limites, do que há de particular, a exceção. Percebemos a não aderência de um significado a um significante. A mesma inadequação que se constata entre o pensamento e o objeto pensado se dá entre o desejo e seu objeto, de forma que o desejo pode ser apenas parcialmente satisfeito. A causa é a mesma que se dá na impossibilidade da comunicação plena.

Essa impossibilidade é estrutural e ela vale tanto no sentido da relação do desejo com seu objeto, quanto para a linguagem em si. Todo dizer é semi-dizer que permite outros sentidos.

Quando as relações são organizadas pelo imaginário, produz-se a ilusão de adequação e correspondência entre objeto e desejo, portanto, produz-se a ilusão de que há, de fato, uma relação. Porém, ela não existe no real. Mediada pelo significante, estabelecer-se no real é impossível.

A relação é impossível porque não existe UM objeto que possa proporcionar a satisfação total, mas apenas parcial. Da mesma forma como um significante sempre significa algo para outro significante, o sujeito encontra seu lugar nessa rede de significantes.

Acerca da rede de significantes, Lacan (1998b, p. 48) nos esclarece que na rede de significantes, numa sincronia deles, podemos encontrar as funções de diferença e semelhança que são essenciais na constituição da metáfora por uma diacronia. Lacan afirma:

Digamos somente que encontramos nas articulações de Freud, sem ambigüidade, de que não se trata apenas de uma sincronia de significantes, de uma rede formada de associações qualquer e de contigüidades. Os significantes só podem se constituir na simultaneidade em razão de uma estrutura muito definida da diacronia constituinte. A diacronia é orientada pela estrutura (LACAN, 1998b, p. 49).

Encontramos nessa rede, a repetição: “o real é aqui o que retorna sempre ao mesmo lugar – esse lugar onde o sujeito, na medida em que ele cogita, não o encontra” (LACAN, 1998b, p. 52). O sujeito não encontra o real, a não ser nas relações de sincronia e de

diacronia, ou seja, de metonímia e de metáfora da rede de significantes. Desse modo, podemos concluir que o imaginário, o simbólico e o real são igualmente importantes na teorização do sujeito em sua relação com a linguagem, pois aquilo que ocorre no real, embora seja impossível de ser apreendido, pode ser simbolizado, ou seja, podemos usar o simbólico para descrever algo que está no real, e por isso, fora do nosso alcance. Mas qual acesso ao real nos é permitido?

Há relação de ser eu não se pode saber. É dele então, em meu ensino, que interrogo a estrutura, no que esse saber – acabei de dizer isto – impossível é, por isso, proibido. É aqui que jogo com o equívoco – esse saber impossível é censurado, proibido, mas não o é se vocês escreverem convenientemente o *inter-dito*, ele é dito entre palavras, entre linhas. Trata-se de denunciar a que sorte de real os permite acesso (LACAN, 1985, p. 162, grifo do autor).

O saber é presentificado pelo inconsciente, por isso só aparece no inter-dito, ou seja, entre palavras, é apenas esse o acesso que temos a ele. Essa consideração nos leva ao questionamento da linguagem como instrumento de comunicação. Leiamos a consideração de Lacan acerca do assunto: “É igualmente enunciado que a linguagem serve para a comunicação. Comunicação – a propósito do quê, é preciso perguntar-se [...]. A comunicação implica a referência” (LACAN, 1985, p. 188).

A comunicação está suscetível de falhas, equívocos, porém, Lacan não afirma que a comunicação não existe, mas que esta “implica a referência”, ou seja, é a referência que não é estabelecida:

O que caracteriza, no nível da distinção significante/significado, a relação do significado ao que lá está como terceiro indispensável, isto é, o referente, é propriamente que o significado rateia. O colimador não funciona. O cúmulo do cúmulo é que a gente chega, mesmo assim, a se servir dele, no que passando por outros truques (LACAN, 1985, p. 31).

Porém, as palavras acima nos apresentam a surpreendente constatação de que apesar de falha, nos servimos desta para nos entender, bem ou mal. Lacan continua, no seu texto de 1973, a dizer que o inconsciente estruturado como uma linguagem refere-se especialmente ao que ele denomina como *alíngua*:

Só que, uma coisa é clara, a linguagem é apenas aquilo que o discurso científico elabora para dar conta do que eu chamo alíngua. Alíngua serve para coisas inteiramente diferentes da comunicação. É o que a experiência do inconsciente mostrou, no que ele é feito de alíngua, essa alíngua que vocês sabem que eu a escrevo numa só palavra, para designar o que é a

ocupação de cada um de nós, *alíngua* dita materna, e não por nada dita assim (LACAN, 1985, p. 188).

A *alíngua* não serve para o diálogo, mas está destinada ao equívoco, é modelo da estrutura do inconsciente. Ainda no texto de 26 de junho de 1973, último do seu vigésimo seminário, ele declara: “Se eu disse que a linguagem é aquilo como o que o inconsciente é estruturado, é mesmo porque, a linguagem, de começo, ela não existe. A linguagem é que se tenta saber concernentemente à função da *alíngua*” (LACAN, 1985, p. 189). Ainda sobre sua relação com o inconsciente, o texto continua:

O inconsciente é o testemunho de um saber, no que em grande parte ele escapa ao ser falante. Este ser dá oportunidade de perceber até onde vão os efeitos da *alíngua*, pelo seguinte, que ele apresenta toda sorte de afetos que restam enigmático. Esses afetos são o que resulta da presença de *alíngua* no que, de saber, ela articula coisas que vão muito mais longe do que aquilo que o ser falante suporta de saber enunciado (LACAN, 1985, p. 190)

Percebemos que a linguagem é feita de *alíngua*. Lacan nos ensina que o inconsciente é “um saber-fazer com *alíngua*” (LACAN, 1985, p. 190). Porém, *alíngua* suporta o saber que não é suportado pela linguagem, um saber do sujeito, permitindo ao inconsciente estruturar-se como uma linguagem. Ou seja, a *alíngua* é suporte para a linguagem, por isso a linguagem não é apenas comunicação, mas ela suporta um saber que vai além do que o sujeito pode enunciar. Acerca disso, Lacan nos apresenta a seguinte hipótese:

Minha hipótese é a de que o indivíduo que é afetado pelo inconsciente é o mesmo que constitui o que chamo de sujeito de um significante. O que enuncio nesta fórmula mínima de que um significante representa um sujeito para um outro significante. O significante, em si mesmo, não é nada de definível senão como uma diferença para com um outro significante. É a introdução da diferença enquanto tal, no campo, que permite extrair da *alíngua* o que é do significante (LACAN, 1985, p. 194).

Desse modo, o significante constitui um signo para o sujeito por meio da diferença. Se não há diferença no jogo de significantes, não há representação do sujeito. Voltemos às palavras do texto de 1973:

O significante é signo de um sujeito. Enquanto suporte formal, o significante atinge um outro que não aquele que ele é cruamente, ele, como significante, um outro que ele afeta e que dele é feito sujeito, ou, pelo menos, que passa por sê-lo. É nisto que o sujeito se acha ser, e somente para o ser falante, um ente cujo ser está alhures, como mostra o predicado. O sujeito não é jamais

senão pontual e evanescente, pois ele só é sujeito por um significante, e para um outro significante (LACAN, 1985, p. 195).

O sujeito é feito da diferença. O significante Um, entre os outros significantes, permite que a diferença seja estabelecida na estrutura, e garante que toda cadeia significante exista a partir desse Um, ou seja, o significante-mestre que suporta a relação de S1 com S2. Essa relação define na fórmula: $S1 (S1 (S1 (S1 \rightarrow S2)))$.

A fórmula é explicada por Lacan nos seguintes termos:

S1, esse um, o enxame, significante-mestre, é o que garante a unidade, a unidade de copulação do sujeito com o saber (S2). [...] O significante Um não é um significante qualquer. Ele é a ordem significante, no que ela se instaura pelo envolvimento pelo qual toda a cadeia subsiste. [...] A questão é saber se essa relação é simétrica, antissimétrica, transitiva ou outra, se o sujeito se transfere do S2 a um S3 e assim por diante (LACAN, 1985, p. 195).

A *alíngua*, por sua vez, é definida nos termos do significante: “O Um encarnado na alíngua é algo que resta indeciso entre o fonema, a palavra, a frase, mesmo todo o pensamento. É o de que se trata no que chamo de significante-mestre” (LACAN, 1985, p. 195). Assim, a *alíngua* é definida na sucessão linear das unidades do discurso, ou seja, na sincronia de significantes que é sustentada por uma diacronia.

É na *alíngua* e na diferença de significantes estabelecida na diacronia e na sincronia que o sujeito se constitui como “efeito do saber inconsciente” (LACAN, 1985, p. 198). Ou seja, como um efeito de linguagem, não como uma positividade pré-existente, mas fundado na diferença. O sujeito lacaniano é definido em sua negatividade, na impossibilidade de dizer tudo.

A noção de sujeito do inconsciente, que observamos nas páginas anteriores a partir dos conceitos de significante, metáfora, metonímia, ponto de basta e do impossível é a primeira lente que utilizamos para, num segundo momento, observarmos o sujeito como decorrência do sistema na reflexão de Saussure. É esta noção de um sujeito como efeito de um movimento de linguagem, ou seja, efeito de significantes, que será utilizada para falarmos de uma permissão para pensar o sujeito em sua relação com a língua.

No capítulo seguinte, observaremos uma segunda lente que nos ajudará a perceber como o sujeito do inconsciente permite-nos falar de um lugar para o sujeito no sistema de valores saussuriano. Esta segunda lente é perspectiva sistêmica em que Saussure edificou as bases de sua reflexão.

Capítulo II

UM RETORNO A SAUSSURE

CAPÍTULO II

UM RETORNO A SAUSSURE

O vigor de um pensamento que, à imagem da fênix, não morre, senão para ressurgir mais belo (Rudolf Engler, por ocasião da inauguração do Instituto Ferdinand de Saussure).

Há quase meio século, vivenciamos um movimento de retorno a Saussure instigado por obras de releitura da teoria do professor. Este retorno foi marcado pelo estudo realizado por Robert Godel: *Les sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale de Ferdinand Saussure* (1969). Outros estudiosos seguiram também o caminho de retornar à reflexão saussuriana. Podemos citar a edição crítica de Rudolf Engler (1968 e 1974), além de obras realizadas por Tullio de Mauro, Amacker, Jäger e Wunderli. Mais recentemente, citamos os trabalhos de Johannes Fehr: *Linguistik und Semiologie* (1997) e *Saussure: cours, publications, manuscrits, lettres et documents: les contours de l'oeuvre posthume et ses rapports avec l'oeuvre publiée* (1996), entre outros trabalhos importantes acerca do tema.

Este movimento de retorno a Saussure continua a ser realizado mesmo após 93 anos de publicação do CLG. Este fato nos diz que ainda há razões para seguir o caminho indicado por alguns, como aqueles citados no parágrafo acima. Este capítulo realizará um movimento de retorno a Saussure, procurando, na perspectiva sistêmica, indícios que nos levem a encontro do sujeito em sua relação com a língua.

Este capítulo, além de colocar a perspectiva do sistema como sendo primordial para Saussure, também tenta colocar a perspectiva do sistema como a única que pode conduzir à questão do sujeito, tema que será abordado no capítulo seguinte.

As obras de releitura da teoria saussuriana, por exemplo, permitiram verificar que frases como “*a Lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma*” (SAUSSURE, 1996, p. 271, grifo do autor), presentes no CLG, não pertencem realmente a Saussure, levando alguns a questionarem sobre a validade da obra editada por Bally e Sechehaye.

As questões levantadas em torno dessa edição não são tema desta tese, porém, é importante, neste trabalho de retorno a Saussure, lembrar que as obras de releitura permitem traçar as convergências e divergências do CLG com os textos originais. Esses trabalhos

continuam a depender do texto de 1916 como um ponto de unificação. Desse modo, mesmo após a publicação dos manuscritos do professor, ainda podemos considerar o CLG como uma obra importante para os estudiosos da reflexão saussuriana, pois ele carrega o essencial do pensamento do professor. Nos manuscritos, encontramos as notas de aulas de alguns de seus alunos, as conferências de abertura da disciplina na Universidade de Genebra – que tratam da Gramática Comparada, da Fonologia, e da Linguística geral –, um longo texto escrito a pedido da *American Philological Association* sobre o sanscritista americano William D. Whitney (1827-1894), por ocasião de sua morte; além de cadernos de aforismos, datados provavelmente do fim do século, notas preparatórias para as aulas em Genebra e, ainda, notas e esboços de artigos e cartas que Saussure escreveu para Antoine Meillet.

Ainda é comum, hoje, que se apresente o CLG por meio das famosas dicotomias: relações associativas/relações sintagmáticas; diacronia/sincronia; língua/fala; mutabilidade/imutabilidade; significado/significante. As dicotomias foram vistas como categorias excludentes e não como pares dialéticos que estão em profunda relação entre si, como caminhos para o sistema linguístico. Tais recortes realizados na teoria trouxeram, como uma das consequências, a fragmentação da teoria do professor, ou seja, a negação do ponto de vista do sistema.

Saussure estava ciente da dificuldade de compreensão acerca da complexidade de sua teoria. Faltando apenas dois meses para o fim do terceiro curso, Saussure é um professor preocupado e tem dúvidas sobre a possibilidade de expor a teoria do valor aos seus alunos:

Falei neste ano de muitas questões exteriores à linguagem, comecei por aí neste inverno; mas isso pode não bastar. Vejo-me diante de um dilema: ou expor o assunto em toda a sua complexidade e confessar todas as minhas dúvidas, o que não pode convir para um curso que deve ser matéria de exame, ou fazer algo simplificado, melhor adaptado a um auditório de estudante que não são lingüistas. Mas a cada passo me vejo retido por escrúpulos (SALUM apud SAUSSURE, 1996, p. XVII-XVIII).

Mas, antes das últimas quatro aulas do curso, Saussure, apesar de suas dúvidas, apresenta aos alunos a teoria do valor, ponto que Bouquet (2000, p. 255) denomina como o “princípio cardeal de sua lingüística estática”. Saussure nos explica:

Além disso, a idéia de valor, assim determinada, nos mostra que é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de certo som com certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte; seria acreditar que é possível começar pelos termos e construir o

sistema fazendo a soma deles, quando, pelo contrário, cumpre partir da totalidade solidária para obter, por análise, os elementos que encerra (SAUSSURE, 1996, p. 132).

Entender o sistema linguístico delineado por Saussure é entender o movimento do sistema, que tem seu ponto central na teoria do valor linguístico. A dúvida de Saussure em apresentar esta teoria talvez se devesse a uma consciência da complexidade da ideia de sistema que o valor acarreta. Por isso, esse capítulo tem como núcleo a noção de valor, o que claramente envolve todas as oposições do professor e o conceito da arbitrariedade como princípio primordial do sistema.

Observaremos, no decorrer deste capítulo, como a perspectiva sistêmica é norteada pela Semiologia e como o sistema está baseado numa eterna dualidade entre opostos. O sistema, desse modo, existe num equilíbrio inconstante entre duas forças opostas: uma particular e outra social, como veremos nas páginas adiante.

Porém, a dualidade em que se constitui o sistema não se baseia em pares que se complementam em suas características, mas em pares que estão em oposição, e que, nesta oposição radical, dependem um do outro para seu funcionamento regular, e até mesmo para existir como tal. Esta relação de dependência é o que une pares opostos em si mesmos, como, por exemplo, a mutabilidade e a imutabilidade. Não podemos dizer que uma é o complemento da outra, mas que uma permite o funcionamento da outra, de modo que uma nada vale a não ser pela sua oposição em relação à outra face do seu par. E, ao mesmo tempo, podemos observar que esses pares dialéticos se relacionam com outros pares, formando, numa rede, o sistema de língua. Uma rede tecida de opostos que só valem, só existem, por meio de suas oposições.

Com o objetivo descrito acima, este capítulo está dividido em dois tópicos. O primeiro, intitulado *A perspectiva sistêmica*, nos fala da importância desta perspectiva para Saussure e para a descrição da língua, além de discutir sobre a essência dupla do sistema, como dito no parágrafo acima. A perspectiva sistêmica e a dualidade em que ela se constitui são percebidas quando falamos sobre a relação entre significado e significante, que nos mostra o signo numa relação sistêmica, e não baseada numa positividade, como a ideia do signo poderia supor.

O tópico seguinte, *O valor linguístico*, nos apresenta a noção de valor como o coração do sistema e como sede de uma semântica. O valor, neste capítulo, está baseado na ideia de negatividade e diferença, noções fundamentais para o sistema. O seu funcionamento é descrito a partir da noção de tempo em suas relações de sincronia e de diacronia. O valor

gerado pelas relações associativas e sintagmáticas é produzido num movimento sincrônico. O valor gerado na diacronia é percebido por meio de analogias, que formam um vínculo sutil com os valores sincrônicos, o que nos apresenta novamente como pares opostos estão unidos em seu funcionamento sistêmico.

O presente capítulo buscará discutir a teoria saussuriana sob uma perspectiva sistêmica, pois essa perspectiva permitirá enxergar o sujeito como decorrência do sistema, tema a ser concluído no capítulo seguinte.

2.1 A PERSPECTIVA SISTÊMICA

Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto (SAUSSURE, 1996, p. 15).

A questão insistentemente colocada por Saussure em suas notas de aula e em seus escritos de Linguística é a questão da perspectiva. Qual o ponto de vista adequado para o trabalho do linguista?

Saussure não só expunha a falta de uma óptica adequada para o trabalho realizado pela maioria dos linguistas de sua época, como, insistentemente, coloca a necessidade de se abordar a língua de uma perspectiva sistêmica. Por esta razão, talvez, a expressão “ponto de vista”, e expressões semelhantes a esta, são encontrada dezenas de vezes nas fontes manuscritas.

Os manuscritos saussurianos parecem apresentar críticas de Saussure aos trabalhos dos linguistas da época. As críticas estavam concentradas na falta de delimitação das unidades, na ausência de um ponto de vista adequado e de um método. Sobre a falta de um ponto de vista adequado podemos ler as palavras de Saussure:

É muito cômico assistir aos gracejos sucessivos dos lingüistas sobre o ponto de vista de A ou de B, porque esses gracejos parecem supor a posse de uma verdade, e é justamente a absoluta ausência de uma verdade fundamental que caracteriza, até hoje, o lingüista (SAUSSURE, 2002, p. 104).

A ciência Linguística ainda estava numa época de indeterminação em relação a uma concepção da linguagem. Saussure critica a concepção de língua da disciplina iniciada por Friedrich Shlegel e depois consolidada por Franz Bopp:

A linguagem é um fenômeno; um exercício de uma faculdade que existe no homem. A língua é o conjunto de formas concordantes que esse fenômeno assume numa coletividade de indivíduos e numa época determinada. O mal-entendido em que caiu, no início, a escola fundada por F[rantz] Bopp, foi atribuir às línguas um corpo e uma existência imaginários, fora dos indivíduos falantes. A abstração, em matéria de língua, mesmo feita com conhecimento de causa, só permite, na prática, aplicações limitadas – é um procedimento *lógico* – ainda mais uma abstração à qual se dava um corpo e da qual se era juguete ia ser um impedimento... (SAUSSURE, 2002, p. 115, grifo do autor).

Sobre a falta de uma epistemologia para a Gramática Comparada, em 1894, no artigo sobre Whitney, Saussure denuncia:

Será, para sempre, um tema de reflexão filosófica que, durante um período de cinquenta anos, a ciência lingüística, nascida na Alemanha, desenvolvida na Alemanha, amada na Alemanha por uma inumerável categoria de indivíduos, não teria imaginado jamais a veleidade de se elevar ao grau de abstração que é necessário para saber, por um lado, *o que se faz*, por outro lado, em que *aquilo que se faz* tem legitimidade e razão de ser no conjunto das ciências; mas um segundo motivo de admiração é ver que, quando enfim essa ciência parece triunfar sobre seu torpor, ela termina no ensaio risível de Schleicher¹⁰, que desaba sob seu próprio ridículo (SAUSSURE, 2002, p. 176, grifos do autor).

Durante as últimas décadas do século XIX, surgem os neogramáticos: insuflados pelas pesquisas comparativistas, suas problemáticas se colocam em oposição à ideia de uma protolíngua. Havia também a crença em um darwinismo. Essa ideia surge a partir de 1860, comparando o fenômeno linguístico a um reino e as línguas a espécies ou a organismos que crescem, atingem uma maturidade e um declínio. Conhecendo essa discussão, fica evidente a pertinência do comentário de Saussure na primeira Conferência na Universidade de Genebra, realizada em novembro de 1891:

Não, a língua não é um organismo, ela não é uma vegetação que existe independente do homem, ela não tem vida que implique um nascimento e uma morte. Tudo é falso na frase que eu li: a língua não é um ser organizado, ela não morre por ela mesma, ela não define, ela não cresce, na medida em

¹⁰ August Schleicher é autor do livro *Die darwinische Theorie und die Sprachwissenschaft*, que impulsiona o darwinismo linguístico a partir de 1860.

que não tem uma infância, assim como não tem uma idade madura ou uma velhice e, por fim, ela jamais nasce (SAUSSURE, 2002, p. 135).

Discutia-se, ainda, se o curso de Linguística deveria pertencer às Ciências Naturais ou Históricas, ou seja: se a língua era natural, algo biológico, ou se era uma convenção social, algo eminentemente histórico. Saussure descarta as duas possibilidades. A língua não é algo que os homens forjem ao seu bel prazer, nem é algo fisiológico apenas, como os sons, que são estudados pela física acústica, nem “existe independente do homem”. Saussure escreve:

Discutiu-se para saber se a lingüística pertenceria à ordem das ciências naturais ou das ciências históricas. Ela não pertence a nenhuma das duas, mas a um compartimento de ciências que, se não existe, deveria existir sob o nome de *semiologia*, ou seja, ciência dos signos ou estudo do que se produz quando o homem procura exprimir seu pensamento por meio de uma convenção necessária (SAUSSURE, 2002, p. 223, grifo do autor).

Saussure disse que a Linguística pertencia a uma Ciência que ainda não existia: a Semiologia. Lemos no CLG:

Pode-se, então, conceber *uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social*; ela constituiria uma parte da Psicologia social e, por conseguinte, da Psicologia geral; chamá-la-emos de *Semiologia* (do grego *seméion*, “signo”). Ela nos ensinará em que consistem os signos, que leis os regem. Como tal ciência não existe ainda, não se pode dizer o que será; ela tem direito, porém, à existência; seu lugar está determinado de antemão. A Lingüística não é senão uma parte dessa ciência geral; as leis que a Semiologia descobrir serão aplicáveis à Lingüística e esta se achará dessarte vinculada a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos (SAUSSURE, 1996, p. 24, grifo do autor).

A língua serviria de modelo para os estudos semiológicos, a Linguística seria modelo para a Semiologia. A importância desse tema foi amplamente discutida pelo professor no artigo sobre *Whitney*, nas notas para um livro sobre Linguística geral e nas outras notas escritas pelo próprio Saussure.

O ponto de vista sistêmico está ancorado na Semiologia. Um ponto de vista que, segundo o professor, é o único que permite determinar a natureza da linguagem e da língua. Esse era um requisito metodológico para se abordar a língua. Nas notas de aula escritas por Riedlinger, podemos ler: “Tudo o que afasta a língua de um outro sistema semiológico, mesmo que pareça mais importante à primeira vista, deve ser descartado como

sendo menos essencial para estudar sua natureza” (RIEDLINGER *apud* BOUQUET, 2000, p. 159).

É baseada nessa ciência que Saussure edifica as bases da sua teoria de língua. Sob esta perspectiva, ele trará à luz o arbitrário e o princípio de valor.

O capítulo do CLG intitulado *A natureza do signo lingüístico*¹¹ traz, no subtópico em que trata da arbitrariedade como primeiro princípio da língua, uma pequena observação sobre a Semiologia:

Eis porque a língua, o mais completo e o mais difundido sistema de expressão, é também o mais característico de todos; nesse sentido, a Lingüística pode-se erigir-se em padrão de toda Semiologia, se bem a língua não seja senão um sistema padrão (padrão) (SAUSSURE, 1996, p. 82).

A Semiologia esclarece o arbitrário da língua, ou seja, seu primeiro princípio, ou principal princípio, e, ao mesmo tempo, por ser completamente arbitrária, a língua é o sistema “padrão” da Semiologia, o principal. Lemos:

A palavra *arbitrário* requer também uma observação. Não deve dar a idéia de que o significado dependa da livre escolha do que fala (ver-se-á, mais adiante, que não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez que esteja ele estabelecido num grupo lingüístico); queremos dizer que o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade (SAUSSURE, 1996, p. 83, grifo do autor).

Dizer que a língua une imagem acústica e sentido e que esta união não é natural ou intencional, é algo arbitrário, ou seja, sem motivação, implica colocar-se contra a crença da época de um darwinismo lingüístico, assim como também à ideia de que a língua se assemelha a uma nomenclatura, ou seja, a uma lista de termos que corresponde a uma lista de coisas. Se a língua assim fosse, as mudanças não ocorreriam, a língua seria estática, no sentido não-saussuriano do termo, seria esclerosada.

Mas dizer que a língua é um sistema, ou seja, que a língua é composta de elementos que se determinam reciprocamente, não é uma novidade para os gramáticos da

¹¹ Tullio de Mauro, na nota 128 da edição crítica francesa do *Curso de Lingüística Geral*, expõe que Saussure propôs, inicialmente, chamar a lição de 2 de maio do terceiro curso de *A natureza do signo lingüístico*. Duas semanas depois, em apêndice à aula e 19 de maio, Saussure volta sobre o segundo capítulo, propondo-lhe um novo título e nele introduzindo dois novos termos. O título novo é: *A língua como sistema de signos*. Para Tullio de Mauro, esta mudança decorre do fato de que, uma vez esclarecidos os dois princípios fundamentais, Saussure deve ter percebido a possibilidade de propor não mais uma pesquisa geral sobre a natureza do signo, mas uma tese específica sobre a interpretação da língua como sistema. Sobre este ponto, ver página 54: *A perspectiva sistêmica*.

época, conforme nos lembra Normand (2000). *Sistema* pertencia, na época, ao vocabulário das ciências, era um conceito-chave para a Física e para a Astronomia. Dessa forma, o termo é frequentemente empregado em outras disciplinas científicas e na Gramática Comparada também. O termo pertencia ao fundo conceitual da Linguística da época e estava no título de obras como *Ueber das Konjugationssystem* (1816), de Bopp. Além disso, o termo *sistema* também é encontrado na obra *La Vie du langage* (1875), quando Whitney fala do “sistema das vogais” da língua inglesa, e no título do famoso *Mémoire sur le système des voyelles* (1878), de Saussure.

Porém, após anos de estudo, o professor possuía uma acepção muito mais precisa do termo. Nas aulas em Genebra, ele explicitava um mecanismo, um funcionamento. Era algo realmente novo e Saussure percebia isso: “O americano *Whitney*, que eu reverencio, jamais disse uma única palavra sobre os mesmos assuntos que não fosse correta, mas, como todos os outros, ele nem sonha que a língua tenha necessidade de uma sistemática” (SAUSSURE, 2002, p. 221).

Partir do sistema é um método que exclui outros pontos de vista possíveis de olhar para a língua: exclui o ponto de vista fisiológico, da acústica dos sons, e o ponto de vista sociológico da relação entre a língua e a sociedade, numa perspectiva histórica da língua. Essas são perspectivas que contribuem para determinar o sistema, mas não dizem da natureza dele. Normand (2000, p. 44), já citada, também nos lembra que partir do sistema é refutar partir da comunicação.

Olhar para a língua por uma óptica sistêmica não anula as outras como inferiores, mas impõe um método específico para os estudos linguísticos. Inclui enxergar a língua como uma instituição semiológica.

Uma das ilustrações mais famosas de Saussure, a do jogo de xadrez, explica a natureza semiológica do sistema linguístico:

Primeiramente, uma posição de jogo corresponde de perto a um estado da língua. O valor respectivo das peças depende da sua posição no tabuleiro, do mesmo modo que na língua cada termo tem seu valor pela oposição aos outros termos. Em segundo lugar, o sistema nunca é mais que momentâneo; varia de uma posição para a outra. É bem verdade que os valores dependem também, e sobretudo, de uma convenção imutável: a regra do jogo, que existe antes do início da partida e persiste após cada lance. Essa regra, admitida de uma vez por todas, existe também em matéria de língua; são os princípios constantes da Semiologia (SAUSSURE, 1996, p. 104).

Assim, percebemos que a característica principal em que se baseia todo o sistema é a arbitrariedade, e a outra característica importante para se entender o sistema de língua é a eterna dualidade em que ele se apresenta. Estas duas características, em especial a primeira, é que determina a língua como uma instituição puramente semiológica.

A língua é um sistema sempre composto de faces duplas que se correlacionam e estão numa relação dialética. Sobre isso, o próprio CLG, ao se posicionar contra a ideia vigente de língua como nomenclatura, traz as seguintes palavras: “a unidade lingüística é uma coisa dupla” (SAUSSURE, 1996, p. 79), isso determina a essência da língua, como observaremos a seguir.

2.1.1 DA ESSÊNCIA DUPLA DA LINGUAGEM

Além disso, seja qual for a que se adote, o fenômeno lingüístico apresenta perpetuamente duas faces que se correspondem e das quais uma não vale senão pela outra (SAUSSURE, 1996, p. 15).

Em 1996, foram descobertos mais documentos manuscritos de Saussure. Eles estavam em um grande envelope que continha maços de folhas da mesma natureza e do mesmo formato. Várias delas traziam as seguintes palavras: “Da dupla essência da linguagem”, “Dupla essência” ou “essência dupla (da linguagem)”. Além disso, havia uma etiqueta com as palavras: “Ciência da linguagem” colada ao envelope.

A dualidade, como percebido nos títulos dados por Saussure às suas anotações, é uma constante sob a qual Saussure constitui o sistema de língua. O mecanismo que ele apresentava ao falar de sistema estava baseado em pares dialéticos que funcionam em perfeita harmonia uns com os outros.

Tentaremos cooperar para a compreensão das dualidades saussurianas vistas como pares dialéticos, estudando mais de perto a divisão da Linguística em Estática e Evolutiva, ou seja, a sincronia e a diacronia. Depois iremos voltar nosso olhar para a distinção entre a língua e a fala.

Após distinguir a realidade sincrônica (estado de língua) e a realidade diacrônica (fase de evolução da língua), Saussure escolhe partir do ponto de vista sincrônico para apresentar o sistema. Desse modo, entendemos a sincronia como o tempo que ordena o

sistema, pois as relações associativas e sintagmáticas, como veremos adiante, são percebidas na sincronia. Porém, como em todas as oposições saussurianas, a escolha de um ponto de vista não exclui o outro. O próprio Saussure nos diz isso: “A verdade sincrônica parece ser a negação da verdade diacrônica e, vendo as coisas superficialmente, parecerá a alguém que cumpre escolher entre as duas; de fato, não é necessário; uma das verdades não exclui a outra” (SAUSSURE, 1996, p. 112).

Na verdade, a sincronia e a diacronia estão em perfeita correlação. Uma não existe sem a outra. A sincronia ordena o sistema, porém o sistema, percebido na sincronia, existe em uma relação com o tempo anterior, em relação a um estado anterior do sistema: a diacronia. Saussure nos diz que “a língua sempre aparece como herança de uma época precedente” (SAUSSURE, 1996, p. 85). Estados de língua se sucedem um ao outro, porém, cada estado de língua (sincronia) contém um tempo diacrônico se pensarmos que ele é uma herança de uma época anterior, como nos diz Saussure.

A sincronia refere-se a um estado de língua e a diacronia refere-se a uma fase de evolução da língua, os dois fazem parte da Linguística saussuriana. As duas linguísticas só são opostas “em seus métodos e em seus princípios” (SAUSSURE, 1996, p. 105). Saussure insistentemente colocou esses dois momentos da Linguística em relação de interdependência. Podemos ler, ainda no CLG, a seguinte comparação:

Para mostrar simultaneamente a autonomia e interdependência do sincrônico e do diacrônico, pode-se comparar a primeira com a projeção de um corpo sobre um plano. Com efeito, toda projeção depende diretamente do corpo projetado [...] Em Linguística, existe a mesma relação entre a realidade histórica e um estado de língua, que é como sua projeção histórica num momento dado (SAUSSURE, 1996, p. 103).

Mais adiante nos deteremos à diacronia. Iniciaremos por falar da sincronia como estado de língua e como perspectiva do sistema, pois a língua num dado estado sincrônico desconhece, ou não tem ciência, de um estado anterior a este. Porém, como observamos nas citações acima, o tempo sincrônico não exclui o tempo diacrônico, assim, o sistema, apesar de ser construído numa sincronia, possui relação estreita com a diacronia.

Falar da sincronia impõe falarmos da relação língua e fala, já que estes dois conceitos explicam a necessidade de um ponto de vista sincrônico.

O método de definição da língua no texto de 1916 implica no fato de que a língua poder ser estudada mesmo se desconhecermos estados anteriores. O tempo diacrônico não seria essencial para o estudo da língua e da fala. Desse modo, observaremos agora a

relação entre língua e fala a partir da sincronia, depois nos deteremos numa perspectiva diacrônica que aponta para uma relação íntima entre o sincrônico e o diacrônico por meio das analogias.

Saussure nos diz que “a fala só opera sobre um estado de língua” (SAUSSURE, 1996, 105), ou seja, é na sincronia que podemos observar a fala. A separação entre língua e fala acarretaria dizer que a língua e a fala estão em tempos diferentes? Seria dizer que uma pertence à sincronia e a outra à diacronia? Não é isso que observamos nos textos saussurianos. A língua é colocada também numa perspectiva sincrônica, tanto quanto a fala, do mesmo modo que a língua e a fala podem ser estudadas numa perspectiva diacrônica, mas isso impõe outro método de estudo, já que os valores gerados a partir da diacronia são de outra ordem. Sobre a separação entre língua e fala no sistema, o que ficou indelével na mente dos leitores é a frase do texto de 1916: “Com o separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1º, o que é social do que é individual; 2º, o que é essencial do que é acessório e mais ou menos accidental” (SAUSSURE, 1996, p. 22).

Primeiramente, estamos diante de uma definição geral da língua; segundo, esta divisão implica numa metodologia específica para abordar o objeto. A língua a que Saussure se refere é uma generalização de uma pluralidade de línguas particulares. Na conferência de 1891, podemos ler as palavras do professor:

O estudo geral da linguagem se alimenta incessantemente, por conseguinte, de observações de todo tipo que terão sido feitas no campo particular de tal e tal língua [...] o estudo das línguas existentes se condenaria a permanecer quase estéril, a permanecer, em todo o caso, desprovido, ao mesmo tempo, de método e de qualquer princípio diretor, se não tendesse constantemente a esclarecer o problema geral da linguagem, se não procurasse destacar, de cada fato particular que observa, o sentido e o proveito claro que dele resultam para o conhecimento que temos das operações possíveis do instinto humano aplicado à língua (SAUSSURE, 2002, p. 129).

A língua é definida como uma generalização do específico. Isso implica em uma não homogeneidade da língua. Isso é o essencial: a língua da reflexão saussuriana é heterogênea. O que o professor isola e denomina como sendo a língua aquilo que constitui o mecanismo do sistema, que conserva a identidade de cada sistema, há uma estrutura que permanece, mas isso não significa inflexibilidade, pois a sua origem está nas línguas. Dessa forma, podemos pensar que acessório é o que é particular em tal e tal língua.

Esta definição da língua como um objeto, como uma generalização das línguas, implica num objeto heterogêneo e numa dificuldade de apreensão deste objeto plural. No

texto referente à primeira conferência na Universidade de Genebra, de novembro de 1891, vemos a definição saussuriana do seu objeto, a língua: “O estudo geral da linguagem se alimenta incessantemente, por conseguinte, de observações de todo o tipo que terão sido feitas no campo particular de tal e tal língua” (SAUSSURE, 2002, p. 129). Esta ideia de que a língua é o objeto de estudo oriundo das observações feitas em todas as línguas é perceptível também na nota para o terceiro curso. Quando Saussure fala de como dividiu seus cursos, ele diz:

Como foi indicado, dividimos o curso em três partes e os títulos das duas primeiras diferem apenas por um singular e um plural: 1º parte: *As línguas*, 2º parte: *A língua*. Essa é a diferença básica a indicar, rigorosamente, quase sem equívoco, o que deve ser a diferença de conteúdo entre as duas partes. [...] *As línguas*, esse é o objeto concreto que se oferece, na superfície do globo, ao lingüista. *A língua*, é esse o título que se pode dar ao que o lingüista souber tirar de suas observações sobre o conjunto das línguas, através do tempo e através do espaço (SAUSSURE, 2002, p. 264-265).

Teóricos como Johannes Fehr (2000), e antes dele, Tullio de Mauro, em suas notas, afirmam que Saussure parte das línguas existentes em lugares concretos, isto é, da diversidade geográfica, para construir seu objeto teórico: “a língua” como uma generalização do que há nas línguas. Assim, esse objeto é constituído a partir da pluralidade das línguas existentes “na superfície do globo”. Consequentemente, “a língua” saussuriana não é uma ordem estável e fechada, ela é pensada como um conjunto em equilíbrio frágil, oscilante, exposto às variações constantes, como um sistema que não é mais do que momentâneo. Partir das línguas existentes – o francês, o inglês, o alemão – é definir “a língua” por meio da pluralidade existente das línguas. Fazendo isso, Saussure rompe com a tradição de partir de uma língua única, a língua-mãe, origem da diversidade, e passa a constituir seu objeto – “a língua” – a partir “das línguas”.

Também podemos observar, nas palavras de Saussure, que a língua como objeto de estudo do linguista é constituída de “observações sobre o conjunto das línguas, através do *tempo* e do espaço” (SAUSSURE, 2002, p. 265). Além das diversas línguas existentes em diferentes espaços geográficos, o professor sublinha a importância das diferenças da língua através do tempo. A necessidade de se observar o tempo em sua relação com a língua é tão importante para a constituição do objeto língua quanto a diversidade das línguas existentes nos espaços geográficos. Assim, a língua deveria ser observada numa perspectiva sincrônica das línguas existentes – o que implica levar em consideração a fala –, e

numa perspectiva diacrônica da língua através do tempo, como veremos ao observar a analogias.

A fim de determinar o que Saussure denomina como *fala*, a qual nos diz ser um elemento acessório da língua, lembramos do exemplo da palavra *Senhores*. Saussure diz que, ao repetir a palavra, temos “variações do volume de sopro e da entonação” (SAUSSURE, 1996, p. 125). Sutilezas que em outros casos diferenciariam os signos, nesse caso identificam o signo como o mesmo. Por quê? Porque representam o mesmo valor. Deste ponto de vista, Saussure separa o que é acessório do que é essencial.

Bouquet (2000) apresenta, ainda, uma ambiguidade terminológica do termo *fala*. O termo que implica na suposta separação *língua/fala* designa tanto a execução de um ato, como também a relação entre valores num sintagma, uma sintaxe. Essas duas acepções do termo estão definidas no texto de 1916 da seguinte forma:

A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º, o mecanismo psico-físico que lhe permite exteriorizar essas combinações (SAUSSURE, 1996, p. 22).

A primeira acepção do termo *fala*, segundo a citação, seria a fala como combinação de valores baseada numa relação de diferenças e semelhanças. A segunda concepção seria a fala como mecanismo que permite, ao falante, exteriorizar realizações mentais, se trata da fala como um ato de fonação. Essa última concepção pode ser considerada como algo acessório, acidental e não essencial para os estudos. Isso porque essa exteriorização pode ser realizada de diferentes modos, como através da linguagem se sinais, por exemplo, o que importa nela, para o linguista, é o que ela permite perceber da língua, quais informações ela traz do sistema de valores. Desse ponto de vista, o que podemos observar é uma distinção conceitual entre os termos língua e fala.

Apesar de apresentar uma distinção entre *língua/fala*, Saussure não delimitou com exatidão essa distinção, em que ponto a separação realmente ocorre. Este problema teórico nunca foi um fato resolvido. Na aula de 28 de abril de 1911, Saussure é um professor tomado de restrições quanto a isto. Em junho do mesmo ano, Saussure volta a questionar o limite desta separação ao falar da teoria do valor linguístico.

O questionamento e a inquietação do professor sobre este ponto de sua teoria só foram revelados após a publicação dos manuscritos e das notas de aula. Mesmo assim, a exclusão da fala é uma interpretação frágil do CLG. Podemos perceber que, no texto de 1916,

há menção a uma Linguística da língua e a uma Linguística da fala. Sendo assim, Saussure, mesmo lido nesta edição das notas de aula dos alunos, confere à fala um lugar nos estudos linguísticos.

Talvez o motivo da distinção efetuada entre língua e fala esteja na complexidade da língua, que impõe um método específico para estudá-la. Além disso, por serem manifestações diferentes, não poderiam ser reunidas “sob o mesmo ponto de vista” (SAUSSURE, 1996, p. 28). Aparentemente, é sob a perspectiva do sujeito, como veremos no terceiro capítulo, que ocorre uma separação entre língua e fala: “De fato, entre tantas dualidades, somente a língua parece suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito” (SAUSSURE, 1996, p. 17).

Sobre o limite específico, a linha demarcatória que supostamente deveria existir entre a língua e a fala, o texto de 1916 conclui a questão com uma aparente solução, mas após citar exemplos de falas que pertencem à língua no capítulo sobre o valor linguístico, a linha demarcatória que supostamente divide a língua e a fala desaparece no seguinte parágrafo:

Cumpramos reconhecer, porém, que no domínio do sintagma não há limite categórico entre o fato da língua, testemunho de uso coletivo, e o fato de fala, que depende da liberdade individual. Num grande número de casos, é difícil classificar uma combinação de unidades, *porque ambos os fatores concorrem para produzi-la e em proporções impossíveis de determinar* (SAUSSURE, 1996, p. 145, grifo nosso).

Desse modo, a separação entre língua e fala não deve ser tomada como uma exclusão da fala, nem mesmo podemos acusar o texto de 1916 por este mal entendido. “A distinção entre língua e fala tem um caráter evidentemente dialético”, diz Tullio de Mauro (1995, p. 420, nota 65). Realmente, é sob este ponto de vista que devemos enxergar a relação entre a língua e a fala: como uma distinção mais do que como uma separação propriamente dita.

Segundo Bouquet (2000), é precisamente a teoria do valor que coloca em questão a dicotomia língua e fala. Talvez porque é neste ponto da teoria saussuriana que a perspectiva sistêmica da língua ficou mais evidente.

No conteúdo do terceiro curso de Linguística geral, ministrado em Genebra, de 29 de outubro de 1910 a 04 de julho de 1911, Saussure fala sobre os valores que são gerados a partir das relações sintagmáticas e associativas, ou seja, valores gerados numa perspectiva sincrônica da língua. É precisamente sob este ponto de vista que a noção de sistema, a

compreensão de que nenhum fato existe em si mesmo, mas apenas em relação aos outros fatos, torna-se clara.

Iniciaremos, porém, com uma breve consideração acerca do signo saussuriano. Conceito simples e amplamente usado, necessita ser precisado e recolocado sob esta perspectiva sistêmica para, enfim, podermos olhar de modo mais claro para a questão dos valores e, conseqüentemente, para um lugar do sujeito no sistema de valores, tema do terceiro capítulo.

2.1.2 A RELAÇÃO SIGNIFICADO E SIGNIFICANTE

Só se pode, verdadeiramente, dominar o signo, segui-lo como um balão no ar, com certeza de reavê-lo, depois de entender completamente a sua natureza (SAUSSURE, 2002, p. 102).

O signo é um conceito frequentemente revisto nas teorias linguísticas. O termo *signo* já era usado desde os estóicos, como nos lembra Arrivé (1999, p. 72-110). Mas será principalmente após a apresentação que Ferdinand de Saussure faz do famoso par *significante/significado* que as discussões em torno do *signo* serão mais frequentes.

Bouquet (2000) nos lembra que o termo *signo* é empregado por Saussure ao longo das aulas ministradas em Genebra entre 1907 e 1911, assim como em seus escritos, em duas acepções: 1º: como entidade linguística global, composta de uma face fonológica e outra conceitual; 2º: designando apenas a face fonológica desta entidade.

Apesar do termo *signo* já existir antes da teorização do professor, há uma inquietude do mestre genebrino, que parece não satisfeito com o termo conhecido:

Ele está convencido de que qualquer palavra escolhida para denominar a parte significante da entidade global composta de uma face fonológica e de uma face semântica está naturalmente sujeita a um deslizamento, tendendo infalivelmente a se referir à entidade global (BOUQUET, 2000, p. 229).

Em notas escritas por Saussure, é possível perceber sua preocupação com a impossibilidade de obter termos adequados. O professor, numa longa nota discutindo a questão, disse: “mostrar que *termo* tem sido tão incapaz quanto *signo* de guardar um sentido material ou inversamente. [...] Nesta questão difícil de adoção de uma palavra que deturpa

mais ou menos” (SAUSSURE, 2002, p. 96, grifo do autor). Ao realizar a aula de 2 de maio de 1911, época do último curso, ao desenvolver a ideia de arbitrário, ainda há certa imprecisão no entendimento do termo *signo*:

Uma questão que confessamos não conseguir resolver é chegar a um entendimento neste ponto: chamaremos de signo o total, a combinação do conceito com a imagem [acústica]? Ou a própria imagem acústica [...] pode-se chamar signo? [...] Seria preciso dispor de duas diferentes palavras. Nós faremos o possível para evitar as confusões, que poderiam ser muito graves. (SAUSSURE *apud* BOUQUET, 2000, p. 229).

Será apenas na aula de 19 de maio de 1911, no seu último curso, que Saussure introduzirá o par *significante/significado*. A partir de então, Saussure usará com mais frequência o termo *signo* para designar a entidade global composta de significante e significado. Assim, a partir desse instante, o signo saussuriano será caracterizado pela associação entre um significante e um significado.

Porém, dizer que o signo é significante e significado não nos diz tudo sobre a natureza do signo. Saussure acreditava ser muito importante para os estudos linguístico compreender a natureza do signo. Ele nos diz:

O *signo*, *soma*, *sema*, etc. Só se pode, verdadeiramente, dominar o signo, segui-lo como um balão no ar, com certeza de reavê-lo, depois de entender completamente a sua natureza, natureza dupla que não consiste nem no envoltório e também não no espírito, no ar hidrogênio que insufla e que nada valeria sem o envoltório. O balão é o *sema* e o envoltório o *soma*, mas isso está longe da concepção que diz que o envoltório é o *signo*, e o hidrogênio a *significação*, sendo que o *balão*, por sua vez, nada é. Ele e tudo para o aerosteiro, assim como o *sema* é tudo para o lingüista (SAUSSURE, 2002, p. 102-103, grifos do autor).

Segundo as palavras do professor, a sua natureza não está nem na forma, nem na ideia. Aqui, o professor denomina o signo de *sema* e a forma, ou o significante, de *soma*, o que demonstra claramente a dificuldade de denominar o signo. A metáfora do balão no ar demonstra como o conceito de signo é escorregadio, ou difícil de apreender. O signo é um balão no ar, e este “por sua vez, nada é”. Para ele, mesmo ao dominar o signo, ou seja, ao compreender a sua natureza, o linguista só pode segui-lo como um aerosteiro segue um balão no ar, podendo reavê-lo apenas em terra, quando o balão deixa de ser. Como podemos seguir este balão no ar?

Primeiramente, a metáfora que vimos sobre o signo comparado ao balão no ar nos apresenta a preocupação de Saussure em identificar a natureza dupla do signo. Mas, ao definir isto, ele diz: “natureza dupla que não consiste nem no envoltório e também não no espírito, no ar hidrogênio que insufla e que nada valeria sem o envoltório” (SAUSSURE, 2002, p. 102-103). A natureza do signo é dupla, mas em que consiste esta duplicidade? Um significante está irremediavelmente “colado” a um significado que lhe é correspondente?

Tal ideia retomaria a questão antes postulada por Aristóteles de uma língua como nomenclatura: uma lista de termos que corresponderia a uma lista de coisas na realidade. Apesar de retirar uma referência direta à realidade, a ideia nuclear de Aristóteles ainda estaria presente na reflexão saussuriana e entraria em contradição com o já citado princípio da arbitrariedade.

Em escritos sobre a Semiologia, o professor critica claramente os filósofos que fazem pensar que a linguagem poderia ser uma nomenclatura:

Três coisas estão invariavelmente ausentes do dado que um filósofo acredita ser o da linguagem. Em primeiro lugar, a verdade, em que nem mesmo insistimos, de que o âmago da linguagem não é constituído de nomes [...] Mas existe, implicitamente, uma tendência, que não podemos nem deixar passar, a respeito do que seria, em definitivo a linguagem: a saber, uma nomenclatura de objetos. *Antes* o objeto, depois o signo; portanto (o negaremos sempre) base exterior dada ao signo e representação da linguagem por essa relação:

$$\text{Objetos} \left\{ \begin{array}{l} * - a \\ * - b \\ * - c \end{array} \right\} \text{Nomes}$$

enquanto a verdadeira representação é: $a - b - c$, fora de qualquer conhecimento de uma relação efetiva como $* - a$, baseada em um objeto. Se um objeto pudesse, onde quer que seja, ser o termo sobre o qual é fixado o signo, a lingüística deixaria instantaneamente de ser o que ela é, do topo até a base (SAUSSURE, 2002, p. 197-198, grifo do autor).

A citação acima deixa-nos observar, claramente, o repúdio do estudioso à ideia de uma língua como nomenclatura. Saussure retira de modo radical a referência a uma realidade. A questão que ainda existe é: as duas faces que compõem o signo linguístico não estariam, irremediavelmente, “coladas”?

A noção de arbitrariedade nos permite responder que um significante não está “colado” a um significado correspondente. Isto porque não há razões para tal união: ela é sempre imotivada. Mesmo quando Saussure fala de uma arbitrariedade relativa, ela é relativa

a outro signo que é absolutamente arbitrário. O exemplo fornecido na edição de 1916 é da palavra *dezenove*, motivada por *dez* e *nove* que, por sua vez, isoladas, são absolutamente imotivadas (SAUSSURE, 1996, p. 152-153).

Em consequência ao princípio de arbitrariedade, podemos dizer que um signo pode desfazer a sua união, de modo que um significante pode unir-se a outro significado qualquer, reciprocamente. Dessa forma, a união que resulta num signo não é eterna, um significante não está colado a um significado, isso permite que uma língua se transforme, permite a variabilidade de sons e sentidos.

Como não há razões explicáveis para a união de um signo, podemos pensar se esta relação ocorre quando um significante é proporcional a um determinado significado, mas não era essa a ideia de Saussure. O gráfico comumente conhecido de Saussure a respeito do signo nos ajuda a responder a questão. Vejamos o gráfico do professor¹²:

idéia
—
som

Este esquema foi esboçado por Saussure nas suas notas preparatórias para os cursos de Linguística geral. O gráfico mais famoso do signo saussuriano está na edição de 1916 e se apresenta de forma um pouco diferente desta que podemos ver acima. Nele, podemos perceber que não há as duas setas em sentidos opostos indicando uma relação, talvez de reciprocidade ou de proporcionalidade, como na edição de 1916. Vejamos o esquema¹³:



Nessa imagem, as setas nos permitem a leitura de que o conceito (significado) e a imagem acústica (significante) são correspondentes, proporcionais, um está irremediavelmente atrelado ao outro, numa dicotomia. Não apenas as setas, mas a célula que

¹² Gráfico em Saussure (2002, p. 249).

¹³ Esquema em Saussure (1996, p. 80).

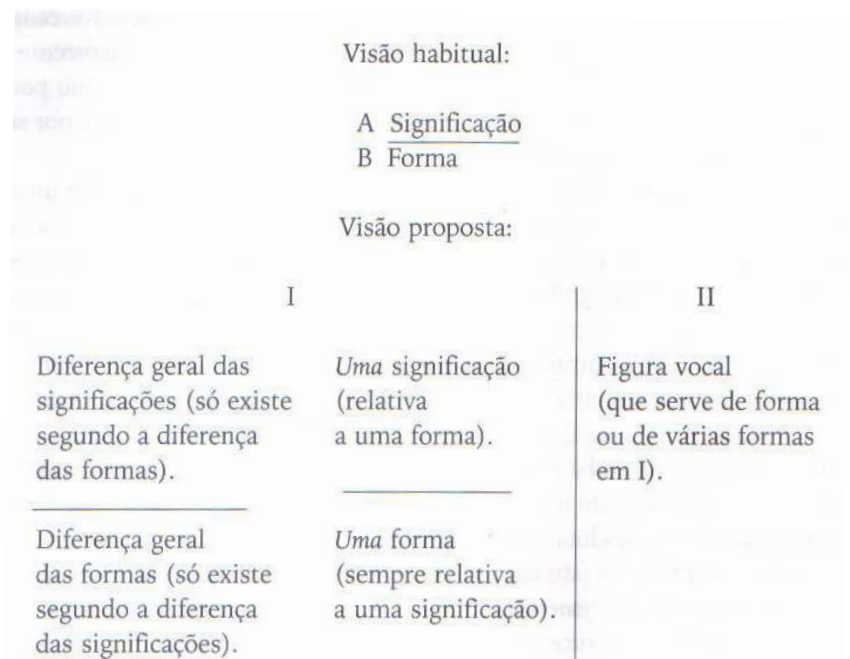
encerra o signo, faz brotar a ideia de unidade fechada. Porém, os escritos saussurianos deixam ver algo que está apenas sutilmente colocado na edição de 1916 através da questão do valor linguístico, ou seja, a natureza dessa relação.

A diferença essencial de um balão em terra para um balão no ar é que, em terra, o aerosteito pode dissecá-lo, como um corpo sem vida. Para entender a natureza da relação entre significantes e significados, devemos dissecar o signo como um balão sem vida. Saussure, porém, nos adverte: “Mas há, entretanto, o perigo de que um cadáver continua coisa organizada em sua anatomia, enquanto que, na palavra, anatomia e fisiologia se confundem por causa do princípio da convencionalidade” (SAUSSURE, 2002, p. 96). O professor refere-se ao princípio da arbitrariedade que coloca a natureza do signo na sua fisiologia, ou seja, no seu funcionamento que se confunde com o que ele é: sua anatomia.

Primeiramente vamos entender essa relação e depois, no próximo capítulo, nos deteremos em o que faz essa relação, naquilo que coloca este balão no ar.

Em seus escritos sobre a essência dupla da linguagem, Saussure nos aponta uma resposta:

Supõe-se que existem termos *duplos* que comportam uma forma, um corpo, um ser fonético – e uma significação, uma idéia, um ser, uma coisa espiritual. Dizemos, antes de tudo, que a *forma* é a mesma coisa que a *significação*. E que esse ser é quádruplo (SAUSSURE, 2002, p. 42, grifos do autor).



Este gráfico, que Saussure constrói em suas notas, nos apresenta a negação de que a natureza dupla da linguagem se resume a dois termos. A “visão habitual”, como ele diz,

é a união de uma forma e uma ideia, mas ele rompe com este conceito estóico ao propor algo a mais: a diferença. Saussure, conhecido pelo desenho do signo, o coloca, mas apenas para negá-lo, para dizer que há algo distinto, som e sentido, mas não é apenas isso a natureza do signo, a distinção não é uma dicotomia. Podemos atestar isso em suas palavras:

Mas o erro irremissível, que se traduzirá de mil maneiras em cada parágrafo de uma gramática, é acreditar que o lado psíquico é a *idéia* enquanto o lado físico é o *som*, a *forma*, a *palavra*. As coisas são um pouco mais complicadas que isso. Não é verdade, é profundamente errado imaginar que há oposição entre som e *idéia*, que são, ao contrário indissolivelmente unidos pelo nosso **espírito** (SAUSSURE, 2002, p. 60, grifos do autor).

“A unidade lingüística é uma coisa dupla” (SAUSSURE, 1996, p. 79): isso quer dizer que aquilo que se distingue, som e ideia, forma uma unidade, um Um. Segundo Saussure, esta unidade formada de duas naturezas está baseada em quatro diferenças, e não em quatro positivities. Podemos observar que o quadro que traz a “visão proposta” por Saussure nos apresenta algo mais complexo, como podemos ler nas palavras citadas: “as coisas são um pouco mais complicadas que isso”.

Primeiro, as unidades de Saussure não são significação e forma, o que ele chama de “visão habitual”. As unidades com as quais o professor trabalha não são positivas, nem mesmo formam uma unidade convencional, mas cada uma das unidades que se opõem umas às outras só existem enquanto unidades positivas por meio das diferenças que estabelecem entre si. O professor continua a usar a oposição entre significação e forma, mas ele nos diz que a unidade está na “diferença geral das significações”, sob “a diferença geral das formas”, sendo que cada unidade formada de “diferenças gerais” só existe “segundo a diferença” do seu oposto (SAUSSURE, 2002, p. 42).

Assim, a diferença geral das significações está para “*uma* significação (relativa a uma forma)”, e a diferença geral das formas está para “*uma* forma (sempre relativa a uma significação)” (SAUSSURE, 2002, p. 42). Podemos perceber a unidade lingüística de Saussure como relativa e diferencial.

A teoria do professor não estava no signo, pois esta teoria é bem anterior à Saussure, a “visão proposta”, como nos diz o quadro na citação acima, é explicada da seguinte forma:

Declaramos que expressões como A forma, A *idéia*; A forma e A *idéia*; O signo e A significação, são, para nós, sinais de uma concepção diretamente falsa da língua. Não existe *a* forma e uma *idéia* correspondente; não há *a* significação e um signo correspondente. Há formas e significações possíveis

(nunca correspondentes); há, apenas, em realidade, *diferenças* de formas e *diferenças* de significações; por outro lado, cada uma dessas ordens de *diferenças* (por conseguinte, de coisas já negativas em si mesmas) só existe como diferenças graças à união com a outra (SAUSSURE, 2002, p. 42, grifos do autor).

Devemos atentar para o fato de que ele altera a questão dos signos ao dizer que o significante e o significado *nunca* são correspondentes. A linha que separa a ideia da forma, para Saussure, não indica proporcionalidade. Segundo ele, ela indica uma separação: um não corresponde ao outro. Nem mesmo o signo seria formado apenas de significante e significado, mas de relações de diferenças que só existem “graças à união” dessas diferenças “já negativas em si mesmas”. O que seguimos no ar não são signos como os pensadores estóicos formularam, mas valores.

A anatomia se confunde com a fisiologia, como nos advertiu Saussure. Ou seja, o signo só existe em funcionamento, enquanto valor. Saussure não teorizava sobre signos, mas sobre valores. Para o professor, só existem valores, signos são abstrações teóricas necessárias ao linguista, pois permitem enxergar o que é puramente negativo de um ponto de vista positivo. Ou seja, permite dizer o que é a natureza da língua, “graças à união” de diferenças.

Na citação em que ele compara o signo a um balão no ar, ele diz: “o *balão*, por sua vez, nada é. Ele é tudo para o aerosteiro, assim como o *sema* é tudo para o lingüista” (SAUSSURE, 2002, p. 102-103, grifos do autor). O aerosteiro é aquele que ama o balão no ar, que o espera voltar, mas é também aquele que o coloca no ar. Saussure compara o trabalho do linguista ao trabalho do aerosteiro, no sentido apenas de que ele o segue e o espera descer ao chão. Mas o que coloca o signo no ar?

Com certeza não é o linguista em sua função de linguista. Linguistas não fazem signos, não criam um sistema linguístico, não dão vida a nenhuma língua, pois a vida da língua reside em outro lugar. Sobre isso, a edição de 1916 nos diz:

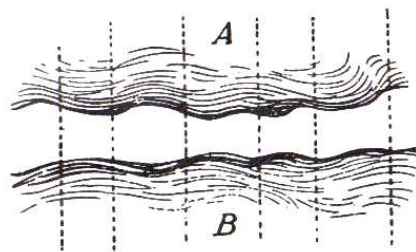
Quem cria uma língua, a tem sob domínio enquanto ela não entra em circulação; mas desde o momento em que ela cumpre a sua missão e se torna posse de todos, foge-lhe ao controle. O esperanto é um ensaio desse gênero; se triunfar, escapará à lei fatal? Passado o primeiro momento, a língua entrará muito provavelmente em sua vida semiológica; transmitir-se-á segundo leis que nada têm de comum com as de sua criação reflexiva, e não se poderá retroceder (SAUSSURE, 1996, p. 91).

Chegamos, assim, à perturbadora pergunta: o que une estes quatro termos fundados em diferenças, o que faz o signo estar no ar? Esta pergunta apenas será respondida no próximo capítulo.

Podemos começar a pensar nesta questão por meio das seguintes palavras de Saussure:

Aqui, ao contrário, é muito crítico começar a falar da diversidade do signo na IDÉIA *una* em vez de falar de sua diversidade no *emprego uno* ou *significação una* [...]: porque isso é cair no erro de acreditar que haja, anteriormente estabelecidas, quaisquer categorias ideais em que aconteçam depois, secundariamente, os acidentes do signo (SAUSSURE, 2002, p. 51, grifos do autor).

Essas palavras apresentam a ideia de não anterioridade do signo. Levam-nos a pensar que um signo que só existe no momento de seu emprego. Para Saussure, é um erro acreditar que existam categorias ideais antes do signo, eles são “acidentes”. Isso resulta num sistema cuja complexidade impede qualquer definição simplista do que seria o signo, pois ele só pode reavê-lo quando ele está em terra, ou seja, fora de seu uso, e, nesse momento, ele não existe, pois ele se faz no momento do corte, e este corte não está no passado, mas é realizado a todo o momento em que um signo é empregado. Isto nos conduz a pensar em uma não anterioridade total, nada antes do corte estabelecido nas massas amorfas que vemos na edição de 1916¹⁴:



Sobre este corte, que é realizado a todo o momento, podemos pensar que é a partir dele que o signo se constitui como quatro relações diferenciais ou “quatérnion final”, como Saussure escreve:

A primeira expressão da realidade seria dizer que a língua (ou seja, o sujeito falante) não percebe nem a idéia *a*, nem a forma *A*, mas apenas a relação *a/A*; essa expressão seria, ainda, completamente grosseira. Ela só percebe, na

¹⁴ Gráfico em Saussure (1996, p. 131).

verdade, a relação entre as duas relações a/AHZ e abc/A , [...]. É isso que chamamos de QUATÉRNION FINAL e, considerando o quatro termos em suas relações: a tripla relação irreduzível. É, talvez, sem razão que renunciamos a reduzir essas três relações uma só; mas nos parece que essa tentativa começaria a ultrapassar a competência do lingüista. [...] Observa-se que não há, portanto, nenhum ponto de partida nem qualquer ponto de referência fixo na língua (SAUSSURE, 2002, p. 39-40, grifos do autor).

Quatérnion final nos alude a quatro tempos de um compasso. Na música, um compasso é feito de quatro tempos. Assim, a relação do signo é feita de quatro, três para um, exatamente como na música, “a tripla relação irreduzível”. Essa relação fundada em quatro diferenças, negativas em si mesmas, é o que o professor chama de ‘realidade da língua’. Estas considerações estão em documentos escritos antes de 1900, porém, em notas preparatórias para os cursos de Linguística geral, posteriores a 1900, ainda podemos ver a mesma determinação do professor:

[...] eu não pretendo dizer que palavra seja estabelecida por

$$\frac{\text{idéia}}{\text{som}}$$

Ao dizer que a idéia é apenas um dos elementos, eu não quero dizer que eles sejam dois ao todo, por exemplo:

$$\left\{ \begin{array}{l} \text{idéia a} \\ \text{som a} \end{array} \right\} \times \left\{ \begin{array}{l} \text{idéia b} \\ \text{som b} \end{array} \right\} \quad \frac{A}{B}, \text{ etc.}$$

Seja qual for a sua natureza mais particular, a língua, como outros tipos de signos, é, antes de tudo, um *sistema de valores*, e é isso que estabelece seu lugar no fenômeno (SAUSSURE, 2002, p. 249-250, grifo do autor).

A definição acima citada nos leva a perceber que as unidades da língua não são signos como pensamos comumente, ela mesma é um signo, e um signo comporta quatro termos diferenciados, ou seja, um sistema de valores. O que podemos perceber na língua é sempre uma relação de diferenças, em outras palavras, a língua é uma relação fundamentada em diferenças entre termos que não existem sozinhos, existem apenas por meio da diferença. Esta constatação nos conduz a observar a língua como um sistema de valores. Saussure diz, na penúltima citação, que renuncia reduzir o signo a apenas uma relação. Ou seja, o signo, do ponto de vista saussuriano, não é uma relação binária, mas ele mesmo comporta um sistema de diferenças, esse não é um ponto de vista simples do signo e, conseqüentemente, da língua.

Isto nos explica porque a edição de 1916 nos diz que a língua é um sistema de signos e depois nos diz que a língua é um sistema de valores puros (SAUSSURE, 1996, p.

130). A aparente mudança sem maiores explicações deve-se ao fato de que, para o professor, as unidades empíricas da língua são valores que, teoricamente, podem ser lidos como signos.

Ainda nos resta a questão do significante. É evidente que, em todos os esquemas elaborados por Saussure e também na edição de 1916, podemos ver o significado acima do significante. Isto remeteria uma anterioridade das ideias sob as formas? Em uma nota de 1897, aproximadamente, Saussure nos diz:

Na mesma medida em que ouvimos, nós *falamos*. Sim, Senhores, sem dúvida, mas sempre a partir da impressão acústica, não apenas recebida, mas recebida em nosso espírito e soberana para decidir o que executamos. É ela que dirige tudo e basta considerá-la para saber que será executada, mas eu repito que isso é necessário para que haja aí uma determinada unidade a executar (SAUSSURE, 2002, p. 211-212, grifo do autor).

Esta relação, colocada no esquema acima por meio de cortes verticais, não é baseada numa equivalência, como já vimos, mas numa desarmonia entre ideias e imagens acústicas. Sobre isto, Saussure nos ensina:

É a evidência absoluta, até mesmo a *priori*, de que não haverá jamais um único fragmento de língua que possa ter fundamento sobre alguma coisa, como princípio último, que não seja a sua não-coincidência, ou grau dessa não-coincidência, com o resto [...] esse grau é inteiramente igual a zero [...] a instituição linguagem [...] não provém, já na origem, de uma harmonia visível entre a idéia e o meio de expressão (SAUSSURE, 2002, p. 188).

A língua como um sistema de valores negativos, ou seja, puros, do ponto de vista semiológico: é isso que Saussure nos aponta. Na verdade, ele descreve um sistema que jamais poderia ser definido como fechado em si mesmo, pois a todo o momento há novos cortes nas massas amorfas, nada é preexistente, nada é positivo, pois só existe enquanto diferenças de negatividades.

Essa língua fundada na não-coincidência entre significantes e significados conduz a uma perplexidade diante de uma natureza tão deslizante. Sobre esse sistema, Saussure nos diz: “Mas esse sistema consiste em uma *diferença* confusa de idéias que se movem sobre a superfície de uma diferença [...] de formas, sem que jamais, talvez, uma diferença da primeira ordem corresponda a uma diferença da segunda” (SAUSSURE, 2002, p. 75, grifo do autor).

Saussure insiste nesta questão: o signo não é uma relação simples entre significante e significado, mas existe enquanto diferenças. Para o professor, os signos nunca

são coincidentes, ou correspondentes, não existem antes, mas apenas depois de seu emprego, eles reúnem de modo positivo as diferenças, que são valores. O signo, assim descrito, é “destinado a ser transmitido, modificável” (SAUSSURE, 2002, p. 189). Saussure nos diz que há “um turbilhão de signos” (SAUSSURE, 2002, p. 92) destinados a serem transmitidos e que, neste processo de transmissão, podem ser modificados.

Estas são as bases em que Saussure edifica a sua teoria do valor que iremos observar agora.

2.2 O VALOR LINGUÍSTICO

[...] a língua, não pode ser senão um sistema de valores puros (SAUSSURE, 1996, p. 130).

No século XVII, surgem, na França, os dicionários de sinônimos. Esses dicionários eram organizados baseados na ideia de que não há sinônimos absolutos, eles se concentravam não na definição das palavras, mas no uso que a comunidade linguística fazia delas. Desse modo, podemos ver que *valor* é um termo da lexicologia que já estava estabelecido nos estudos linguísticos bem antes da reflexão saussuriana. A tradição da lexicologia clássica lhe atribuiu o sentido da significação linguística, como nos apresenta Bouquet (2000, p. 185).

Ferdinand de Saussure, porém, parece ser o primeiro a unir o conceito de sistema ao conceito de valor. O professor renova o sentido do termo ao ligá-lo não mais apenas ao léxico, mas ao funcionamento do sistema. Isso permite observar a língua também em seu funcionamento sincrônico, não mais apenas sob o ponto de vista das mudanças fonéticas.

A teoria do valor é apresentada aos alunos do curso de Linguística geral nas aulas de 23, 27, 30 de junho e 4 de julho de 1911. Apesar destas datas se referirem ao final do curso, isso não significa que ela é fruto de clarões repentinos da mente do mestre. Nas notas anteriores a 1900, já é possível ler uma teoria do valor bem desenvolvida.

A apresentação da teoria do valor linguístico no CLG está dividida em alguns capítulos. Podemos ler algo sobre o valor já no capítulo *A Linguística estática e a Linguística*

evolutiva. Nesse capítulo, lemos pela primeira vez no CLG a frase: “a língua constitui um sistema de valores puros” (SAUSSURE, 1996, p. 95).

Também lemos sobre o valor linguístico no capítulo intitulado *As unidades concretas da língua*, assim como nos capítulos seguintes: *Identidades, realidades, valores, O valor lingüístico, Relações sintagmáticas e relações associativas, Mecanismo da língua e O papel das entidades abstratas em gramática*.

A teoria do valor é a pedra angular do sistema da língua. A complexidade deste fato implica numa séria dificuldade em apresentá-la de forma clara e exata. Talvez por esta razão possamos observar uma fragmentação da teoria do valor em vários capítulos da edição de 1916.

Ao tentar apresentar a teoria do valor, a dificuldade se impõe, em especial, talvez porque ela seja o ponto da teoria saussuriana que mais claramente confirma a complexidade da língua e, por esta razão, confirma as palavras de Saussure: “Observa-se que não há, portanto, nenhum ponto de partida nem qualquer ponto de referência fixo na língua” (SAUSSURE, 2002, p. 40).

Compreendida a dificuldade imposta, o valor linguístico será observado como conceito construído de negatividade e de diferenças estabelecidas no sistema. Depois o valor será analisado a partir de dois pontos de vista. Primeiro o ponto de vista da sincronia: do caráter duplo do valor, ou seja, das relações associativas e sintagmáticas. Depois o ponto de vista diacrônico do valor, que concerne às criações analógicas que sobrevivem na tensão entre a sincronia e a diacronia. Em ambos, estaremos tratando do valor como lugar do sentido no sistema linguístico.

2.2.1 NEGATIVIDADE E DIFERENÇA

[...] *na língua há apenas diferenças sem termos positivos* (SAUSSURE, 1996, p. 139, grifo do autor).

O termo *valor* designa, na teoria de Saussure, uma pluralidade de fatos. Primeiramente, podemos observar que o professor não estabeleceu, de início, uma diferença séria entre os termos: *valor, sentido, significação*. Nas notas sobre a dupla essência da linguagem, Saussure confessa: “Não estabelecemos nenhuma diferença séria entre os termos

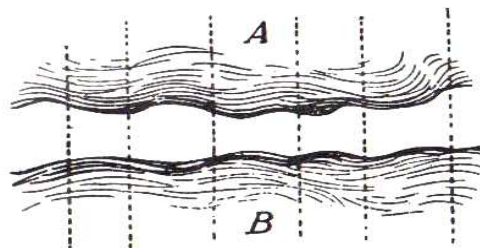
valor, sentido, significação, função ou *emprego* de uma forma, nem mesmo com a *idéia* como *conteúdo* de uma forma; esses termos são sinônimos” (SAUSSURE, 2002, p. 30, grifos do autor).

Nestas notas, anteriores a 1900, são muitas as considerações sobre o valor linguístico. Essa concepção de valor, como sentido e significação, aparece frequentemente nas aulas do terceiro curso e surge como emprego de uma forma, ou seja, de um significante. O valor, entendido desta forma, está de acordo com a tradição da lexicologia clássica, conforme já citada, de um traço diferencial. Podemos ler as palavras escritas no texto de 1916 sobre a questão:

No interior de uma mesma língua, todas as palavras que exprimem idéias vizinhas se limitam reciprocamente: sinônimos como *recear, temor, ter medo* só têm valor próprio pela oposição [...] Assim, o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia (SAUSSURE, 1996, p. 134-135, grifos do autor).

Aqui Saussure usa o exemplo dos dicionários de sinônimos de sua época, mas especificamente da lista encontrada no dicionário do abade Girard, conforme nos informa Bouquet (2000, p. 185, nota).

As diferenças delimitam ideias próximas, ou, dito de outra forma, os valores delimitam-se reciprocamente e formam um sistema. Assim, podemos analisar novamente, de outro ângulo, o esquema presente no capítulo *O valor lingüístico* do CLG¹⁵:



O texto de 1916 fala da não anterioridade das ideias e dos sons e que, sem os signos, seríamos incapazes “de distinguir duas idéias de modo claro e constante” (SAUSSURE, 1996, p. 130). O esquema acima apresenta, no plano A, a massa amorfa “das idéias confusas” (SAUSSURE, 1996, p. 130), e no plano B, a massa amorfa dos sons. Os traços que unem as duas nebulosas são as delimitações impostas pela língua.

¹⁵ Esquema em Saussure (1996, p. 131).

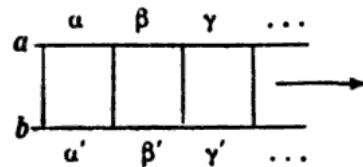
Primeiramente, começamos por entender que não havia um *antes*. As ideias e sons sem limites definidos são apenas nebulosas, um caos, ou uma impossibilidade de pensar algo ou mesmo falar alguma coisa. Isto significa que não há ideias e nem sons anteriores à língua; não há nada antes, “em lugar das *idéias* dadas de antemão”, temos apenas “*valores* que emanam do sistema” (SAUSSURE, 1996, p. 136).

A outra consequência que podemos extrair desse esquema é que a “língua é uma forma não uma substância” (SAUSSURE, 1996, p. 131). Antes, onde não havia forma, a língua confere uma forma por meio das delimitações.

O problema das delimitações das unidades é algo que preocupa Saussure, como vimos no início deste capítulo. Frequentemente, ele critica os linguistas da sua época por continuarem a discutir sobre unidades mal definidas.

O esquema das massas amorfas se assemelha ao esquema de Saussure das delimitações das unidades:

Quem conheça uma língua delimita-lhe as unidades por um método bastante simples, pelo menos em teoria. Consiste ele em colocar-se a pessoa no plano da fala, tomada como documento da língua, e em representá-la por duas cadeias paralelas: a dos conceitos (*a*) e a das imagens acústicas (*b*). Uma delimitação correta exige que as divisões estabelecidas na cadeia acústica (α , β , γ ...) correspondam à cadeia dos conceitos (α' , β' , γ' ...):



Seja em francês *sižlaprã*: poderei cortar esta seqüência após *l* e tomar *sižl* como unidade? Não: basta considerar os conceitos para ver que essa divisão é falsa. A separação em sílabas *siž-la-prã* nada tem tampouco de lingüístico, *a priori*. As únicas divisões possíveis são: 1° *si-z-la-prã* (“si je la prends”), e 2° *si-z-l-aprã* (“si je l’apprends”), e são determinadas pelo sentido que se dê a essas palavras. [...] o sentido autoriza a delimitação (SAUSSURE, 1996, p. 121).

Aqui podemos observar que a palavra *sentido*, no final da citação, é perfeitamente entendida como valor. O aspecto diferencial dos valores que se delimitam reciprocamente “cria” o sistema. Tal ideia não entra em conflito com o fato de “a língua elaborar suas unidades” (SAUSSURE, 1996, p. 131), assim, entendemos a língua como sistema de valores puros. A língua, vista sob esta perspectiva, é construída de diferenças, e este é o ponto de vista aceito por Saussure:

Fundamentalmente, a língua repousa sobre diferenças. Menosprezar esse fato, obstinar-se atrás de quantidades positivas é, eu acredito, se condenar a continuar, de uma ponta à outra do estudo lingüístico, ao largo do fato verdadeiro, e do fato decisivo em todas as diversas ordens em que somos desafiados a considerar a língua (SAUSSURE, 2002, p. 66).

O aspecto diferencial do valor é regido pelo princípio da arbitrariedade. Sobre o esquema das massas amorfas, o texto de 1916 afirma:

Não só os dois domínios ligados pelo fato lingüístico são confusos e amorfos como a escolha que se decide por tal porção acústica para tal idéia é perfeitamente arbitrária. Mas, de fato, os valores continuam a ser inteiramente relativos, e eis porque o vínculo entre a idéia e o som é radicalmente arbitrário (SAUSSURE, 1996, p. 132).

A nota 228 de Tullio de Mauro (1995, p. 464) faz alusão à inversão ocorrida na última frase da citação: “Mas, de fato, os valores continuam a ser inteiramente relativos, e eis porque o vínculo entre a idéia e o som é radicalmente arbitrário”. Ela deixa a ilusão de que o caráter arbitrário da língua advém da relatividade do valor. Mas é exatamente o contrário que está presente em todo restante do CLG e nas outras fontes manuscritas com maior clareza. Por exemplo, nas notas preparatórias para o curso, podemos ler: “na associação que constitui o signo, não há nada, desde o primeiro momento, além de dois *valores que existem um em virtude do outro* (arbitrariedade do signo)” (SAUSSURE, 2002, p. 278, grifo do autor). Ainda sobre a relação entre o valor e o arbitrário, lemos no texto de 1916:

Arbitrário e diferencial são duas qualidades correlativas. A alteração dos signos lingüísticos mostra bem esta correlação; é precisamente porque os termos *a* e *b* são radicalmente incapazes de chegar, como tais, até as regiões da consciência – a qual não percebe perpetuamente mais que a diferença *a/b* – que cada um dos termos fica livre de se modificar conforme leis estranhas à sua função significativa (SAUSSURE, 1996, p. 137, grifos do autor).

A arbitrariedade permite que uma mesma significação possa está revestida de diferentes valores. Sendo assim, Saussure afirma que os valores são relativos uns aos outros no sistema lingüístico. Ele diz: “o valor de um [signo] resulta tão-somente da presença simultânea de outros” (SAUSSURE, 1996, p. 133). É exatamente desta forma que Saussure difere valor de significação, sendo a segunda apenas um aspecto do valor.

Saussure conferiu dois princípios ao valor: a diferença e a semelhança. Esses dois fatores são necessários para se obter um valor.

Seu valor não estará então fixado, enquanto nos limitarmos a comprovar que pode ser “trocada” por este ou aquele conceito, isto é, que tem esta ou aquela significação; falta ainda compará-la com os valores semelhantes, com as palavras que se lhe podem opor. Seu conteúdo só é verdadeiramente determinado pelo concurso do que existe fora dela. Fazendo parte de um sistema, está revestida não só de uma significação como também, e sobretudo, de um valor, e isso é coisa muito diferente (SAUSSURE, 1996, p. 134).

Dessa forma, o valor depende da presença e/ou da ausência de outros valores que só existem um em função do outro no sistema. Ainda falando sobre a essência da língua, vemos porque Saussure considera o valor como sendo o ponto cardeal da Linguística estática:

Entretanto, é preciso reconhecer que *valor* exprime, melhor do que qualquer outra palavra, a essência do fato, que é também a essência da língua, a saber, que uma forma não *significa*, mas *vale*: esse é o ponto cardeal. Ela *vale*, por conseguinte ela implica a existência de outros *valores* (SAUSSURE, 2002, p. 30, grifos do autor).

Assim, o ponto de vista não está mais nas delimitações das unidades linguísticas, mas na simultaneidade dos valores no sistema, que é ilustrada pelo gráfico presente no CLG¹⁶:



Não existe um valor previamente dado, mas ele brota da “presença simultânea de outros” valores (SAUSSURE, 1996, p. 133). Desse modo, os termos valem por causa da diferença recíproca entre eles, e “em virtude do sentido que nós atribuímos a essas diferenças” (SAUSSURE, 2002, p. 30).

Além do aspecto diferencial e arbitrário dos valores, este esquema introduz a negatividade presente no sistema saussuriano. Vejamos as palavras no texto de 1916:

Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenças, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica exata é ser o que os outros não são (SAUSSURE, 1996, p. 136).

¹⁶ Gráfico em Saussure (1996, p. 133).

O valor de um signo é determinado não em sua positividade, mas em sua negatividade: um valor é aquilo que o outro não é, “qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia” (SAUSSURE, 1996, p. 135). Lemos, mais claramente, nas notas escritas por Saussure antes de 1900, o fato negativo dos valores:

Considerada de qualquer ponto de vista, a língua não consiste de um conjunto de valores *positivos* e *absolutos*, mas de um conjunto de valores negativos ou de valores relativos que só têm existência pelo fato de sua oposição (SAUSSURE, 2002, p. 71, grifos do autor).

A teoria de valor ressalta o fato negativo da língua e a sua característica sistêmica. Desse modo, entendemos que o valor origina-se da oposição dos termos no sistema da língua, a relatividade. Para Saussure, não resta dúvidas de que não há fatos positivos na língua, termos que possam ser considerados e definidos em si mesmo e por si mesmo.

No texto de 1916, durante o capítulo *O valor lingüístico*, Saussure nos diz duas vezes: “a língua é uma forma e não uma substância” (SAUSSURE, 1996, p. 131 e 141). A importância desta frase se revela quando nos perguntamos o que é uma forma. O próprio Saussure nos responde:

FORMA: Não uma certa entidade *positiva* de uma ordem qualquer, e de uma ordem simples; mas a entidade ao mesmo tempo *negativa* e *complexa*: que resulta (sem nenhuma espécie de base material) da *diferença* com outras formas, *COMBINADA* à *diferença* de significação de outras formas (SAUSSURE, 2002, p. 36, grifos do autor).

Assim como nas palavras acima citadas, nas notas sobre a essência dupla da linguagem, Saussure escreve dois textos, relativamente longos, sobre a negatividade e sobre a diferença, onde discute a relatividade dos valores. Neles, é ressaltada a natureza totalmente particular da língua: a negatividade. Lemos as palavras de Saussure:

[*Negatividade e diferença, 1*]

[...] em vez de serem diferentes termos, como as espécies químicas etc., não passam de *diferenças determinadas* entre os termos, que seriam vazios e indeterminados sem essas diferenças (SAUSSURE, 2002, p. 60, grifo do autor).

[*Negatividade e diferença, 2*]

Parece-me que se pode afirmar, propondo para a consideração, o seguinte: jamais se compreenderá o suficiente da essência puramente negativa, puramente *diferencial*, de cada um dos elementos da linguagem, aos quais atribuímos, precipitadamente, uma existência: não há nenhum deles, em

nenhuma ordem, que possua essa suposta existência – embora talvez, eu admito, somos desafiados a reconhecer que sem essa ficção o espírito seria literalmente incapaz de dominar uma tal quantidade de diferenças, em que não há, em parte alguma, em momento algum, um ponto de referência positivo e firme. [...] ora, parece que a ciência da linguagem é colocada à parte na medida em que os objetos que estão diante dela jamais têm realidade *em si* ou *à parte* de outros objetos a considerar; que, absolutamente, não têm qualquer substrato para a sua existência fora de *sua diferença* ou NAS diferenças de todo tipo que o espírito encontra meio de vincular *À diferença* fundamental (mas que sua diferença recíproca dá a cada um toda a sua existência) (SAUSSURE, 2002, p. 61, grifos do autor).

Por sua vez, as *diferenças* em que consiste toda a língua nada representariam, nem mesmo teriam sentido em tal questão, se não se quisesse dizer com isso: ou a diferença das formas (mas essa diferença nada é), ou a diferença das formas percebida pelo espírito (o que é alguma coisa, mas pouca coisa na língua) ou as *diferenças* que resultam do jogo complicado e do equilíbrio final. Assim, não apenas não haverá termos positivos, mas *diferenças*; mas, em segundo lugar, essas diferenças resultam de uma combinação da forma e do sentido percebido (SAUSSURE, 2002, p. 62, grifos do autor).

A ideia da negatividade dos valores é ilustrada na metáfora do jogo de xadrez. Nele, Saussure compara a língua ao jogo, em que os objetos não valem por sua materialidade, mas obtém seu valor pela relação que estabelecem com os outros elementos do jogo. Aqui fica evidente que Saussure se recusa a relacionar a língua à realidade das coisas, como se fosse uma nomenclatura. Isso fica claro no texto de 1916:

Suponhamos que, no decorrer de uma partida, essa peça venha a ser destruída ou extraviada: pode-se substituí-la por outra equivalente? Decerto: não somente um cavalo, mas uma figura desprovida de qualquer aparência com ele será declarada idêntica, contanto que se lhe atribua o mesmo valor. Vê-se, pois, que nos sistemas semiológicos, como a língua, nos quais os elementos se mantêm reciprocamente em equilíbrio de acordo com regras determinadas, a noção de identidade se confunde com a de valor, e reciprocamente (SAUSSURE, 1996, p. 128).

Um valor é determinado pela presença ou pela ausência de outros valores do sistema linguístico, a relatividade se impõe nos dois eixos: um da ausência de valores – as relações associativas – e um da presença simultânea de valores – as relações sintagmáticas. Na última nota que estava no envelope sobre a essência dupla da linguagem, o professor fala sobre o fenômeno do valor linguístico em um longo parágrafo em que enfatiza, escrevendo com letras maiúsculas, as diferenças e o fato “puramente negativo”. Ele conclui sua reflexão com o pequeno parágrafo em que podemos ler a necessidade dos signos presentes e ausentes

para gerar o valor. Ao mesmo tempo em que o signo só existe pelos valores, os valores só existem pela presença ou ausência percebida dos signos. Ele escreve:

A cada signo existente vem, então, SE INTEGRAR, se pós-elaborar, um valor determinado [...], que só é determinado pelo conjunto de signos presentes ou ausentes no mesmo momento; e, como o número e o aspecto recíproco e relativo desses signos mudam a cada momento, de uma maneira infinita, o resultado dessa atividade, para cada signo, e para o conjunto, muda também a cada momento, numa medida não calculável (SAUSSURE, 2002, p. 80).

A complexidade da teoria do valor está no fato de que este ordena o fato sistêmico e os mecanismos do sistema: as relações sintagmáticas e as relações associativas, o que está presente e o que está ausente. Isso quer dizer que tudo que é silenciado também concorre para gerar o valor tanto quanto aquilo que foi expresso.

Observaremos agora as relações associativas e sintagmáticas como valores percebidos numa perspectiva sincrônica da língua.

2.2.2 O CARÁTER DUPLO DO VALOR

As relações e as diferenças entre termos lingüísticos se desenvolvem em duas esferas distintas, cada uma das quais é geradora de certa ordem de valores (SAUSSURE, 1996, p. 142).

Durante a aula de 27 de junho de 1911, Saussure apresenta ao seu auditório o caráter duplo do valor, as relações associativas e as relações sintagmáticas. No caderno de Constantin, não utilizado na edição de 1916, é possível ler as seguintes palavras:

A relação e a diferença das palavras entre si se desenrola segundo duas ordens, em duas esferas completamente distintas: cada uma dessas esferas será geradora de uma certa ordem de valor, e a própria oposição que há entre as duas deixa mais clara cada uma delas. Trata-se de duas esferas ou de duas maneiras de coordenar as palavras com outras. 1º A coordenação sintagmática e a esfera das relações sintagmáticas. [...] Os termos opostos entre si encontram-se numa oposição espacial, e o jogo que estabelece entre eles tem por base esse princípio espacial. O espaço que falamos é, bem entendido, um espaço de tempo. O que coexiste sintagmaticamente coexiste na extensão como as peças de uma máquina (mas temos aqui apenas uma dimensão). 2º A coordenação associativa. Por associação psíquica com

outros termos que existem na língua (CONTANTIN, *apud* BOUQUET, 2000, p. 256).

O professor define o sintagma e as relações associativas. O sintagma é baseado nas oposições e as relações associativas são baseadas nas semelhanças. Esses são os dois princípios da teoria do valor. No texto de 1916, ele é declarado da seguinte forma:

Todos os valores parecem estar regidos por esse princípio paradoxal. Eles são sempre constituídos: 1° por uma coisa *dessemelhante*, suscetível de ser *trocada* por outra cujo valor resta determinar; 2° por coisas *semelhantes* que se podem *comparar* com aquela cujo valor está em causa (SAUSSURE, 1996, p. 134, grifos do autor).

O primeiro princípio declara as diferenças formadoras do sintagma, enquanto o segundo princípio declara as semelhanças formadoras das relações associativas. O primeiro está no singular, o que nos lembra que há um limite para o sintagma, não importa a sua extensão, ele é um sintagma e, por isso, é limitado em relação às inúmeras possibilidades existentes nas associações. No texto de 1916, temos a seguinte definição do termo sintagma:

Tais combinações, que se apóiam na extensão, podem ser chamadas *sintagmas*. O sintagma se compõe sempre de duas ou mais unidades consecutivas (por exemplo: *re-ler, contra todos; a vida humana; Deus é bom; se fizer bom tempo, sairemos* etc.). Colocado num sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos (SAUSSURE, 1996, p. 142, grifos do autor).

Ao contrário, as relações psíquicas de semelhanças, relações associativas, não se baseiam na extensão, é impossível determinar uma extensão para elas, pois estão sempre em ausência. Por isso, o segundo princípio está apropriadamente no plural. A edição de 1916 nos diz: “Enquanto um sintagma suscita em seguida a idéia de uma ordem de sucessão e de um número determinado de elementos, os termos de uma família associativa não se apresentam em número definido nem numa ordem determinada” (SAUSSURE, 1996, p. 146).

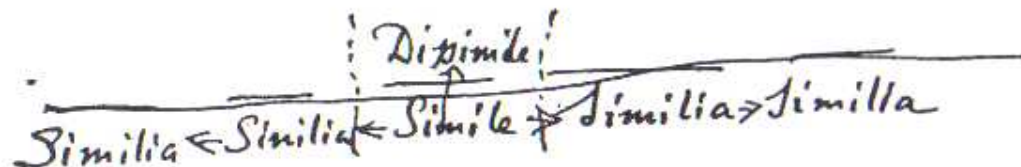
Enquanto a diferença está no espaço de um sintagma, semelhante a uma linha horizontal, ou seja, na linearidade que o tempo impõe aos significantes, a existência desta “linha” implica na existência das relações associativas, ou melhor, denunciam a sua existência. Em cada unidade do sintagma, podemos encontrar uma coordenação associativa. A ilustração, talvez, mais bem formulada deste fato do sistema da língua, está nas palavras de Lacan:

Mas basta escutar a poesia, o que sem dúvida aconteceu com F. de Saussure, para que nela se faça ouvir uma polifonia e para que todo discurso revele alinhar-se nas diversas pautas de uma partitura. Não há cadeia significativa, com efeito, que não sustente, como que apenso na pontuação de cada uma de suas unidades, tudo o que se articula de contextos atestados na vertical, por assim dizer, desse ponto (LACAN, 1998a, p. 506-507).

O ponto de encontro entre a diferença e a semelhança gera o sentido, ou o que Bouquet (2000) denominou de fato semântico, sem esse nó não há sentido algum. A impossibilidade de separar esses dois eixos é enfatizada pelo professor genebrino nas notas preparatórias para o terceiro curso de Linguística geral:

É próprio do *valor* relacionar essas duas coisas. Ele as relaciona de um modo que chega a desesperar o espírito pela impossibilidade de se investigar se essas suas faces do valor diferem por ele ou em quê. A única coisa indiscutível é que o valor existente nesses dois eixos, é determinado segundo esses dois eixos concomitantemente (SAUSSURE, 2002, p. 289, grifo do autor).

O gráfico desenhado por Saussure nessas notas mostra claramente a interdependência estabelecida entre as duas relações¹⁷:



O texto que acompanha este desenho diz: “A relação *simile* : *dissimile* é uma coisa totalmente diferente da relação *simili* – *similia*, e, todavia, esta relação pertence até o âmago, mas inacessivelmente, à noção de valor” (SAUSSURE, 2002, p. 289, grifos do autor). Aqui temos, no eixo vertical, as relações associativas, e na horizontal, um sintagma. Neste, Saussure isola um ponto, as setas indicam que o termo *simile* está em relação, na horizontal, com termos *similia* e a seta para cima indica a relação de *simile* com o termo *dissimile*; o texto mostra as diferenças das relações na horizontal e na vertical por usar símbolos diferentes para marcar cada uma das diferentes relações.

O que une as relações de diferenças e semelhanças em um ponto, como mostra o gráfico? O que determina as diferenças e percebe as semelhanças, conferindo vida, no

¹⁷ Desenho em Saussure (2002, p. 289).

sentido semiológico do termo, ao sistema? Por que Saussure isolou este ponto no gráfico, o que isto quer dizer?

Tentaremos esboçar uma resposta para estas questões no terceiro capítulo, que tratará do lugar que é permitido ao sujeito no sistema linguístico saussuriano. Ainda neste capítulo, examinaremos o valor numa perspectiva diacrônica, ou seja, veremos a analogias como consequência do movimento estabelecido entre as relações associativas e sintagmáticas, e como aquilo que se sustenta numa relação dialética entre o tempo sincrônico e diacrônico.

2.2.3 A PERSPECTIVA DIACRÔNICA E A ANALOGIAS

Uma forma analógica é uma forma feita à imagem de outra ou de outras, segundo uma regra determinada (SAUSSURE, 1996, p. 187).

Ao falar da natureza dupla da língua nas páginas anteriores, observamos rapidamente que a Linguística estática e a Linguística evolutiva não se excluem mutuamente. Muitas são as notas escritas pelo professor que refletem preocupação com o tempo e com as transformações que sofrem uma língua.

Na segunda conferência na Universidade de Genebra, em novembro de 1891, Saussure chega a afirmar que as observações sobre as mudanças que sofrem as línguas, “constituem a ocupação quase exclusiva do linguista, a respeito de qualquer língua que seja seu objeto de atenção” (SAUSSURE, 2002, p. 139).

Saussure tinha um posicionamento diferente diante da língua em relação aos comparativistas de sua época, ele falava da relação da língua com a sucessão no tempo. Saussure não estava interessado na construção de leis fonéticas que descreveriam correspondências entre diferentes línguas, implicando numa língua-mãe de todas as outras. No texto de 1916, ele diz:

Cumpre não confundir o que pode ser com o que é demonstrável. O parentesco universal das línguas não é provável, mas se fosse verdadeiro – como o crê um lingüista italiano, Trombetti –, não poderia ser provado pelo excessivo número de mudanças ocorridas. Assim, ao lado da diversidade no parentesco, existe uma diversidade absoluta, sem parentesco reconhecível ou demonstrável. [...] é a descoberta desses dados constantes que constitui o

objetivo principal de toda a comparação feita entre línguas irreduzíveis umas às outras (SAUSSURE, 1996, p. 223).

Assim, o objetivo das comparações de perceber “dados constantes”, segundo Saussure, é infrutífero, em si mesmo estéril, pois as mudanças não são previsíveis em todos os casos, ao contrário, na maioria deles não há uma forma anterior que seguramente podemos creditar à nova forma. Mas a língua está sempre “destinada a um fracionamento indefinido” (SAUSSURE, 1996, p. 226).

Ao dizer isso, ele não nega a importância da Linguística diacrônica, do estudo das mudanças que as línguas sofrem no decorrer do tempo ou a mudança decorrente da diversidade dos espaços geográficos. Saussure apenas muda o foco destas pesquisas para observação de constantes que constituem o objeto dos linguistas, a língua, e não como dados de construção de uma protolíngua.

Saussure não negava a importância das comparações linguísticas, mas ao mudar seu objetivo, ele dizia que as comparações deveriam ser “a respeito da organização gramatical” (SAUSSURE, 2002, p. 266).

Esta questão das mudanças que as línguas sofrem era de séria preocupação para Saussure. Ainda na segunda conferência de 1891, ele discursa longamente sobre a importância do tempo:

Mas é tempo de nos perguntar, sem pegar qualquer exemplo isolado, em que consistem as mudanças que se produzem com necessidade tão constante em todas as línguas, de que natureza são esses remanejamentos, essas modificações perpétuas, a que causas se remetem, e se têm o mesmo caráter em todas as línguas. O estudo da linguagem acredita, desde já, poder afirmar que a essência desses fenômenos é, em primeiro lugar, a mesma em toda a parte e, segundo lugar, que ela sempre foi a mesma, de sorte que é uma idéia muito falsa acreditar que o problema da origem da linguagem é um problema diferente do de suas transformações. Seria um outro problema caso se supusesse que outras forças agiram antes sobre a linguagem, [...]; ela equivale atribuir à humanidade primitiva faculdades ou sentidos essencialmente diferentes dos que possuímos (SAUSSURE, 2002, p. 139).

A divisão do tempo em sincrônico e diacrônico nos mostra a impossibilidade de estudar a língua ao mesmo tempo de um ponto de vista do estado presente, do sistema, e da sucessão no tempo. Porém, as palavras já citadas, presentes no início da edição de Bally e Sechehaye, podem perfeitamente se adequar à ideia de duas diferentes perspectivas para se estudar a língua: “nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras” (SAUSSURE, 1996, p. 15).

A relação entre a sucessão no tempo e o valor linguístico começa a ser demonstrada no texto de 1916, no capítulo *A Linguística estática e a Linguística evolutiva*. Segundo Saussure, é o valor que impõe à língua a necessidade de considerar o tempo em duas perspectivas distintas: sincrônica e diacrônica. Ele diz na edição de 1916:

Para as ciências que trabalham com valores, tal distinção se torna uma necessidade prática e, em certos casos, uma necessidade absoluta. [...] É ao lingüista que tal distinção se impõe mais imperiosamente, pois a língua constitui um sistema de valores puros que nada determina fora do estado momentâneo de seus termos (SAUSSURE, 1996, p. 95).

Podemos perceber que tal distinção é um método de pesquisa que o professor considera necessário. Observamos, anteriormente, as severas críticas dele aos linguistas que não têm um método seguro de pesquisa. Saussure diz que

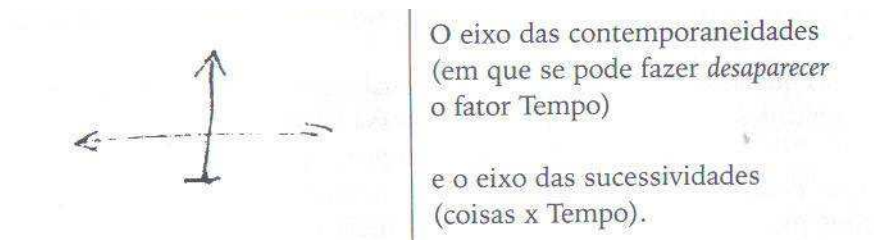
pode-se lançar aos estudiosos o *desafio* de organizarem suas pesquisas de modo rigoroso, sem levar em conta os dois eixos, sem distinguir o sistema de valores considerados em si, desses mesmos valores considerados em função do tempo (SAUSSURE, 1996, p. 95, grifo nosso).

Estas palavras, presentes no texto de 1916, parecem refletir a nota para o terceiro curso (1910-1911), com o tema: *Necessidade da alteração dos signos; sincronia e diacronia*, porque nos fazem lembrar. Esta também é uma nota longa, uma das últimas do professor, onde podemos ver um reflexo das palavras acima citadas. Leiamos:

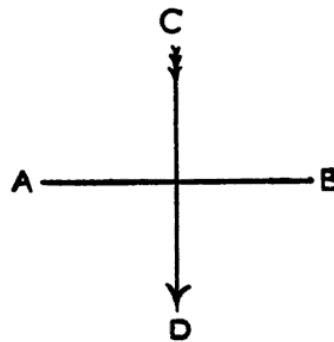
Quando se chega às ciências que se ocupam de *valores*, a distinção, que era apenas facultativa até então, se torna uma necessidade teórica e prática de primeira ordem. Pode-se, a partir desse instante, desafiar, quem quer que seja, a estabelecer uma ciência fora da separação dos dois eixos. Quando se chega, em terceiro lugar, às ciências que se ocupam, não mais do valor que tem raiz nas coisas, mas de valor *arbitrariamente fixável* (semiologia) = signo arbitrariamente fixável (lingüística), então a necessidade de distinguir os dois eixos atinge seu máximo, visto que, mesmo por simples evidência *a priori*, só vale o que é instantaneamente valorável (SAUSSURE, 2002, p. 287, grifos do autor).

Para Saussure, o fato de a língua trabalhar com valores puramente arbitrários, ou seja, por ser um sistema essencialmente semiológico, implica numa diferenciação entre o eixo sincrônico e o eixo diacrônico. É o fato de trabalhar com valores que obriga ao linguista

considerar a língua por dois pontos de vista diferentes. O desenho que surge nas notas do professor é este¹⁸:



Nesta mesma passagem da edição de 1916, os dois eixos são desenhados da seguinte forma¹⁹:



Sobre o gráfico, o texto citado nos diz as seguintes palavras:

1º *O eixo das simultaneidades (AB)*, concernente às relações entre coisas coexistentes, de onde toda intervenção do tempo se exclui, e 2º *o eixo das sucessões (CD)*, sobre o qual não se pode considerar mais que uma coisa por vez, mas onde estão todas as coisas do primeiro eixo com suas respectivas transformações (SAUSSURE, 1916, p. 95, grifos do autor).

Observamos, assim, que os eixos funcionam de modos diferentes, impondo um ponto de vista diferente para se olhar para cada eixo. Podemos dizer que, apesar dos dois eixos serem distintos, tanto o movimento diacrônico como o sincrônico são movimentos da língua.

O eixo das contemporaneidades ou simultaneidades não sofre a ação do tempo, enquanto o eixo das sucessões sofre a ação do tempo. Para Saussure, a força do tempo sob a

¹⁸ Desenho em Saussure (2002, p. 287).

¹⁹ Gráfico em Saussure (1996, p. 95).

língua é um princípio do qual não se pode escapar, “princípio de que a língua se modifica no Tempo” (SAUSSURE, 2002, p. 267).

Isso gera duas ordens de valores diferentes, como já dito: uma no eixo das simultaneidades e outra no eixo das sucessões.

O eixo das simultaneidades é o eixo das relações sintagmáticas e das relações associativas, como observamos anteriormente. No eixo das sucessões, as analogias podem ser percebidas como valores, produções que se realizam a partir do movimento que as relações associativas e sintagmáticas promovem no eixo das simultaneidades. Esta relação do tempo com a produção de valores será observada nas linhas seguintes. Falaremos um pouco, antes, sobre os fenômenos que Saussure credits às transformações que uma língua sofre na passagem do tempo diacrônico, com o objetivo de entender melhor as analogias como valores percebidos apenas na sucessão do tempo, apesar de ter sua gênese na sincronia.

Saussure diferencia dois fenômenos presentes nas transformações das línguas. Na segunda conferência na Universidade de Genebra, já citada, ele introduz estes dois conceitos ligados a um ponto de vista diacrônico da língua:

[...] em terceiro lugar, que, em toda a parte, esses fenômenos são de duas espécies distintas e independentes. Há, de um lado, a mudança *fonética* e, de outro lado, a mudança que recebeu vários nomes sendo que nenhum é excelente, mas dos quais o mais usado é a mudança *analógica*. Veremos por que em seguida. Pode-se opor, sob diversos pontos de vista, esses dois grandes fatores de renovação lingüística, dizendo, por exemplo, que o primeiro representa o lado fisiológico e físico da fala enquanto o segundo corresponde ao lado psicológico e mental do mesmo ato –, [...] opõe-se também, com frequência, essas duas ordens de fatos, dizendo que uma diz respeito aos sons e a outra às formas gramaticais, o que não é uma idéia clara porque as formas da língua nada mais são do que os sons, mas pode-se dizer que uma ataca a forma pelo lado do som e a outra pelo lado da idéia (SAUSSURE, 2002, p. 139, grifos do autor).

O professor apresenta à sua assistência dois fenômenos que entram em jogo na evolução de uma língua: a mudança fonética e a analógica. Sobre estas, ele diz que não poderia nem mesmo sonhar em “entrar numa descrição ou numa classificação, mesmo que absolutamente geral e aproximativa, de tudo o que está contido na idéia de *mudança fonética* e na de *mudança por analogia*” (SAUSSURE, 2002, p. 139, grifos do autor).

Mesmo falando da dificuldade de apresentar uma descrição destes fenômenos, é exatamente isto que ele tenta realizar durante toda a sua segunda conferência na Universidade de Genebra. Na sua primeira conferência, o professor fala um pouco sobre a diversidade das línguas na superfície do globo; já na segunda conferência, que é uma

continuidade do tema da primeira, o professor fala mais das mudanças que uma língua sofre no tempo. Desse modo, as duas conferências apresentam que as línguas mudam constantemente no espaço e no tempo. A segunda conferência traz algumas razões envolvidas na mudança diacrônica da língua: a questão fonética e a analogias.

Sobre o fenômeno analógico, Saussure começa por lembrar as tentativas infantis de construir frases, ele diz:

Alguns exemplos, considerando, em primeiro, o *fenômeno de analogia*, o fenômeno de transformação inteligente. Não há melhor maneira de perceber o que é isso do que escutar falar, por alguns minutos, uma criança de três a quatro anos. Sua linguagem é um verdadeiro tecido de formações analógicas, que nos fazem sorrir, mas que oferecem, em toda a sua pureza e candura, o princípio que não cessa de agir na história das línguas. *Venirai*. Como *je venirai*? Para isso é preciso que, em primeiro lugar, a criança conheça *venir* e que associe, em seu espírito, a idéia contida em *venir* com a que deseja exprimir; mas isso não basta; é preciso, em segundo lugar, que ela tenha ouvido dizer *punir* e *je te punirai* ou *choisir* [*je choisirai*]. Então, acontece o fenômeno *punir*: *punirai* = *venir*: *venirai*. [...] Observemos, em seguida, uma das características desse fenômeno: *em certo sentido*, isso não é uma transformação, *é uma criação*; mas, em última análise, não passa de uma transformação, já que todos os elementos de *venirai* estão contidos nas formas existentes, fornecidas pela memória; *punirai*, *punir* ou, então, se assim desejar, o sufixo - *ir*, o sufixo - *irai* e sua relação de significação. Sem a presença desses elementos, *venirai* é simplesmente impossível. Não haverá jamais criação *ex nihilo*, mas cada inovação será uma nova aplicação de elementos fornecidos pelo estado anterior da linguagem. É assim que a renovação analógica que, em certo sentido, é muito destrutiva, se limita a continuar a cadeia de elementos transmitidos desde a origem das línguas, sem jamais rompê-la (SAUSSURE, 2002, p. 139-140).

O exemplo da linguagem das crianças, para Saussure, é uma demonstração daquilo que “não cessa de agir na história das línguas”. A analogia é uma consequência do movimento das relações associativas e sintagmáticas, uma consequência que leva a criações no sistema que só serão percebidas do ponto de vista do eixo das sucessões. Por esta razão, podemos dizer que a analogias se sustentam entre o tempo sincrônico e o tempo diacrônico.

Percebemos, nas palavras citadas, que a criança recorre a formas “fornecidas pela memória”, ou seja, por uma série associativa. Esta série será utilizada como modelo para construção de uma nova forma sintagmática. Saussure justifica seu exemplo da fala de crianças dizendo: “A operação analógica é mais viva e mais fértil na criança porque a sua memória ainda não teve tempo de armazenar um signo para cada idéia e, por conseguinte, ela se vê obrigada a confeccionar, a cada instante, esse signo” (SAUSSURE, 2002, p. 140).

As formações analógicas estão, segundo o professor, presentes em todas as línguas. Para ele, “uma língua qualquer num momento qualquer, nada mais é do que um vasto enredamento de formações analógicas” (SAUSSURE, 2002, p. 140). Dessa forma, a analogia não é um fato único ou excepcional de uma língua, mas constitui “a substância mais clara da linguagem” (SAUSSURE, 2002, p. 141).

Nesta mesma conferência, depois de citar vários exemplos do fenômeno analógico, Saussure passa a falar, de modo mais resumido, da transformação que tem como causa a mudança fonética. As mudanças fonéticas são produzidas pelo arbitrário absoluto e pela força particularista que Saussure chama de “espírito de campanário” que, “sozinhos, criariam, em matéria de linguagem, particularidades até o infinito” (SAUSSURE, 1996, p. 238).

Nesta segunda conferência, ele apenas cita que este fenômeno fonético também está presente em todas as línguas, e apesar de escapar à nossa consciência, podemos percebê-lo de modo evidente na sucessão do tempo. O professor apresenta exemplos de mudanças fonéticas como *cantare > chanter* e *vacca > vache*, e nos diz:

Característica capital: atinge cegamente todas as formas da língua em que se encontra o som em questão e, por conseguinte, oferece um caráter de regularidade matemática. Esse caráter de regularidade é tal que se pode prever, sendo dada uma palavra latina, o que ela será em francês [...] (se não há perturbação por analogia). Um dos efeitos é a diferenciação das formas (a analogia restabelece, tende a restabelecer a simetria) (SAUSSURE, 2002, p. 142).

Observamos, na citação acima, que a transformação fonética obedece a uma regularidade, mas a analogias não podem ser previstas. A diferenciação destes dois fenômenos repousa na diferenciação da força do intercurso e do espírito de campanário presentes, segundo o professor, como forças opostas. A força do intercurso “é um princípio unificador, que contraria a ação dissolvente do espírito de campanário” (SAUSSURE, 1996, p. 139). Esta força, presente na língua, permite que as relações associativas e sintagmáticas engendrem a analogia, enquanto as mudanças fonéticas obedecem ao espírito de campanário, ou seja, a força particularista que “atinge cegamente” todas as formas em que o som a ser substituído está presente. Observemos as palavras do texto de 1916 sobre a força do intercurso:

É ao intercurso que se deve a extensão e a coesão de uma língua. Ele age de duas maneiras: quer negativamente, impedindo o retalhamento dialetal ao

sufocar uma inovação no momento em que surge em algum ponto, quer positivamente, favorecendo a unidade ao aceitar e propagar tal unidade (SAUSSURE, 1996, p. 239).

Estas duas forças explicam os dois modos que levam um sistema a se modificar do ponto de vista diacrônico. As mudanças fonéticas não têm razão específica e são ilimitadas, promovem um “retalhamento” da língua, ele diz:

Se se procura avaliar os efeitos dessas mudanças, vê-se prontamente que é ilimitado e incalculável, vale dizer, não se pode prever onde elas se deterão. É pueril acreditar que a palavra só se possa transformar até certo ponto, como se houvesse nela alguma coisa que pudesse preservá-la. Esse caráter das modificações fonéticas se deve à qualidade arbitrária do signo lingüístico, que não tem nenhum vínculo com a significação (SAUSSURE, 1996, p. 176).

Estas mudanças de sons ocorrem por causa da arbitrariedade absoluta do signo e estão no eixo diacrônico, ou seja, só podem se fazer sentir do ponto de vista da sucessão no tempo. Diferente das variações fonéticas, que são observáveis na sincronia, as mudanças fonéticas implicam num desaparecimento de uma forma em função de uma substituição por uma nova forma. Por isso, esse movimento de mudança fonética só é perceptível no eixo diacrônico. Saussure nos diz que este fato é incalculável e ilimitado porque afeta todos os signos. Para ele, “isso tem de ser assim *a priori*, pois se a gramática interviesse, o fenômeno fonético se confundiria com o fato sincrônico, coisa radicalmente impossível. Isto é o que se pode chamar de caráter cego das evoluções de sons” (SAUSSURE, 1996, p. 176, grifo do autor).

Esse movimento cego ao qual Saussure se refere repousa no arbitrário absoluto, pois é apenas pelo fato dos signos serem arbitrários que podem ser modificados, sem restrições, de modo ilimitado.

Saussure, porém, não esclarece ao que ele realmente se refere ao falar de uma força cega: se ao arbitrário absoluto, se à força do tempo que age sobre a língua, ou a algo que escapa ao sistema lingüístico. Ele nos diz que as mudanças fonéticas são o resultado da ação de uma “força cega em luta com a organização do sistema de signos” (SAUSSURE, 1996, p. 105), ou, em outras palavras, são frutos de uma “carta forçada” (SAUSSURE, 1996, p. 85), como diz o professor ao falar da mutabilidade do signo. Ele diz que esta “atinge cegamente todas as formas da língua em que se encontra o som em questão” (SAUSSURE, 2002, p. 142). Sobre estas mudanças e sobre o retalhamento que ela produz, Saussure diz:

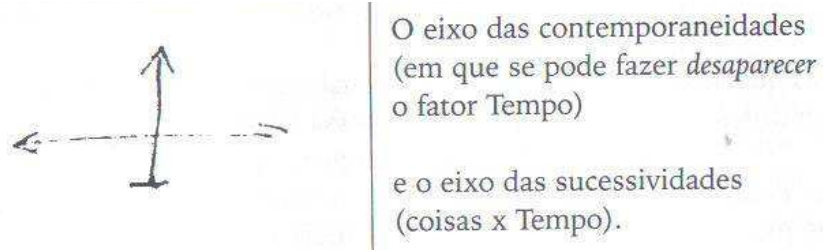
Do que procede, resulta que o fenômeno fonético é um fator de perturbação. Em toda parte onde não cria alternância, contribui para afrouxar os vínculos gramaticais que unem as palavras entre si; a soma das formas é inutilmente aumentada por ele; o mecanismo lingüístico se obscurece e se complica à medida que as irregularidades nascidas da mudança fonética predominem sobre formas agrupadas em tipos gerais; por outros termos, na medida em que o arbitrário absoluto predomine sobre o arbitrário relativo (SAUSSURE, 1996, p. 187).

Na mudança fonética, existe uma substituição de um som por outro, própria do eixo diacrônico, e nisto reside a sua distinção em relação ao eixo sincrônico. Saussure nos diz: “Assim é que o ‘fenômeno’ sincrônico nada tem em comum com o diacrônico, um é uma relação entre elementos simultâneos, o outro, a substituição de elemento por outro no tempo, um acontecimento” (SAUSSURE, 1996, p. 107).

Entretanto, ao falar da analogia, esta divisão fica embaçada na nossa visão. Apesar de ser um fato diacrônico, a analogia advém do sistema, ou seja, da sincronia, além disso, o fenômeno analógico não implica numa substituição, mas há simultaneidade de formas. Podemos desfazer nossas dúvidas ao lembrar as palavras de Saussure sobre o fato diacrônico e o sincrônico. Ele se refere, simultaneamente, a uma autonomia e a uma interdependência entre o sincrônico e o diacrônico (SAUSSURE, 1996, p. 103). Desse modo, é evidente que as substituições que ocorrem na diacronia demonstram uma autonomia em relação ao tempo sincrônico, ou seja, as sucessões no tempo não dependem do sistema. De modo paradoxal, a analogia que é percebida no eixo diacrônico mantém um vínculo com o eixo sincrônico, formando o que o professor chamou de interdependência.

Voltando ao gráfico dos eixos, podemos dizer que a analogia é o que permite que estes dois eixos se toquem, não de modo tangencial, mas permite que o fato diacrônico seja atravessado pela linha do fato sincrônico, ou talvez, que o fato sincrônico seja atravessado pelo fato diacrônico. O gráfico das notas de Saussure apresenta retas perpendiculares, se não existissem a analogia, estes dois eixos formariam retas reversas, ou seja, não existiria um plano que contivesse as duas retas simultaneamente. Isso significa que a sincronia e a diacronia podem gerar um único movimento, mas separá-los não significa excluir um deles, nem mesmo dizer que estão numa relação hierarquizada, mas que sua relação de interdependência implica num funcionamento específico e em sua clara distinção. Voltemos ao desenho do professor²⁰:

²⁰ Desenho em Saussure (2002, p. 287).



A analogia está exatamente no ponto de encontro entre os eixos, ela promove a interdependência entre os eixos. Saussure nos diz que a analogia contraria a força particularista das mudanças fonéticas: “Felizmente, o efeito dessas transformações é contrabalançado pela analogia. É dela que relevam as modificações normais do aspecto exterior de palavras que não sejam de natureza fonética” (SAUSSURE, 1996, p. 187). Ou seja, o efeito do arbitrário absoluto é contrabalançado pelo arbitrário relativo, pela força do intercurso que age impedindo o retalhamento da língua e, ao mesmo tempo, promovendo mudanças.

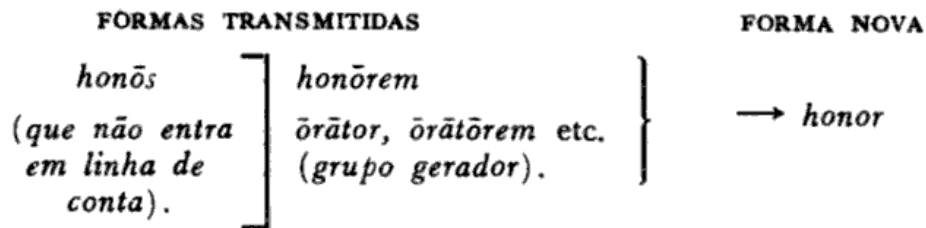
“A analogia supõe um modelo e sua imitação regular” (SAUSSURE, 1996, p. 187). Isso cria vínculos em grupos de signos, ao contrário da mudança fonética, que obscurece “o mecanismo lingüístico”. A analogia é promovida por estes mecanismos, que são nada mais do que as relações associativas e as relações sintagmáticas, seu resultado é de “restabelecer a simetria” (SAUSSURE, 2002, p. 142) do sistema.

A analogia restabelece a regularidade perturbada pela ação do arbitrário absoluto, unifica as formas. Às vezes, a força da analogia implica uma nova organização do sistema, organização sempre ameaçada pelo tempo que promove mudanças de ordem fonética oriundas do arbitrário absoluto. Porém, é impossível prever onde a analogia agirá e em que casos ela atingirá proporções grandiosas, a ponto de levar o sistema a uma nova organização. Sobre isso, Saussure nos diz: “Um acontecimento da mesma natureza pode produzir, em tal caso, uma mudança relativa, limitada, e, no segundo, uma mudança absoluta, ilimitada, já que inaugura um novo estado de *todos* os termos” (SAUSSURE, 2002, p. 227, grifo do autor).

Saussure nos dá vários exemplos de processos analógicos, um deles é do nominativo latino *honor*. Segundo o professor,

a princípio se disse *honōs* : *honōsem*, depois, por rotacismo do *s*, *honōs* : *honōrem*. O radical tinha, desde então, uma forma dupla; tal dualidade foi eliminada pela nova forma *honor*, criada sobre o modelo de *orator* : *oratore* etc (SAUSSURE, 1996, p. 187, grifos do autor).

Ou seja, *honor*, apesar de tal vínculo direto com *orator*, o último serviu de modelo para a nova forma, *honōrem*. Podemos perceber, também neste exemplo, que a analogia não substitui o termo anterior, pois temos dois termos diferentes que coexistem por um tempo, até que uma das formas desapareça. O quadro presente no texto de 1916 é o seguinte²¹:



Percebemos, desse modo, que o processo analógico, neste exemplo, unificou um grupo de signos antes separados. “A analogia se exerce em favor da regularidade e tende a unificar os processos de formação e flexão” (SAUSSURE, 1996, p. 188). Mas não se pode prever aonde chegará estas imitações, sobre isso nos adverte o professor:

Mas ela tem seus caprichos: ao lado de *Kranz : Känze* etc., tem-se *Tag : Tage, Salz : Salse* etc., que resistiram, por uma razão ou outra, à analogia. Por conseguinte, não se pode dizer de antemão até onde irá a imitação de um modelo, nem quais são os tipos destinados a provocá-la. Dessarte, não são sempre as formas mais numerosas que desencadeiam a analogia (SAUSSURE, 1996, p. 188).

Aqui, a analogia “não apagou a diversidade fonética, mas generalizou um modo de formação” (SAUSSURE, 1996, p. 189). Essa é uma das características da força do intercurso. Como vimos acima, ela tanto pode “sufocar uma inovação”, como pode “aceitar e propagar” (SAUSSURE, 1996, p. 239) uma inovação.

A analogia propaga uma formação sendo um fator de evolução da língua, assim como as mudanças fonéticas, também contribuem para a transformação da língua no tempo. a analogia ocorrem da seguinte forma, exemplificada no texto de 1916 ao explicar o gráfico anterior:

Todo fato analógico é um drama de três personagens: 1º o tipo transmitido, legítimo, hereditário (por exemplo, *honōs*); 2º o concorrente (*honor*); 3º uma personagem coletiva, constituída pelas formas que criaram esse concorrente

²¹ Quadro em Saussure (1996, p. 190).

(*honōrem, ōrātor, ōrātōrem* etc.). Considera-se, habitualmente *honor* com uma modificação, um “metaplasmo” de *honōs*; é desta última palavra que teria tirado a maior parte de sua substância. Ora, a única forma que nada teve a ver com a geração de *honor* foi precisamente *honōs*! (SAUSSURE, 1996, p. 189).

Uma mudança implica uma substituição. Segundo Saussure, a analogia não é uma mudança, mas uma *criação*. Uma nova forma é feita à imagem de outras formas já existentes, como observamos no exemplo acima. Saussure ainda nos explica:

Enquanto a mudança fonética nada introduz de novo sem antes anular o que a precedeu, a forma analógica não acarreta necessariamente o desaparecimento daquela a que vem duplicar. *Honor* e *honōs* coexistiram durante certo tempo e era possível usar uma pela outra. Entretanto, como repugna à língua manter dois significantes para uma só idéia, as mais das vezes a forma primitiva, menos regular, cai em desuso e desaparece. É esse resultado que faz crer uma transformação [...] Todavia, no momento em que nasce *honor*, nada mudou, pois não se substituiu nada; o desaparecimento de *honōs* não é mais uma mudança, de vez que se trata de um fenômeno independente do primeiro. Onde quer que se possa acompanhar a marcha dos sucessos lingüísticos, vê-se que a inovação analógica e a eliminação da forma antiga são duas coisas distintas e que em parte alguma surpreende uma transformação. Tal alheio ao caráter da analogia é substituir uma forma por outra que a vemos amiúde produzir formas que não substituem nada. [...] a ilusão de “mudança” analógica advém do fato de estabelecer-se uma relação com o termo suplantado e o novo (SAUSSURE, 1996, p. 190-191, grifos do autor).

Como observamos nesta longa citação, o professor nos diz de modo insistente que apesar de confundidas com mudanças, as formas analógicas não o são. Ele nos diz que as formas analógicas são “um princípio das criações da língua” (SAUSSURE, 1996, p. 191), um princípio de criações de ordem gramatical:

tudo é gramatical na analogia [...] Em resumo, a analogia, considerada em si mesma, não passa de um aspecto do fenômeno de interpretação, uma manifestação da atividade geral que distingue as unidades para utilizá-las em seguida. Eis porque dizemos que é inteiramente gramatical e sincrônica (SAUSSURE, 1996, 192-193).

Sobre o fenômeno de interpretação a que Saussure se refere, o observaremos no terceiro capítulo.

A analogia é resultado do sistema, é resultado das relações sintagmáticas e associativas que promovem uma nova forma. É necessário que se comparem as formas para que seja criada uma nova, à semelhança de outra já existente. O que se cria é um novo valor,

que está numa relação de semelhança e diferença com as formas que lhe emprestaram a matéria e estão num estado anterior da língua. Por isso, a analogia são valores que só podem ser sentidos do ponto de vista da sucessão do tempo, apesar do nascimento de uma analogia ocorrer na sincronia. Por isso, o professor nos diz que ela é, ao mesmo tempo, sincrônica e diacrônica, ou seja, a forma analógica é revestida de um valor diacrônico e de um valor sincrônico ao mesmo tempo.

Vejamos as palavras de Saussure acerca da analogia:

A analogia nos ensina, portanto, uma vez mais, a separar a língua da fala; ela nos mostra a segunda como dependente da primeira e nos faz tocar com o dedo o mecanismo lingüístico, tal como descrito. Toda a criação deve ser precedida de uma comparação inconsciente dos materiais depositados no tesouro da língua, onde as formas geradoras se alinham de acordo com suas relações sintagmáticas e associativas (SAUSSURE, 1996, p. 192).

A analogia, conforme vimos acima, “faz apelo às séries associativas tanto quanto aos sintagmas” (SAUSSURE, 1996, p. 206). Ela surge, assim, da reunião de certo número de elementos tomados de diversas séries associativas, que, num sintagma, criam novas relações entre fonemas, desinências, e qualquer forma que seja interpretada como semelhante e passível de ser reunida em outra série associativa. Assim, um novo sintagma se instala a partir de outro. Por isso, podemos dizer que a analogia são valores do ponto de vista da sucessão no tempo. Na citação acima, vimos que Saussure nos diz que a analogia nos ensina a colocar a fala como dependente da língua. Como a analogia faz isso?

É na fala que se acha o germe de todas as modificações: cada uma delas é lançada, a princípio, por certo número de indivíduos, antes de entrar em uso. [...] Como se efetuou essa substituição de *war* por *was*? Algumas pessoas, influenciadas por *waren*, criaram *war* por analogia; era um fato da fala; esta forma, freqüentemente repetida e aceita pela comunidade, tornou-se um fato de língua (SAUSSURE, 1996, p. 115, grifos do autor).

O exemplo de formação analógica citado acima, retirado da edição de 1916, foi exposto na segunda Conferência de Saussure na Universidade de Genebra, já citada, em que o professor discorre sobre o fenômeno e cita vários exemplos, inclusive este, tirado da história do verbo *sein*, em alemão.

Da forma descrita na citação acima, a analogia assume um papel no processo de transformação ou de evolução de uma língua: “Cada vez que uma criação se instala definitivamente e elimina sua concorrente, existe verdadeiramente algo criado e algo

abandonado, e nesse sentido a analogia ocupa um lugar preponderante na teoria da evolução” (SAUSSURE, 1996, p. 197).

Não só a analogia contribui enormemente para que uma língua, aos poucos, dia-a-dia, se transforme, a ponto de ser considerada outra língua, mas também conserva formas linguísticas. Ela, como produto da força do intercurso, age de duas maneiras, como princípio de renovação e como princípio de conservação ao mesmo tempo, como já dito anteriormente.

O motivo é o seu funcionamento, pois ao mesmo tempo em que algo novo é criado, por ser criado à semelhança de uma forma já existente, esta forma que lhe serve de modelo é propagada, conservando-se no sistema. Assim, as “inovações da analogia são mais aparentes que reais. A língua é um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido” (SAUSSURE, 1996, p. 200). Por utilizar sempre uma forma antiga em sua matéria, as inovações analógicas possuem um caráter de conservação. Uma roupa coberta com remendos pode parecer outra roupa, conferindo à roupa, por vezes, um novo modelo de mangas, gola, ou outro detalhe (nova reorganização do sistema), no entanto, seus remendos (matéria nova) são feitos do seu próprio tecido (matéria antiga).

Saussure nos ensina: “Todavia, quando se trata de conservação de uma forma composta de vários elementos, ou de uma redistribuição de matéria lingüística em novas construções, o papel da analogia é imenso; é sempre ela que está em jogo” (SAUSSURE, 1996, p. 201). Para ele, era “maravilhoso ver como, de qualquer modo que os acontecimentos diacrônicos venham a perturbar, o instinto lingüístico se acomoda para tirar o melhor proveito disso” (SAUSSURE, 2002, p. 227).

Apesar de dizer, em suas notas para um artigo sobre Whitney, que está “profundamente convencido de que qualquer um que ponha o pé no terreno da *língua* está abandonado por todas a analogia do céu e da *terra*” (SAUSSURE, 2002, p. 189, grifos do autor), Saussure, além de comparar a língua a um traje com remendos do seu próprio tecido, como vimos acima, ainda falando sobre o fenômeno analógico de transformação, volta a fazer uso da analogia como recuso estilístico, para falar da capacidade de regulação presente na língua e que o deixa maravilhado:

Isso lembra o formigueiro em que se enfia uma vareta e que, no mesmo instante, tem seus danos reparados, estou querendo dizer que a tendência ao sistema ou à ordem não se abate jamais; por mais que se tire de uma língua o melhor de sua organização, no dia seguinte os materiais restantes terão sofrido um arranjo lógico em um sentido qualquer, e esse arranjo será capaz

de funcionar no lugar do que se perdeu, embora, às vezes, em um outro plano geral (SAUSSURE, 2002, p. 227).

Desse modo, podemos perceber a língua como um sistema em constante estado de retomada e perda de equilíbrio, tomando, por vezes, nova posição, ou seja, se reorganizando dia após dia. Desse ponto de vista, podemos dizer que a língua é um sistema em perpétuo desequilíbrio e em perpétuo estado de reorganização. Saussure ainda nos diz sobre a analogia:

Pelo contrário, a analogia parte de unidades inferiores para delas fazer uma unidade superior. [...] A analogia faz apelo às séries associativas tanto quanto aos sintagmas. [...] A analogia é um procedimento que supõe análises e combinações, uma atividade inteligente, uma intenção (SAUSSURE, 1996, p. 207).

Segundo o professor, do ponto de vista diacrônico da língua, observamos a analogia e a mudança fonética. A mudança fonética ocorre, sem cessar, por intervenção do tempo, porém, a analogia requer o tempo somado à “uma atividade inteligente, uma intenção”. Sobre este procedimento e sobre o papel da intenção na analogia, discutiremos no capítulo seguinte.

Por hora, podemos, a partir das considerações feitas, perceber o fenômeno analógico como oriundo dos mecanismos da língua, e, desse modo, como valores do ponto de vista diacrônico.

Desse modo, falar da analogia é falar daquilo que se sustenta na tensão entre a sincronia e a diacronia, e faz perceber que a separação entre os dois eixos é artificial, necessário método de estudo apenas, levando-nos, novamente, a acreditar numa intensa dialética presente na reflexão saussuriana.

Capítulo III

**O LUGAR DO SUJEITO
NO SISTEMA LINGUÍSTICO SAUSSUREANO**

CAPÍTULO III

O LUGAR DO SUJEITO NO SISTEMA LINGUÍSTICO SAUSSUREANO

O signo escapa sempre, em certa medida, à vontade individual ou social, estando nisso o seu caráter essencial; é, porém, o que menos aparece à primeira vista (SAUSSURE, 1996, p. 25).

Elogios e críticas foram dirigidos à reflexão saussuriana exatamente por ela ter excluído o sujeito do objeto da Linguística. Fehr (2000) chama atenção para esta questão ao dizer que o seu projeto – ver uma relação entre sujeito falante e língua – pode parecer sem fundamento quando se pensa em tudo que foi dito sobre esta questão, partindo da noção de que Saussure colocou a Linguística no lugar de modelo para as ciências humanas exatamente porque definiu seu objeto sem referência a um sujeito falante.

Partiremos da hipótese de que a língua saussuriana, definida como um sistema de relações dialéticas, permite-nos pensar um lugar para o sujeito no sistema de valores. Não falaremos apenas de um sujeito falante, mas, como tentaremos observar, do sujeito como decorrência do sistema: um sujeito que, mergulhado na língua essencialmente social, deixa rastros onde podemos percebê-lo no lugar onde o sentido se faz presente. Esta hipótese repousa na noção lacaniana do sujeito do inconsciente, como dito no primeiro capítulo. Pensamos que o sujeito do inconsciente é aquele que nos permite pensar um lugar para o sujeito nas “brechas” do sistema. Este lugar apontado é o mesmo lugar onde podemos perceber o sentido: na teoria do valor.

No capítulo anterior, percebemos que as dicotomias saussurianas são, na verdade, pares dialéticos. Neste capítulo, retomaremos esses pares dialéticos com o objetivo de perceber, nessas relações, rastros que nos levam a uma permissão para pensarmos o sujeito como decorrência do sistema linguístico. Percebemos, por exemplo, no capítulo anterior, que a separação do par língua e fala é frágil e não claramente resolvida por Saussure. Vimos que, ao falar dos mecanismos da língua, seja sincrônica ou diacronicamente, temos problemas em demarcar esta linha de separação e o que podemos ter não é mais do que uma distinção. Porém, incluir a fala na reflexão saussuriana não coloca a questão do sujeito instantaneamente de modo claro. Não podemos dizer, simplesmente, que o sujeito está na fala e, como a fala pertence à língua, eis aí o lugar do sujeito no sistema linguístico saussuriano. A questão não é

tão simples como poderíamos supor, seria reduzir a reflexão saussuriana e retirar dela toda a sua força e beleza. Além disso, colocar o sujeito apenas em relação à fala seria voltar a falar do sujeito falante da língua, e, como já apresentado, não é essa a noção de sujeito que mais interessa a esta tese.

É evidente, tanto nas fontes manuscritas como no texto de 1916, que o professor jamais teorizou especificamente sobre a relação língua/sujeito, e que, ao mesmo tempo, a insistência em conferir à língua um caráter social também se faz presente. Porém, também é perfeitamente observável que ele jamais negou tal relação. As palavras de Saussure já citadas neste texto são emblemáticas do ponto de vista do professor sobre o assunto, por isso não poderia deixar de repeti-las: “O que é claro, como se repetiu mil vezes, é que o homem sem a linguagem seria, talvez, o *homem*, mas não um ser que se comparasse, mesmo que aproximadamente, ao homem que nós conhecemos e que nós somos” (SAUSSURE, 2002, p. 128, grifo do autor).

Esta passagem do discurso de Saussure, em sua primeira conferência em Genebra, revela um pesquisador da língua, sua preocupação é, primeiramente, com ela, mas não deixa de enxergar a relação entre seu objeto de pesquisa e o homem. Sabemos que Saussure conferiu à língua um caráter social. Em primeiro lugar, devemos nos deter a questionar que sujeito foi necessário excluir para que uma língua eminentemente social tivesse vida. Só a partir de então, poderemos questionar qual sujeito pode sobreviver ao sistema de língua definido como social, já que esta questão é colocada por Saussure ao dizer, como podemos ler na citação acima, que o homem tal qual o conhecemos não existiria sem a linguagem.

Nossa hipótese repousa na ideia de que o sujeito que jamais sobreviveria à língua saussuriana é o sujeito cartesiano: o sujeito que têm domínio total sobre si mesmo, que é o “dono da sua casa”, pois “o signo escapa sempre, em certa medida, à vontade individual ou social, estando nisso o seu caráter essencial; é, porém, o que menos aparece à primeira vista” (SAUSSURE, 1996, p. 25). Um sujeito positivista jamais permitiria uma teoria sobre a língua que tem, como um dos seus pilares, o signo que “escapa”, que não é de domínio do sujeito. Do mesmo modo, Saussure, ao priorizar a língua também não demonstra uma preocupação com o falante da língua enquanto indivíduo.

A exclusão do sujeito é um ponto de vista correto se tomarmos como referência o sujeito cartesiano. Também percebemos que, para Saussure, era uma prioridade “*colocar-se primeiramente no terreno da língua*” (SAUSSURE, 1996, p. 16, grifo do autor). Mas esta exclusão não nos impede de observar uma permissão para o diálogo com a noção de sujeito

do inconsciente, como observamos no primeiro capítulo. Agora, observaremos o sujeito como efeito do sistema, não deixando de notar que devemos primeiramente olhar para a língua, como nos adverte o professor.

Este capítulo está dividido em três partes. Primeiro, trataremos da escolha de Saussure do ponto de vista do sistema como uma necessidade para a escolha do ponto de vista do sujeito. O segundo ponto deste capítulo tratará da relação entre significante e significado realizada mediante um sujeito na estrutura do sistema. Por fim, no último ponto deste capítulo, voltaremos ao valor linguístico em seu aspecto sincrônico e diacrônico como lugar onde o sujeito pode ser percebido a partir dos movimentos de sentido do sistema.

E então, com base nesse esboço só visto de um determinado ponto de vista, o do sistema, poderemos observar como o sujeito do inconsciente teorizado por Lacan é apropriado para pensar esse sujeito que é efeito do sistema linguístico de Saussure, assim como apresentamos no primeiro capítulo.

Os primeiros “rastros” que nos permitem perceber o sujeito na estrutura do sistema saussuriano são as referências de forma direta e indireta que se somam nas fontes manuscritas e no CLG. Palavras como: *sujeito*, *sujeito falante*, *homem*, *indivíduo* e *espírito* podem ser lidas com certa frequência.

Os termos parecem assumir diferentes acepções. Ora referem-se a um ponto de vista determinado, ora a pessoas reais, ora a uma subjetividade que está na estrutura do sistema. É nesta última acepção do termo que esta tese se concentrará: num sujeito como efeito do sistema, como já dito.

A palavra *espírito*, em nenhuma das vezes em que o professor a escreve, traz uma definição específica. Porém, na maior parte das vezes em Saussure escreve *espírito*, o contexto aponta para uma definição da palavra: *sujeito*. Fehr (2000) aponta para a concepção da palavra *espírito* como *sujeito* nos textos saussurianos. Bouquet (2000), por sua vez, usa o termo da mesma forma que Saussure, sem defini-lo de modo claro e de modo frequente. Ele nos deixa rastros como a frase: “a teoria da ciência da linguagem, enquanto teoria da ciência de um fato do espírito – de uma ciência humana” (BOUQUET, 2000, p. 78).

Também Lemos (1995), em um texto comemorativo dos oitenta anos da morte de Saussure, refere-se ao termo *espírito* presente nos textos do professor como algo “psicológico”: “A elas, porém, se podem contrapor outras tantas em que o individual comparece na língua como fisiológico – ‘o cérebro do falante’ – ou como psicológico – ‘memória, *espírito*, mente’” (LEMOS, 1995, p. 47, grifo nosso). Dessa forma, onde se lê *espírito* nos escritos do professor, pode-se, por vezes, ler-se *sujeito*.

Com o objetivo de perceber esses rastros, a adoção do ponto de vista do sistema é uma exigência, e não uma opção, para poder enxergar o que muitos não puderam ver: um lugar para o sujeito na reflexão do professor. Isso justifica nosso segundo capítulo e o fato deste terceiro retomar seus pontos principais com o objetivo de perceber o sujeito na língua da reflexão saussuriana.

Um exemplo da necessidade do ponto de vista do sistema, e o modo como ela abre nosso ângulo de visão, é o par dialético social e individual. Ao dizer que a língua é social e a fala é individual, podemos concluir que o sistema estaria sempre nessa oposição, mas, o que enxergamos quando adotamos a perspectiva do sistema é que a língua contém o social e o individual, ou, mais exatamente, o sistema de língua sobrevive na tensão entre o par dialético. Lemos no texto de 1916:

Pelo funcionamento das faculdades receptiva e coordenativa, nos indivíduos falantes, é que se formam as marcas que chegam a ser sensivelmente as mesmas em todos. De que maneira se deve representar esse produto social para que a língua apareça perfeitamente desembaraçada do restante? Se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua. Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo (SAUSSURE, 1996, p. 21).

Percebemos, na citação acima, que a língua tem um caráter social, mas que isso não exclui seu caráter individual. A língua é apresentada como um “produto social” que está armazenado em “todos os indivíduos”, mas cada indivíduo não possui integralmente este produto, “a língua não está completa em nenhum, e só na massa existe de modo completo” (SAUSSURE, 1996, p. 21). Essa citação nos leva a questionar qual o conceito de social que Saussure coloca em questão ao falar da língua como um produto social, e ao mesmo tempo, que sujeito poderia ter lugar nesse “liame social que constitui a língua”.

Segundo Fehr (2000), o importante é que Saussure reconhecia que indivíduo e sociedade exercem um papel definitivo para a língua sem pretender reduzi-la às categorias psico ou sociolinguísticas. Mas, ao mesmo tempo em que parece querer construir para a língua um sistema fechado, como muitos observaram, afastando dele a sociedade e o sujeito, Saussure coloca, sempre, estes últimos como constitutivos da língua, do movimento que faz com que ela mude sempre, invariavelmente, pois o “signo escapa sempre, em certa medida, à

vontade individual ou social, estando nisso o seu caráter essencial; é, porém, o que menos aparece à primeira vista (SAUSSURE, 1996, p. 25).

É importante observarmos as palavras do professor ao caracterizar a língua como social para entendermos porque ele confere ao social um papel vital para a língua. Vejamos primeiro as notas de Saussure anteriores aos três cursos:

Elemento tácito, que cria todo o resto; que a língua circula entre os homens, que ela é *social*. Se faço abstração dessa condição, se eu me divirto, por exemplo, escrevendo uma língua em meu escritório, nada do que vou dizer sobre “a língua” será verdadeiro, ou não será necessariamente verdadeiro. É esse erro fundamental, já nos filósofos do século XVIII (SAUSSURE, 2002, p. 86, grifo do autor).

Nesta citação, observamos que o caráter social da língua é um elemento tácito que cria todo o resto, ou seja, todos os outros elementos da língua, já que é sobre eles que o professor escreve nesta passagem. Importante é que Saussure nos define o que é social para a sua reflexão: “a língua circula entre os homens”. O fato da língua circular, isto é, o fato dela ser transmitida, é o que a define como social. Esta característica da língua advém do fato dela ser um sistema semiológico. O professor até mesmo critica os filósofos que, em seus escritórios, escrevem uma língua, inventam uma língua. Ele diz que nada disso pode ser verdadeiro, pois a verdade sobre a língua reside no fato dela circular entre os homens, assim, um homem sozinho não pode criar uma língua.

Ao criticar o fato de os psicólogos da sua época não terem conhecimento sobre as leis da língua e a tomarem como forma fixa e convencional, Saussure nos diz:

o fenômeno sócio-histórico que provoca o turbilhão de signos na coluna vertical e impede que se faça dela um fenômeno fixo ou uma linguagem convencional, já que é o resultado incessante da ação social, imposta além de qualquer escolha (SAUSSURE, 2002, p. 92).

A partir das considerações acima colocadas, podemos perceber que a característica social da língua está atrelada ao fato de que a língua não é fixa, ou seja, como já vimos, ela circula e, além disso, não é convencional. Dizer que a língua não é convencional, neste contexto, aponta para o fato de que a língua é arbitrária, isto é, não depende de uma convenção anterior que determine em períodos remotos como ela seria, ela independe da escolha de alguém ou de algum grupo que, intencionalmente, deseje modificá-la. Assim, as mudanças incessantes que ela sofre originam-se da ação social, ou seja, do fato dela circular entre os sujeitos falantes, e isto está “além de qualquer escolha” consciente. A arbitrariedade,

que está na base do sistema linguístico saussuriano, confere à língua seu caráter social, assim como a Semiologia, que também coloca, necessariamente, a língua em circulação. A mudança constante permitida pela arbitrariedade e a circulação necessária imposta pela Semiologia nos leva a entender o motivo pelo qual Saussure caracteriza a língua como algo social apesar de ressaltar que ela escapa à vontade social e à vontade individual.

Saussure não intencionava escrever sobre uma língua abstrata, como os filósofos do século XVIII que ele criticou, mas escrever sobre a língua real. Por isso, na primeira conferência na Universidade de Genebra, ele nos diz:

quanto mais se estuda a língua, mais se chega a compreender que *tudo* na língua *é história*, ou seja, que ela é um objeto de análise histórica e não de análise abstrata, que ela se compõe de *fatos* e não de *leis*, que tudo o que parece *orgânico* na linguagem é, na realidade, *contingente* e completamente acidental (SAUSSURE, 2002, p. 131, grifos do autor).

Porém, ao dizer do social, o professor parece não negar o sujeito falante, ele escreve em anos posteriores: “A conquista destes últimos anos é ter, enfim, colocado não apenas tudo o que é a linguagem e a língua em seu verdadeiro nicho exclusivamente no sujeito falante seja como humano seja como ser social” (SAUSSURE, 2002, p. 116). Percebemos, assim, que a relação entre o individual e o social é extremamente dialética, pois o sujeito suposto pela língua saussuriana é “humano” e é “social” ao mesmo tempo. Isso significa que o sujeito é constituído de uma dupla face. Ora o eu, que diz e é senhor de sua fala, um sujeito falante, “humano”, ora uma subjetividade encontrada no sistema linguístico, ora um ser social, mergulhado numa língua social.

O sujeito que podemos pensar em relação à teoria de língua saussuriana é um sujeito que não tem domínio sobre a língua, mas que a língua lhe é anterior. Saussure escreve: “A natureza nos dá o homem organizado pela linguagem articulada” (SAUSSURE, 2002, p. 154).

O fato da arbitrariedade e da Semiologia, bases do sistema da língua, conferirem a ela um caráter social, conduz à exclusão do sujeito?

As palavras de Saussure acima citadas não nos levam a acreditar nisso, mas essa necessidade exclui uma noção de sujeito que é senhor da língua, pois o sujeito falante é também um ser social. A relação não seria realizada como se primeiro estivesse o homem e depois a língua, o que nos apresenta Saussure é o caminho contrário, pois o homem é “organizado pela linguagem articulada” (SAUSSURE, 2002, p. 154), ou seja, a língua e seu caráter social vêm primeiro num tempo mítico, pois a língua não existe sem o homem, na

mesma medida em que o homem não existe sem a língua. Novamente a questão da origem se apresenta a partir da impossibilidade de investigação plena. Só podemos dizer que a língua é maior que o homem, que ele não a domina plenamente, mas só mediante ela se faz homem.

Com o intuito de desenvolver estas questões, abordaremos o sujeito como um ponto de vista necessário ao sistema saussuriano. Então, tentaremos observar uma permissão para pensarmos o sujeito na teoria do valor linguístico, lugar do sentido, de um ponto de vista sincrônico e diacrônico.

Na sincronia, abordaremos o sujeito como presente nas relações sintagmáticas e paradigmáticas, pois a nossa hipótese é de que o sujeito apresenta-se de modos diferentes em cada uma das relações do sistema. Na diacronia, observaremos os fatos analógicos como criações que denunciam um lugar para o sujeito.

Apontar lugares onde se pode perceber esta permissão para se pensar o sujeito será o objeto deste capítulo, que toma como lente para realizar estas observações a noção lacaniana de sujeito do inconsciente.

3.1 O PONTO DE VISTA DO SUJEITO: O SISTEMA

A natureza nos dá o homem organizado pela linguagem articulada (SAUSSURE, 2002, p. 154).

A negatividade da língua, abordada no capítulo anterior, nos apresenta a constante relatividade do sistema: nele, tudo não é mais do que fluido e escorregadio. Eis por que não há termos positivos na língua, os valores são sempre relativos. Saussure observa: “o sistema nunca é mais que momentâneo” (SAUSSURE, 1996, p. 104). Porém, essa constatação não impede o professor genebrino de vê-la como fato concreto, porque ele toma a realidade da língua do ponto de vista do sujeito: “para a consciência do sujeito falante, tudo é concreto” (SAUSSURE, 2002, p. 282). Isto, para o professor, é um princípio que norteia seus estudos:

Princípio maior: em um determinado estado de linguagem, *real* é aquilo de que os sujeitos falantes têm consciência, tudo aquilo de que têm consciência e nada além do que podem ter consciência (SAUSSURE, 2002, p. 166, grifos do autor).

Eu torno a lembrar. Realidade = fato presente na consciência dos falantes (SAUSSURE, 2002, p. 161).

Também o ponto de vista sincrônico, escolhido para enxergar as relações de semelhança e diferença, é o ponto de vista do sujeito perante a língua.

O sistema e suas relações semiológicas e dialéticas não surgem aos poucos na mente do sujeito, ele não tem referência do que a língua era antes de tê-la adquirido. Saussure afirma que “a língua aparece sempre como uma herança” (SAUSSURE, 1996, p. 85). Nesse sentido é que o ponto de vista sincrônico é aquele que o sujeito reconhece. Leiamos:

A primeira coisa que surpreende quando se estudam os fatos da língua é que, para o indivíduo falante, a sucessão deles no tempo não existe: ele se acha diante de um estado (SAUSSURE, 1996, p. 97).

A sincronia conhece somente uma perspectiva, a das pessoas que falam, e todo o seu método consiste em recolher-lhes o testemunho; para saber em que medida uma coisa é uma realidade, será necessário e suficiente averiguar em que medida ela existe para a consciência das pessoas (SAUSSURE, 1996, p. 106).

Enquanto a Língua sincrônica só admite uma única perspectiva, a dos falantes, e por conseguinte um único método, a Língua diacrônica supõe, conjuntamente, uma perspectiva prospectiva, que acompanha o curso do tempo, e uma perspectiva retrospectiva, que o remota. A primeira corresponde ao curso verdadeiro dos acontecimentos (SAUSSURE, 1996, p. 247).

A lei sincrônica é geral, mas não é imperativa. Sem dúvida, impõe-se aos indivíduos pela sujeição do uso coletivo, mas não consideramos aqui que, *na língua*, força alguma garante a manutenção da regularidade quando ela reina em algum ponto (SAUSSURE, 1996, p. 108, grifo do autor).

Ao escolher olhar para a língua de uma perspectiva sincrônica, Saussure escolheu o ponto de vista do sujeito falante, da “consciência das pessoas”. Porém, ao mesmo tempo, Saussure nos diz que a lei sincrônica, modo como o tempo e a língua se relacionam, é imposta aos indivíduos pela via do social, pelo “uso coletivo” que estes fazem da língua. Como observamos na introdução deste capítulo, não podemos fazer uma separação clara entre o individual e o social no sujeito, pois ele compreende esta dualidade. O sistema, por sua vez, maior que o homem, existe mediante o ponto de vista subjetivo. A sincronia, ao mesmo tempo em que é imposta ao sujeito falante como ser social, é a escolha do sujeito, que, sem o saber, impõe o método sincrônico à língua numa relação paradoxal. Paradoxal porque por mais importante que seja o papel do sujeito de servir de pedra de toque para a realidade da língua, esse papel é realizado sem uma intenção. Para o sujeito, a lei sincrônica é uma imposição, ele não tem a menor consciência ou domínio do seu lugar perante a língua.

Sobre a necessidade do ponto de vista do sujeito, Fehr (2000) é enfático ao dizer que é exatamente por causa da presença do sujeito na língua que o sistema pode ser descrito:

[...] longe de ser excluído, o sujeito falante aparece aqui, uma vez mais e expressamente, como um ponto de referência irrecusável para a lingüística da língua, sem a qual nem as relações sincrônicas de um sistema lingüístico, nem os fenômenos diacrônicos que as modificam não seriam adequadamente descritos (FEHR, 2000, p. 149-150)²².

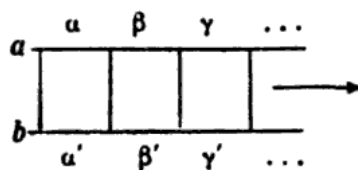
O ponto de vista positivo da língua está apenas na percepção que os sujeitos têm dela, assim como as unidades da língua só existem como fato positivo do ponto de vista do sujeito. Leiamos as palavras de Saussure:

Quando ouvimos uma língua desconhecida, somos incapazes de dizer como a seqüência de sons deve ser analisada; é que essa análise se torna impossível se se levar em conta somente o aspecto fônico do fenômeno lingüístico. Mas quando sabemos que significado e que papel cumpre atribuir a cada parte da seqüência, vemos então tais partes se desprenderem umas das outras, a fita amorfa partir-se em fragmentos; ora, essa análise nada tem de material. Em resumo, a língua não se apresenta como um conjunto de signos delimitados de antemão, dos quais bastasse estudar as significações e a disposição; é uma massa indistinta na qual só a atenção e o hábito nos podem fazer encontrar os elementos particulares (SAUSSURE, 1996, p. 120).

Na citação acima, ao falar das delimitações das unidades, o professor nos fala que só a atenção e o hábito fazem encontrar as unidades, isto é, os fatos positivos da língua só existem para os sujeitos, eles não são dados de antemão, apenas um sujeito permite fazer união de diferenças puramente negativas. Assim, todo ponto de vista positivo e concreto da língua é conferido pelo sujeito. Voltemos à citação já observada no capítulo anterior ao falar da teoria do valor lingüístico:

Quem conheça uma língua delimita-lhe as unidades por um método bastante simples, pelo menos em teoria. Consiste ele em colocar-se a pessoa no plano da fala, tomada como documento da língua, e em representá-la por duas cadeias paralelas: a dos conceitos (*a*) e a das imagens acústicas (*b*). Uma delimitação correta exige que as divisões estabelecidas na cadeia acústica (α , β , γ ...) correspondam à cadeia dos conceitos (α' , β' , γ' ...):

²² Tradução informal. Versão original: [...] loin de s'em trouver exclu, lê sujet parlant apparaît ici, une fois ancore et expressément, comme um point de référence irrecusable pour la *linguistique de la langue* et sans lequel ni lês relations synchroniques d'um système linguistique ni lês phénomènes diachroniques que lê modifient ne sauraient être adéquatement décrits (grifo do autor).



Seja em francês *sižlaprã*: poderei cortar esta seqüência após *l* e tomar *sižl* como unidade? Não: basta considerar os conceitos para ver que essa divisão é falsa. A separação em sílabas *siž-la-prã* nada tem tampouco de lingüístico, *a priori*. As únicas divisões possíveis são: 1° *si-z-la-prã* (“si je la prends”), e 2° *si-z-l-aprã* (“si je l’apprends”), e são determinadas pelo sentido que se dê a essas palavras. [...] o sentido autoriza a delimitação (SAUSSURE, 1996, p. 121).

No capítulo anterior, observamos nesta citação do texto de 1916 que, ao falar de sentido, o professor se refere ao valor como tendo o papel de delimitar as unidades relativas: um problema teórico se não observarmos que Saussure fala que é o espírito que percebe as unidades como positivas, ou seja, só existe positividade do ponto de vista do sujeito perante a língua. Leiamos:

Cumpriria buscar em que se funda a divisão em palavras – pois a palavra, malgrado a dificuldade que se tem para defini-la, é uma unidade que se impõe ao espírito, algo central no mecanismo da língua (SAUSSURE, 1996, p. 128).

Assim, o *lugar* da palavra, a esfera que ela adquire uma realidade, é puramente o **ESPÍRITO**, que é também o único *lugar* em que ela teria seu sentido: pode-se, depois disso, discutir para saber se a consciência que temos da *palavra* difere da consciência que temos de seu *sentido* (SAUSSURE, 2002, p. 76, grifos do autor).

Então, a unidade da língua, o ponto de vista positivo num sistema de valores relativos e negativos, é o ponto de vista do sujeito: é no sujeito que as unidades da língua adquirem realidade. Essa prerrogativa explica as seguintes palavras do professor:

Em lingüística, pode-se perguntar se o ponto de vista do qual se vê a coisa não é a coisa toda e, por conseguinte, definitivamente, se partimos, em um único ponto de vista, de alguma coisa de concreto ou se jamais houve alguma coisa além de nossos pontos de vista indefinidamente multiplicáveis (SAUSSURE, 2002, p. 63).

Os pontos de vista são, em relação à língua, “indefinidamente multiplicáveis”. A natureza dupla da língua, a negatividade dos valores, impõe ao espírito a necessidade de encontrar uma positividade onde não há, Saussure nos diz que “sem essa ficção o espírito

seria literalmente incapaz de dominar uma tal quantidade de diferenças, em que não há, em parte alguma, em momento algum, um ponto de referência positivo e firme” (SAUSSURE, 2002, p. 61).

O que lança luz nestas observações é o valor linguístico visto como lugar onde se pode pensar o sujeito no sistema de língua, seja na questão das delimitações das unidades, como acima exemplificado, seja em todos os outros aspectos da teoria do valor.

Observaremos a ideia de sujeito a partir das considerações saussurianas do valor linguístico. Essa consideração será realizada novamente mediante a negatividade e a diferença, as relações associativas e sintagmáticas e a analogia, pois acreditamos que o sujeito pode ser percebido de modo diferente em cada ponto da teoria do sentido.

Antes, observaremos a relação entre significante e significado como base para a teoria de valor e como um ponto da teoria saussuriana necessário para observarmos a relação da língua e do sujeito, uma vez que esta denuncia a importância do ponto de vista subjetivo. Apesar de não ser a preocupação principal desta tese, a relação estabelecida entre significados e significantes também nos apontará para a importância do sujeito falante.

3.2 A RELAÇÃO SIGNIFICADO E SIGNIFICANTE E O SUJEITO

Só se pode, verdadeiramente, dominar o signo, segui-lo como um balão no ar, com certeza de reavê-lo, depois de entender completamente a sua natureza, natureza dupla que não consiste nem no envoltório e também não no espírito, no ar hidrogênio que insufla e que nada valeria sem o envoltório (SAUSSURE, 2002, p. 102-103).

No capítulo anterior, observamos a teoria do signo do ponto de vista das diferenças, do sistema que cada signo guarda em si, razão pela qual ele só existe enquanto positivo por meio da reunião de diferenças. Chegamos, assim, à pergunta: o que une estas diferenças, o que faz o signo ser como um balão no ar, como Saussure comparou na citação acima?

Novamente, observaremos a citação que nos aponta para uma não anterioridade total dos signos e dos valores:

Aqui, ao contrário, é muito crítico começar a falar da diversidade do signo *na* IDÉIA *una* em vez de falar de sua diversidade no *emprego uno* ou *significação una* [...]: porque isso é cair no erro de acreditar que haja, anteriormente estabelecidas, quaisquer categorias ideais em que aconteçam depois, secundariamente, os acidentes do signo (SAUSSURE, 2002, p. 51, grifos do autor).

Em resumo, a língua não se apresenta como um conjunto de signos delimitados de antemão, dos quais bastasse estudar as significações e a disposição; é uma massa indistinta na qual só a atenção e o hábito nos podem fazer encontrar os elementos particulares (SAUSSURE, 1996, p. 120).

Essas palavras levam-nos a pensar que um signo só existe no momento de seu emprego ou por meio de um sujeito falante que o emprega. Para Saussure, é um erro acreditar que existam categorias ideais antes do signo: eles são “acidentes”, só existem no momento em que são empregados. A cada momento, ao falar, um sujeito comete um “acidente”. Isso resulta num sistema cuja complexidade impede qualquer definição simplista do que seria o signo que se faz no momento do corte, e este corte não está no passado, mas é realizado a todo o momento em que um signo é empregado por um sujeito falante, pois os signos não estão delimitados de antemão, mas é a atenção e o hábito de um sujeito falante que delimitam os signos no momento em que os empregam.

No fato puramente diferencial, repousa o que o professor designa de “realidade da língua”, mas, para que a língua “funcione”, é necessário que as diferenças sejam reunidas em um ponto de vista positivo. Vejamos novamente a citação, agora atentos ao modo como as diferenças são reunidas:

A primeira expressão da realidade seria dizer que a língua (ou seja, o sujeito falante) não percebe nem a idéia *a*, nem a forma *A*, mas apenas a relação *a/A*; essa expressão seria, ainda, completamente grosseira. Ela só percebe, na verdade, a relação entre as duas relações *a/AHZ* e *abc/A*, [...]. É isso que chamamos de QUATÉRNION FINAL e, considerando o quatro termos em suas relações: a tripla relação irreduzível. É, talvez, sem razão que renunciamos a reduzir essas três relações uma só; mas nos parece que essa tentativa começaria a ultrapassar a competência do lingüista. [...] Observa-se que não há, portanto, nenhum ponto de partida nem qualquer ponto de referência fixo na língua (SAUSSURE, 2002, p. 39-40).

Observamos, no capítulo anterior, a *Quatérnon Final* de Saussure como a constituição do signo teorizado por ele, e, desse modo, diferente do signo estóico. Mas agora devemos nos ater à primeira frase da citação: “a primeira expressão da realidade seria dizer que a língua (ou seja, o sujeito falante) não percebe nem a idéia...”. De facto, parece que

Saussure nos diz que é o sujeito falante que percebe as diferenças e as reúne sob um ponto de vista positivo: o signo.

Mas observamos também que o som, ou a impressão acústica, não está ligado por um vínculo de complementaridade com o significado. Assim, a questão ainda reside no que conduz a essa união. A resposta talvez esteja nestas palavras escritas pelo professor:

Chama-se figura vocal que é determinada *para a consciência dos sujeitos falantes*. (A segunda menção é, na realidade, supérflua, porque *nada existe* além do que existe para a consciência; então, se uma figura vocal é determinada, ela o é imediatamente) (SAUSSURE, 2002, p. 47, grifos do autor).

A questão sobre o que une o signo está centrada numa questão sobre qual é a relação do sujeito com os signos que ele fala. É significativo que o professor tenha usado a consciência dos sujeitos como pedra de toque, como prova final não só da perspectiva sincrônica, como observamos acima, mas também da existência do signo, que nada é se não há quem o coloque no ar. Talvez por isso, por fixar sua teoria na consciência do sujeito, que Saussure diga que “nos parece que essa tentativa começaria a ultrapassar a competência do lingüista” (SAUSSURE, 2002, p. 40).

Apesar de não haver um só ponto de apoio fixo na língua ou na linguagem, “nenhum ponto de partida evidente”, o professor se apóia na consciência dos sujeitos para definir as unidades da língua. O sujeito reúne diferenças e dá a estas um caráter positivo, vejamos as palavras do professor:

Parece-me que se pode afirmar, propondo para a consideração, o seguinte: jamais se compreenderá o suficiente da essência puramente negativa, puramente *diferencial*, de cada um dos elementos da linguagem, aos quais atribuímos, precipitadamente, uma existência: não há nenhum deles, em nenhuma ordem, que possua essa suposta existência – embora talvez, eu admito, somos desafiados a reconhecer que sem essa ficção o **espírito** seria literalmente incapaz de dominar uma tal quantidade de diferenças, em que não há, em parte alguma, em momento algum, um ponto de referência positivo e firme (SAUSSURE, 2002, p. 61, grifos do autor).

Assim, o *lugar* da palavra, a esfera que ela adquire uma realidade, é puramente o **ESPÍRITO**, que é também o único *lugar* em que ela teria seu sentido: pode-se, depois disso, discutir para saber se a consciência que temos da *palavra* difere da consciência que temos de seu *sentido* (SAUSSURE, 2002, p. 76, grifos do autor).

A citação acima nos diz que natureza é “puramente diferencial”, mas “atribuímos, precipitadamente, uma existência” ao que, na verdade, não existe enquanto

elemento positivo. É por meio de uma “ficção” que o “espírito” pode “dominar uma tal quantidade de diferenças, em que não há, em parte alguma, em momento algum, um ponto de referência positivo e firme” (SAUSSURE, 2002, p. 61). Nestas palavras de Saussure, percebemos que é o sujeito quem “cria”, por meio de uma “ficção”, uma positividade, ao reunir diferenças que são puramente negativas num sistema que não possui um ponto de referência fixo porque suas unidades são puramente negativas.

Na segunda citação, observamos que o lugar em que a palavra adquire realidade é a consciência, ou o espírito. Assim, é no sujeito que a palavra passa a ser real, passa a existir como realidade concreta por fazer uso dessas diferenças.

O signo é comparado por Saussure a um balão no ar: mas “o *balão*, por sua vez, nada é” (SAUSSURE, 2002, p. 103), nos diz o professor; ou seja, o signo nada é sem que exista alguém que o perceba como realidade. Esses valores só existem baseados na consciência de sujeitos falantes, pois os sujeitos percebem apenas as diferenças, ou seja, só há consciência dos valores.

Isso coloca o sujeito como aquele que percebe os valores, mudando a questão da dicotomia para a questão de um sistema dialético, extremamente complexo, “deslizante”, como nos ensina o professor, que permite perceber o sujeito no movimento desse sistema. As consequências dessas constatações não são calculáveis inicialmente. A primeira consequência, talvez, que se coloca diante de nós, é que um sistema baseado na percepção de sujeitos, que se forma a cada momento em que se fala, não pode ser homogêneo ou parado, um sistema assim não pode ser fechado, pronto e acabado, mas é um sistema plural, em constante movimento de mudanças e transformações que caminham lentamente, dia-a-dia, mediante o fator social da língua que a “condena” a ser sempre transmitida.

Longe de ser uma abstração, o professor fundamenta as unidades do sistema linguístico na consciência dos sujeitos, isto é o que dá permissão para falar de signos como um fato da realidade. Nada nos é mais concreto do que aquilo que podemos perceber. Essa ideia de sujeito é importante para o movimento que esta tese intenciona, não apenas olhar o sujeito falante que emprega os signos, mas também um sujeito que, sem intenção ou uso da razão, reúne fatos negativos e permite que eles existam como fatos positivos.

Essas rápidas considerações da reflexão do professor nos levam a colocar o sujeito como aquele que coloca o signo no ar, ou seja, lhe confere vida semiológica. E esta força vital, o ar em que o balão desliza – nos ensina Saussure – está na capacidade de ele ser transmitido, ou seja, repousa no fato social de que a língua é compartilhada.

Agora nos deteremos na teoria dos valores como lugar em que o sujeito pode ser percebido no sistema saussuriano de língua.

3.3 O VALOR LINGÜÍSTICO E O LUGAR DO SUJEITO NO SISTEMA DA LÍNGUA

Por sua vez, a arbitrariedade do signo nos faz compreender melhor por que o fato social pode, por si só, criar um sistema lingüístico. A coletividade se faz necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consenso geral: o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar um que seja (SAUSSURE, 1996, p. 132).

No capítulo anterior, observamos que é a coletividade quem “cria” o sistema de valores, como nos lembra a citação acima. Valores estes estabelecidos pelo uso que uma comunidade linguística faz deles. O sujeito falante, por sua vez, é “incapaz” de criar os valores. Isso é óbvio se lembrarmos que recebemos a língua como uma “herança de gerações passadas”, ou seja: pronta. Os valores assim recebidos, como uma herança, são adquiridos pelo sujeito, que faz uso desse sistema e age sobre os valores. Porém, a ideia de um sujeito incapaz diante do sistema de valores parece se contradizer com o sujeito que surge no texto de 1916, no final do capítulo *O valor lingüístico*: “[...] toda diferença ideal percebida pelo *espírito* busca exprimir-se por significantes distintos, e duas idéias que o *espírito* não mais distingue, tende a se confundir no mesmo significante” (SAUSSURE, 1996, p. 140, grifo nosso).

Após falar que os valores são relativos e fundados em diferenças, o professor nos diz que a diferença em que se baseia os valores é “percebida pelo espírito”, e mais, os valores, ou diferenças que o “espírito não mais distingue”, deixam de existir. Esta citação nos remete ao exemplo dado pelo professor dos sinônimos *recear*, *temer* e *ter medo*: “se *recear* não existisse, todo seu conteúdo iria para os seus concorrentes” (SAUSSURE, 1996, p. 135). O que faz um significante deixar de existir, transferindo seu valor para os signos que lhe opõem, é o fato do espírito não mais reconhecer a diferença, ou seja, o sujeito não mais opõe um valor ao outro, dessa forma, ele não mais possui uma positividade para o sujeito, deixando de ser usado e, por sua vez, deixando de existir como significante.

Dessa forma, o papel do sujeito passa a ser mais importante do que se poderia supor a um indivíduo “incapaz”. Como conciliar essas duas ideias paradoxais presentes no texto de 1916?

Primeiramente, podemos voltar à ideia do social presente nos textos saussurianos. Esse é um ponto importante para entendermos como a ideia de sujeito aparece na reflexão saussuriana.

Os textos saussurianos permitem ler a expressão social como aquilo que é compartilhado por muitos indivíduos, que circula, sem, ao mesmo tempo, retirar deles a sua característica de indivíduo, de único. A massa social não é uma massa homogênea, porém, o sujeito, sendo apenas mais um, não tem poder sobre ela, mas isso não é o mesmo que excluir o sujeito da língua. Esse é um mecanismo de defesa do sistema que, estando à mercê das inovações individuais, se modificaria numa velocidade tão grande que seria impossível que algo permanecesse. Assim, o sistema seria sempre momentâneo e talvez a identidade do sistema fosse comprometida a ponto de um falante não a reconhecer mais. Ao falar dos fatores que levam o sistema a resistir a uma revolução total na língua, ou seja, os fatores que fazem com que o sistema permaneça, aparentemente, o mesmo, Saussure nos traz uma ideia da definição do que é social:

A língua – e esta consideração sobreleva todas as demais – é, a cada momento, a tarefa de toda a gente; difundida por u’a massa e manejada por ela, é algo de que todos os indivíduos se servem o dia inteiro. Nesse particular, não se pode estabelecer comparação alguma entre ela e as outras instituições. As prescrições de código, os ritos de uma religião, os sinais marítimos etc., não ocupam mais que certo número de indivíduos por vez e durante um tempo limitado; da língua, ao contrário, cada qual participa a todo instante e é por isso que ela sofre sem cessar a influência de todos [...] A língua, de todas as instituições sociais, é a que menos oferece oportunidades às iniciativas (SAUSSURE, 1996, p. 88).

Na citação acima, podemos observar que a língua só poderia ser definida como social, pois ela pertence a todos e sofre influência de todos os indivíduos simultaneamente, sendo assim, esse é um fator de conservação da língua que, entregue às iniciativas individuais, seria dissolvida. Mas, como já observamos, a definição de social para o professor não exclui da língua a presença do sujeito.

A língua não é estática. Segundo Saussure, ela é constantemente modificada, e isso se deve, também, ao fator social, pois é apenas na coletividade que as inovações linguísticas iniciadas em um pequeno ponto do sistema se propagam a ponto de modificar a língua. Na quarta parte do texto de 1916, ao falar de Linguística Geográfica, o professor nos

esclarece melhor o par individual e social ao discutir sobre as duas forças que conferem vida semiológica à língua:

A propagação dos fatos de língua está sujeita às mesmas leis que regem qualquer outro costume, a moda, por exemplo. Em toda massa humana, duas forças agem sem cessar simultaneamente e em sentidos contrários: de um lado, o espírito particularista, o “espírito de campanário”; de outro, a força de intercuro, que cria as comunicações entre os homens (SAUSSURE, 1996, p. 238).

O espírito de campanário, chamado de particularista, é a face oposta da força de intercuro, que cria o laço social. As duas forças opostas agem sempre e ao mesmo tempo na língua, simultaneamente, como diz o texto. As consequências disso podem ser observadas na constante dualidade da língua: seus pares parecem sempre opostos e agem ao mesmo tempo no sistema linguístico, de modo que um não exclui o outro. Da mesma forma, podemos pensar que o social não exclui o individual na língua, mas que eles agem em sentidos opostos e de modo simultâneo. É importante observarmos que a palavra *espírito*, nesta passagem do CLG, não contém a mesma ideia de sujeito, mas sim de uma força, assim como o intercuro é uma força, como observamos rapidamente no capítulo anterior. A ideia de social como algo que é compartilhado entre várias pessoas é mais evidente no parágrafo seguinte:

É por força do espírito de campanário que uma comunidade linguística restrita permanece fiel às tradições que se desenvolveram em seu seio. Tais hábitos são os primeiros que cada indivíduo contrai em sua infância; daí sua força e sua persistência. Se agissem sozinhos criariam, em matéria de linguagem, particularidades que iriam até o infinito. Todavia, seus efeitos são corrigidos pela ação da força oposta. Se o espírito de campanário torna os homens sedentários, o intercuro os obriga a se comunicarem entre si. [...] Numa palavra, é um princípio unificador, que contraria a ação dissolvente do espírito de campanário (SAUSSURE, 1996, p. 238).

Essas duas forças estão presentes no sujeito, que, no primeiro momento da infância, tem, de forma mais prevalente, o espírito de campanário, conforme Saussure nos diz na citação acima. Na língua, as duas forças são evidentes na teoria do arbitrário e, por sua vez, na teoria do valor linguístico. O espírito particularista aproxima-se do arbitrário absoluto, que leva as unidades de valor a se decomporem até o infinito, enquanto a força do intercuro aproxima-se do arbitrário relativo, que permite a existência e a manutenção do sistema da língua por meio dos valores gerados a partir das relações associativas e das relações sintagmáticas. Leiamos:

Com efeito, todo o sistema da língua repousa no princípio irracional da arbitrariedade do signo que, aplicado sem restrições, levaria à complicação suprema; o espírito logra introduzir um princípio de ordem e de regularidade em certas partes da massa dos signos, e esse é o papel do relativamente motivado. Se o mecanismo da língua fosse inteiramente racional, poderíamos estudá-lo em si mesmo; mas como não passa de uma correção parcial de um sistema naturalmente caótico, adota-se o ponto de vista imposto pela natureza mesma da língua, estudando esse mecanismo como uma limitação do arbitrário (SAUSSURE, 1996, p. 154).

Observamos que o arbitrário absoluto permite gerar divisões na massa amorfa de sons e de ideias sem limite algum. Essas divisões conferem uma forma ao que antes desse ponto era amorfo. As divisões, ou cortes, originam as unidades da língua. Porém, essas unidades não possuem um limite imposto pelo laço natural ou pela vontade individual de alguém. Mas o que realiza as divisões nas duas massas amorfas? “Trata-se, antes, do fato, *de certo modo misterioso*, de o ‘pensamento-som’ implicar divisões e de a língua elaborar suas unidades constituindo-se entre suas massas amorfas” (SAUSSURE, 1996, p. 131, grifo nosso). Saussure diz que esse é um “modo misterioso” com que as divisões se realizam e que ele é o ponto de partida para a língua, sem uma origem anterior, mas um ponto onde tudo se expande, como observamos no capítulo anterior.

A força particularista do espírito de campanário atua no corte realizado nas duas massas amorfas. A partir dessas divisões, a língua constitui suas unidades, ou seja, seus valores absolutos, e esses, por sua vez, são percebidos por um sujeito. No exemplo do professor, ele diz: “As únicas divisões possíveis são: 1º *si-z-la-prã* (“si je la prends”), e 2º *si-z-l-aprã* (“si je l’apprends”), e são determinadas pelo sentido que se dê a essas palavras. [...] o sentido autoriza a delimitação” (SAUSSURE, 1996, p. 121). O valor que autoriza as delimitações é percebido pelos sujeitos que fazem uso do sistema, o único ponto de vista em que a língua pode ter uma positividade é o ponto de vista do sujeito. Desse modo, o mistério que envolve as divisões nas duas massas amorfas em que a língua se constituirá a partir desse ponto é o sujeito, porém, não um sujeito que age sob a língua como tendo o poder ou a autoridade sobre ela, mas aquele que é mais um na massa social, que age, mas não de um modo premeditado ou consciente, mas respousa num estado de não-saber que é da ordem social.

Claro que a leitura do capítulo *O Valor Lingüístico*, do CLG, permite que entendamos que o papel de delimitar as unidades cabe à língua, o que dá a ideia de uma língua que pode existir como uma abstração, ideia essa que o professor criticou:

O mal-entendido em que caiu, no início, a escola fundada por F[rantz] Bopp, foi atribuir às línguas um corpo e uma existência imaginários, fora dos indivíduos falantes. A abstração, em matéria de língua, mesmo feita com conhecimento de causa, só permite, na prática, aplicações limitadas – é um procedimento *lógico* – ainda mais uma abstração à qual se dava um corpo e da qual se era joguete ia ser um impedimento... (SAUSSURE, 2002, p. 115, grifo do autor).

Na realidade, o texto de 1916 não nos diz que é a língua que realiza essa união entre as duas massas amorfas. Mas nos diz, porém, que a língua elabora suas unidades entre as duas massas amorfas. Em notas sobre a essência da linguagem, falando dos valores do sistema, o professor escreveu:

A primeira expressão da realidade seria dizer que a língua (ou seja, o sujeito falante) não percebe nem a idéia *a*, nem a forma *A*, mas apenas a relação *a/A*; essa expressão seria, ainda, completamente grosseira. Ela só percebe, na verdade, a relação entre as duas relações *a/AHZ* e *abc/A* e *b/ARS* e *blr/B*, etc (SAUSSURE, 2002, p. 39-40).

Nesta citação, o professor fala da característica totalmente relacional do sistema, ele escreve que a língua só percebe as relações, ou seja, os valores, dentro do sistema. Quando o professor escreve que a língua *percebe* isso, ele parece conferir a esta uma vida fora e independente dos sujeitos, porém, entre parêntese, como que definindo língua, ou explicando o termo usado, o professor escreve “sujeito falante”. Dessa forma, talvez Saussure tenha pensado que é o sujeito quem percebe os valores que estão no sistema. Isso implica dizer que é o sujeito que mantém os valores em circulação na massa social.

Podemos entender que, no gráfico das massas amorfas, os valores absolutos que são gerados no corte são percebidos pelo sujeito, e que, apesar de receber uma língua pronta, como “herança”, o sujeito pode, a partir do corte da língua, ser percebido no mesmo lugar onde os valores estão no sistema. Assim, é no social que a renovação linguística é sancionada e propagada, ou é sufocada no primeiro instante. Porém, há duas ordens diferentes no gráfico e na citação, e que implica em duas formas do sujeito relacionar-se com a língua.

Primeiramente, o gráfico apresenta o valor como contraparte do significante – relativo ao arbitrário absoluto, sem qualquer motivação – e de um sistema que parece se autogerenciar, em que o indivíduo é sempre incapaz de criar um sistema linguístico sozinho, tendo em vista uma língua que “escapa à nossa vontade” (SAUSSURE, 1996, p. 85) e um sujeito que não têm consciência da língua. Por isso o professor enfatiza: “os indivíduos em larga medida, não têm consciência das leis da língua” (SAUSSURE, 1996, p. 87). Esse é o

ponto de vista das oposições que constituem o sistema que o indivíduo recebe como “uma herança da época precedente” (SAUSSURE, 1996, p. 85) e que é social. Ou seja, o sujeito aparece nesse ponto da reflexão saussuriana como apenas mais um na coletividade, como aquele que compartilha a língua com outros não a possui como seu senhor.

Porém, na citação anterior, é o sujeito falante quem percebe as relações entre os valores; e esse valor está baseado no arbitrário relativo, ou seja, num limite do arbitrário absoluto, um signo é relativamente motivado por outro signo do sistema, formando solidariedades que vinculam o sistema. O arbitrário relativo é impulsionado pela força do intercurso e é o lugar onde o sujeito se insere no sistema de uma forma diferente, como aquele que tem o poder de agir sobre ele, mas de modo limitado. Esse é o ponto de vista das “solidariedades que as vinculam; são de ordem associativa e de ordem sintagmática; são elas que limitam o arbitrário” (SAUSSURE, 1996, p. 153). O relativamente arbitrário repousa sobre a noção semiológica da força do intercurso. No texto de 1916, podemos ler:

É ao intercurso que se deve a extensão e a coesão de uma língua. Ele age de duas maneiras: quer negativamente, impedindo o retalhamento dialetal ao sufocar uma inovação no momento que surge em algum ponto, quer positivamente, favorecendo a unidade ao aceitar e propagar tal inovação (SAUSSURE, 1996, p. 239).

Esse é o ponto de vista sistemático da língua, que é introduzido pelo sujeito mas que não exclui o social como aquele que propaga a inovação que surge na particularidade. O sujeito introduz uma regularidade no sistema, uma regularidade que se apóia na força do intercurso presente no arbitrário relativo. Vejamos como Saussure nos apresenta a relação entre o lugar do sujeito e o arbitrário relativo:

Com efeito, todo o sistema repousa no princípio irracional da arbitrariedade do signo que, aplicado sem restrições, conduziria à complicação suprema; *o espírito, porém, logra introduzir um princípio de ordem e regularidade* em certas partes da massa amorfa dos signos, e esse é o papel do relativamente arbitrário (SAUSSURE, 1996, p. 154, grifo nosso).

O sujeito logra o arbitrário absoluto e a força particularista introduzindo ordem no sistema, “freando” as divisões nas massas amorfas, conferindo ao sistema um caráter social. Desse ponto de vista, podemos ver a presença do sujeito na língua, especificamente no valor gerado nas relações associativas e sintagmáticas, como veremos a seguir.

3.4 O CARÁTER DUPLO DO VALOR E O SUJEITO

1º os signos existentes evocam MECANICAMENTE, pelo simples fato de sua presença e do estado sempre acidental de suas DIFERENÇAS a cada momento da língua, um número igual não de conceitos, mas de valores opostos por nosso espírito (SAUSSURE, 2002, p. 80, grifos do autor).

Fehr (2000) nos diz que as relações associativas e sintagmáticas determinam a relação entre língua e sujeito. Para nós, essa relação é fundante para o sistema, pois, como vimos acima, a própria existência dos valores é dada pelos sujeitos. Também a perspectiva sistêmica da língua é a perspectiva do sujeito. Desse modo, concordamos com Fehr ao perceber que é nas relações associativas e sintagmáticas que podemos perceber o lugar do sujeito no sistema linguístico saussuriano.

A relação que se estabelece entre o sujeito e o caráter duplo do valor nos explica as consequências da noção da língua como fato social. Pois o que move o sistema são seus mecanismos que fazem o laço social, ou seja, a circulação das palavras é feita mediante as relações associativas e sintagmáticas. Novamente, de modo paradoxal, é nesse ponto que há uma permissão para a discreta presença do sujeito que, por meio das relações, opera limites para um sistema que é naturalmente caótico, conferindo regularidade a um sistema condenado a transformar-se sempre.

Os valores gerados a partir das relações associativas e sintagmáticas permitem observar o sujeito de diferentes modos no sistema. No sintagma, o sujeito pode ser observado como o eu que fala mas que opera de modo inconsciente, conferindo limites às associações que são livres e ilimitadas. Nas relações associativas, o sujeito pode ser observado apenas de um modo, sem intenção alguma, uma presença inconsciente, porém vital para a manutenção do sistema.

Primeiramente, precisamos analisar o que os termos *consciente* e *inconsciente* dizem nos textos saussurianos. Durante a segunda conferência que Saussure proferiu na Universidade de Genebra em novembro de 1891, ele escreve que *inconsciente* é tudo o que “não se pode descobrir nem objetivo nem intenção” (SAUSSURE, 2002, p. 139), enquanto *consciente* é aquilo que “é possível descobrir um objetivo e um sentido” (SAUSSURE, 2002, p. 139). Leiamos as palavras de Saussure:

Os fatos lingüísticos podem ser tidos como resultado de atos de nossa vontade? Tal é, portanto, a questão. A ciência da linguagem, atual, lhe dá uma resposta afirmativa. Só que é preciso acrescentar, imediatamente, que há muitos graus conhecidos, como sabemos, na vontade consciente ou inconsciente; ora, de todos os atos que se poderia pôr em paralelo, o ato lingüístico, se posso chamá-lo assim, tem característica [de ser] o menos refletido, o menos premeditado e, ao mesmo tempo, o mais impessoal de todos. Há uma diferença de grau que, de tão longe que vai, dá, há muito tempo, a ilusão de ser uma diferença essencial, mas não passa, na realidade, de uma diferença de graus (SAUSSURE, 2002, p. 132).

Saussure nos fala dos fatores de renovação lingüística na fala. Não é sem razão que o professor só se refere à fala ao apresentar ao seu auditório, em Genebra, as causas de renovação lingüística, que veremos mais à frente. O que podemos perceber agora é que as mudanças que afetam o sistema surgem exatamente neste ponto do sistema: na fala. O professor difere dois conceitos de fala, um fisiológico e físico, que é consciente; e outro psicológico e mental, menos intencional que o primeiro e que corresponde ao sintagma, como vimos no capítulo anterior a partir das considerações de Bouquet (2000)²³. Saussure fala, ainda, de um grau mais levado de “pura inconsciência” (SAUSSURE, 2002, p. 139), que corresponde às relações associativas.

O valor do fato sintagmático existe porque um termo se “opõe ao que o precede e ao que o segue” (SAUSSURE, 1996, p. 142), ou seja, esse é um valor que se origina das diferenças dos termos, “cumpre também levar em conta a que liga o todo com as diversas partes” (SAUSSURE, 1996, p. 144).

O texto de 1916 apresenta, aos leitores, a seguinte frase: “É próprio da fala a liberdade das combinações” (SAUSSURE, 1996, p. 144). A frase parece apontar para um sujeito falante consciente de suas escolhas, senhor daquilo que diz, o ‘eu’ que fala. O sintagma, aproximado a noção de frase, carregaria o conceito de sujeito falante da língua que tem um domínio do que diz, ou mesmo da própria língua? Em notas escritas antes de 1900 Saussure afirma: “a frase é comparável à atividade do compositor de música e não à do executante” (SAUSSURE, 2002, p. 86). Isto reitera essa aparência de um sujeito falante que exerce um controle da sua fala.

A liberdade que se oferece ao sujeito de realizar combinações diversas, de compor a frase, não é jamais completa. Podemos dizer que essa é uma ilusão, uma impressão evanescente. A liberdade de realizar combinações diversas e inéditas é limitada sempre pelo social, pelos valores já existentes no sistema. O social protege o sistema do “retalhamento”

²³ Ver Capítulo II, sob o título *A perspectiva sistêmica*, p. 54.

que a força particularista, ou seja, individual, causaria no sistema; porém, ao mesmo tempo, o social sozinho imobilizaria a língua, desaparecendo, assim, toda a renovação linguística. O social age de dois modos: ele conserva a língua e ele torna possível a mudança que se origina na liberdade parcial que sujeito exerce. Ao pensar na força do intercurso como de uma ordem social, podemos ler:

É ao intercurso que se deve a extensão e a coesão de uma língua. Ele age de duas maneiras: quer negativamente, impedindo o retalhamento dialetal ao sufocar uma inovação no momento em que surge em algum ponto, quer positivamente, favorecendo a unidade ao aceitar e propagar tal inovação (SAUSSURE, 1996, p. 239).

Lembremos que os princípios da teoria do valor são as diferenças e as semelhanças. O sujeito que se apresenta no sintagma é aquele ao qual o texto de 1916 faz referência nas seguintes palavras: “toda diferença ideal é percebida pelo espírito” (SAUSSURE, 1996, p. 140); ou seja, as diferenças que compõe um sintagma são percebidas por um sujeito que opera ao fazer elo entre as diferenças sintagmáticas e reuni-las num sentido qualquer. A liberdade do sujeito em criar combinações na fala é limitada pelo social, e, ao mesmo tempo, é o sintagma que impõe um limite às possibilidades infinitas de criação que estão nas relações associativas, ponto de partida da liberdade do sintagma. Assim, temos, no movimento do sintagma, uma força social que propaga a renovação linguística e impõe limites às combinações; além disso, também observamos no sintagma um sujeito que é capaz de ter a liberdade de combinar os valores, pois é ele quem percebe as diferenças, ou seja, são duas forças opostas que estão em jogo nas relações sintagmáticas.

Nesta perspectiva, o sujeito não usa a sua liberdade de modo intencional, é uma operação mental que nos permite observar o lugar do sujeito nas relações sintagmáticas. Podemos ler, a seguir, as palavras de Saussure sobre a questão do sentido engendrado nestas relações mediante um sujeito:

A simples palavra *ellipse* tem um sentido que deveria fazer refletir. Um tal termo parece supor que nós sabemos, inicialmente, de quantos termos *deveria* se compor a frase e que comparamos a eles os termos dos quais, de fato, ela se compõe, para constatar o déficit. Mas se um termo é indefinidamente extensível em seu sentido, vê-se que a conta que acreditamos estabelecer entre n idéias e n termos é de uma puerilidade absoluta e, ao mesmo tempo, de uma arbitrariedade absoluta. E se, abandonando a frase específica, raciocinarmos em geral, veremos, provavelmente muito depressa, que *absolutamente nada é ellipse*, pelo simples fato de que os signos da linguagem são sempre adequados ao que exprimem, com o risco de reconhecer que tal palavra ou tal rodeio exprime

mais do que se acreditava. Reciprocamente, não haveria uma única palavra dotada de sentido sem elipse, mas, então, *por que falar de elipse* (como Bréal) como se houvesse uma norma qualquer segundo a qual as palavras são elípticas. Elas são sem nenhuma interrupção e sem nenhuma apreciação exata possível do [...]. A elipse não é nada além de excesso de valor (SAUSSURE, 2002, p. 92, grifos do autor).

Observamos, nesta longa citação sobre as elipses nas frases, que o sujeito tem um lugar especial na produção de sentido que um sintagma engendra, um sentido além dos conceitos de cada significante. A língua é dada como herança, antes dos sujeitos falantes, mas esse “excesso de valor”, essa constatação que Saussure faz de que a elipse, esse sentido que está subentendido, é o normal do sintagma porque o que ancora o sintagma é um “turbilhão de signos na coluna vertical” (SAUSSURE, 2002, p. 92), não pode ser descrita como um caso particular, uma vez que, para o professor, todos os sintagmas carregariam um “excesso de valor”.

Ainda podemos ler, no texto de 1916, sobre os sintagmas: “é-se induzido a ver neles abstrações imateriais planando acima dos termos da frase” (SAUSSURE, 1996, p. 162). Ou seja, as relações associativas permitem perceber o sujeito no sintagma no momento em que há um “excesso de valor”, talvez seja esse o momento em que é possível perceber essa interdependência entre as relações associativas e sintagmáticas.

Segundo Fehr (2000, p. 153), o fato das relações associativas não estarem apresentadas na linearidade, mas “na memória”, levaria estas a serem, inegavelmente, relacionadas ao sujeito. Importante percebermos que, assim como as relações associativas são mecanismos da língua, mecanismos indispensáveis para a vida da língua, a memória dos sujeitos é indispensável para a descrição da língua. Porém, não podemos limitar esta relação às associações porque se trata de dois mecanismos que existem um em virtude do outro e que a separação, como já observamos, sempre será uma abstração teórica. Assim, ao pensarmos em língua e sujeito estamos pensando nesta relação a partir das relações associativas e sintagmáticas, pela via da memória e das composições. A relação entre língua e sujeito está colocada, e apresenta uma impossibilidade pensar a língua fora do sujeito, isto é, de outro ponto de vista que não seja o do sujeito.

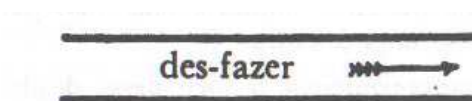
Na língua, surgem mudanças que irão emergir no sintagma a partir das associações. Estas mudanças escapam à vontade consciente do sujeito que fala. Essas relações surgem no texto de 1916 como um recurso do sujeito. Leiamos:

Colocado num sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos. Por outro lado, fora do discurso, as palavras que oferecem algo de comum se associam na memória e assim se formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas. Assim, a palavra francesa *enseignement* ou a portuguesa *ensino* fará surgir inconscientemente no espírito uma porção de outras palavras (*enseigner, reseigner, etc.* ou então *armement, changement, ou ainda éducation, apprentissage*); por um lado ou por outro, todas têm algo de comum entre si. Vê-se que essas duas coordenações são de uma espécie bem diferente das primeiras. Elas não têm por base a extensão; sua sede está no cérebro; elas fazem parte desse tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo. Chamá-las-emos *relações associativas*. A relação sintagmática existe *in preesentia*; repousa em dois ou mais termos igualmente presentes numa série efetiva. Ao contrário, a relação associativa une termos *in absentia* numa série mnemônica virtual (SAUSSURE, 1996, p. 143, grifos do autor).

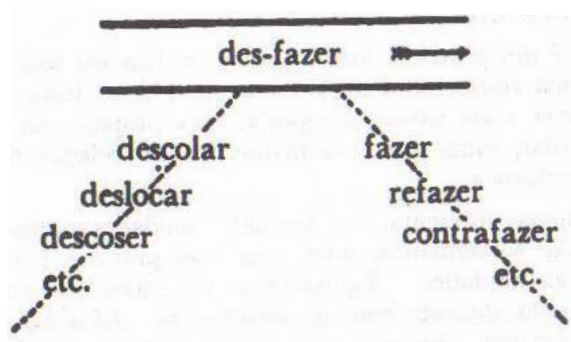
Dessa forma, o que surge no sintagma “fará surgir inconscientemente no espírito uma porção de outras palavras” (SAUSSURE, 1996, p. 143). A diferença entre os dois agrupamentos está em que as relações associativas existem apenas virtualmente na mente dos indivíduos, enquanto as relações sintagmáticas existem espacialmente, localizada na fala, ou melhor, no discurso.

O professor apresenta as relações como um “duplo ponto de vista” (SAUSSURE, 1996, p. 143) da língua, uma vez que os dois agrupamentos são baseados em diferentes princípios da teoria do valor lingüístico. O professor nos afirma que “na língua, tudo se reduz a diferenças, mas tudo se reduz também a agrupamentos” (SAUSSURE, 1996, p. 149), e é exatamente por isso que a teoria do valor é o ponto cardeal da reflexão saussuriana. Enquanto as relações sintagmáticas baseiam-se no princípio das diferenças, as relações associativas se baseiam no princípio das semelhanças. Assim, a teoria do valor atinge seu clímax no funcionamento desses dois mecanismos da língua, que estão numa relação de total interdependência.

Com efeito, a coordenação no espaço contribui para criar coordenações associativas, e estas, por sua vez, são necessárias para a análise das partes do sintagma. Seja o composto *des-fazer*. Podemos representá-lo numa faixa horizontal que corresponde à cadeia falada:



Mas simultaneamente, e sobre outro eixo, existe no subconsciente uma ou mais séries associativas compreendendo unidades que têm um elemento em comum com o sintagma, por exemplo:



Nossa memória tem de reserva todos os tipos de sintagmas mais ou menos complexos, de qualquer espécie ou extensão que possam ser, e no momento de empregá-los, fazemos intervir os grupos associativos para fixar nossa escolha. Quando alguém diz *vamos!*, pensa inconscientemente em diversos grupos de associação em cuja interseção se encontra o sintagma *vamos!* Este figura, por um lado, na série *vai! vão!*, e é a oposição de *vamos!* com essas formas que determina a escolha; por outro lado, *vamos!* evoca a série *subamos! comamos!* etc., em cujo interior é escolhida pelo mesmo procedimento; em cada série, sabemos que é mister variar para obter a diferenciação própria da unidade buscada. Muda-se a idéia a exprimir, e outras oposições serão necessárias para fazer aparecer um outro valor; diremos por exemplo *vão!* ou *subamos!* (SAUSSURE, 1996, p. 149-151, grifos do autor).

Nesse capítulo do CLG, intitulado *Mecanismos da língua*, o professor apresenta aos seus alunos que o mecanismo da língua depende de uma fixação e de uma escolha que ocorre mediante um sujeito. No exemplo tirado do texto, temos: “no momento em que pronunciamos a frase ‘que *lhe* disse?’ [...], fazemos variar um elemento num tipo sintagmático latente [...], e é por isso que nossa escolha se fixa no pronome *lhe*” (SAUSSURE, 1996, p. 151). Na base desse mecanismo, encontramos o sujeito que coloca os mecanismos da língua em funcionamento. Leiamos:

Os grupos formados por associação mental não se limitam a aproximar os termos que apresentem algo em comum; o espírito capta também a natureza das relações que os unem em cada caso e cria com isso tantas séries associativas quantas relações diversas existam (SAUSSURE, 1996, p. 145).

O exemplo da citação acima que o professor nos oferece é o seguinte:

Para criar $\theta\eta\rho\epsilon\sigma\sigma\iota$ era preciso um modelo; ora, naturalmente, esse modelo devia ser muito conhecido de quem lançou o neologismo; isso quer dizer que o fato se passou entre formas as mais contemporâneas, já que a associação se fez no cérebro do mesmo indivíduo, e que bastou um quarto de segundo para ir de $\beta\epsilon\lambda\text{-}\epsilon\sigma\sigma\iota$ a $\theta\eta\rho\text{-}\epsilon\sigma\sigma\iota$ (SAUSSURE, 2002, p. 163).

Ainda sobre o papel do sujeito no funcionamento dos dois agrupamentos, podemos ler no texto de 1916:

Ora, em todos os casos desse gênero, o som isolado, como todas as outras unidades, será escolhido ao cabo de uma oposição mental dupla: assim, no grupo imaginário *anma*, o som *m* está em oposição sintagmática com aqueles que o circundam e em oposição associativa com todos os que o espírito possa sugerir. Por exemplo (SAUSSURE, 1996, p. 152):

a n m a
v
d

Saussure apresenta o mecanismo da língua como concurso das relações sintagmáticas e das relações associativas. Nesse ponto, poderíamos dizer que o professor determinou uma relação entre a língua e o sujeito, mesmo que esta não fosse uma intenção de Saussure. Sobre essa relação, podemos ler outro exemplo escrito por Saussure:

Eu tomo ao acaso: se um escritor, em algum lugar, em vez de *velhice* diz *senescência*, ele tem a certeza de que a palavra exerce imediatamente sua ação, ou seja, que as centenas de associações, de idéias que ele queria afastar são afastadas e que as centenas de associações que ele queria evocar ou sugerir são evocadas e sugeridas. A palavra (*senescência* ou outra) entra, portanto, no vocabulário, parecendo, então, que alguma coisa foi criada. E, efetivamente, uma coisa foi criada, porque a criação que vai do pensamento ao signo é absolutamente indefinida (SAUSSURE, 2002, p. 226, grifos do autor).

Porém, o sujeito não desempenha esse papel de forma consciente, por vontade e razão, baseado em argumentos. O sujeito surge inconscientemente nas relações associativas, ou seja, sem uma intenção ou vontade particular, sempre numa relação de não-saber com a língua. Por isso Saussure insiste no fato de que a língua escapa à vontade do sujeito:

Não há nenhum momento em que o sujeito submetta a uma revisão o tesouro mental da língua que ele tem em si, e crie, de espírito descansado, formas novas (por ex. calmamente [...]) que ele se proponha (prometa) a “colocar” em seu próximo discurso. Toda inovação chega de improviso, ao falar, e penetra, daí, no tesouro íntimo do ouvinte ou no orador, mas se produz, portanto, a propósito de uma linguagem discursiva (SAUSSURE, 2002, p. 87).

Apesar de estudiosos como Fehr (2000) retirar o sujeito das relações sintagmáticas, a interdependência entre esses dois mecanismos anula tal possibilidade. O que

observamos é que podemos perceber o sujeito de modo diferente por meio de cada mecanismo ou melhor, podemos visualizá-lo de pontos de vistas diferentes. O sintagma, limitado pelo fato social e que, por sua vez, limita as associações realizadas na mente de cada um, é, ao mesmo tempo, o lugar onde o sujeito surge, irrompendo o sintagma, e o lugar onde as criações e o sentido aparecem. Além disso, também é exatamente no sintagma que o sujeito determina o valor diferencial dos termos que usa. O sujeito percebe as diferenças, ou seja, os valores criados pelo fato social, e os coloca em uma relação específica dentro de um sintagma, gerando o valor a partir do fato sintagmático. Leiamos:

Não basta considerar a relação que une entre si as diversas partes de um sintagma (por exemplo, *contra* e *todos* em *contra todos*, *contra* e *mestre* em *contramestre*); cumpre também levar em conta a que liga o todo com as diversas partes (por exemplo: *contra todos* oposto, de um lado, a *contra*, e de outro a *todos*, ou *contramestre* oposto, de um lado, a *contra* e de outro a *mestre*) (SAUSSURE, 1996, p. 144, grifos do autor).

Os fenômenos de *integração* ou de pós-meditação-reflexão é o fenômeno duplo que resume toda a vida ativa da linguagem e pelo qual 1º os signos existentes evocam MECANICAMENTE, pelo simples fato de sua presença e do estado sempre acidental de suas DIFERENÇAS a cada momento da língua, um número igual não de conceitos, mas de *valores opostos por nosso espírito* (SAUSSURE, 2002, p. 80, grifos do autor).

Um rito, uma missa, não são comparáveis, de modo nenhum, à frase, já que são apenas a repetição de uma *seqüência de atos*. A frase é comparável à atividade do compositor de música (e não à do executante) (SAUSSURE, 2002, p. 86, grifo do autor).

Desse modo, a perspectiva sistêmica permite-nos ver o sujeito na estrutura da língua, especificamente na teoria do valor lingüístico, ou talvez como decorrência do sistema, assim como o sentido surge como decorrência da relação estabelecida entre o sintagma e as associações.

As relações sincrônicas do sistema, associativas e sintagmáticas, repousam no caráter duplo do valor e são adequadamente descritas por meio da discreta presença do sujeito. Tal presença só pode ser realmente percebida por meio da perspectiva sistêmica do sistema da língua, pois ela não está desvinculada do social, uma vez que a presença do sujeito mantém uma relação específica com o social.

A presença do sujeito não se resume aos pontos analisados neste capítulo. Observaremos os fenômenos de analogia como valores gerados a partir do ponto de vista diacrônico. Estes também permitem observar o sujeito na estrutura do sistema saussuriano da

língua, na teoria do valor, do ponto de vista diacrônico na mesma medida em que do ponto de vista sincrônico.

3.5 A DIACRONIA E O SUJEITO

O fenômeno de analogia, o fenômeno de transformação inteligente (SAUSSURE, 2002, p. 139).

No capítulo anterior, observamos que o eixo diacrônico produz valores a partir das relações associativas e sintagmáticas que só podem ser percebidas na sucessão do tempo, uma vez que um valor não se opõe ao outro em sincronia, mas se soma à diferença de valores, a diferença no tempo. O tempo entra como um terceiro fator nas relações que os signos estabelecem no sistema. Os valores que se opõem e se assemelham na sucessão do tempo levam a outra produção de sentido: as produções de analogia. Lugar em que podemos observar uma permissão que a língua oferece à presença do sujeito.

Primeiramente, o que salta aos olhos quando observamos o eixo diacrônico é a transmissão que aponta para uma transformação da língua no tempo. Sobre isto, podemos ler as palavras de Saussure sobre a questão dos signos:

Essa será a reação capital do estudo da linguagem sobre a teoria dos signos, esse será o horizonte para sempre novo que ela terá aberto [...]: ter percebido e revelado *todo um lado novo do signo*, a saber, que este só começa a ser realmente conhecido quando se percebe que ele é não apenas transmissível mas, por natureza, *destinado a ser transmitido*, modificável. Apenas para quem quer fazer a teoria de linguagem, é a complicação centuplicada (SAUSSURE, 2002, p. 189, grifos do autor).

A citação acima vem de uma longa nota do professor em que ele fala do fato dos signos se reunirem na não-coincidência entre significante e significado. Ao negar o signo estático e propor uma “teoria dos signos” fundada na perspectiva do sistema, Saussure nos diz que essa escolha revela “todo um lado novo do signo” que repousa no fato dele ser “destinado” à transmissão.

Saussure nos diz que o fato dos signos serem destinados à transmissão conduz à “complicação centuplicada”. Essa afirmação do professor nos lembra o fato dos signos “escaparem” à consciência individual e social, tornando difícil a transmissão. Como inserir,

então, numa tradição, algo que é tão fluido como os signos? A mudança, no entanto, está garantida exatamente por este fato: por não terem domínio sobre a língua e por ela circular, os signos podem ser transmitidos de uma geração à outra, mas isso é realizado de um a um, de sujeito para sujeito, num movimento individual e social ao mesmo tempo. Saussure nos diz nos anagramas:

Mas Imaginação *sobe lacuna* de memória é o principal fator de mudança com vontade de permanecer na tradição. No domínio lingüístico, vê-se florescer exatamente do mesmo modo toda a categoria de formações engenhosas provocadas pela *falta de memória*. Trata-se de dominós lexicográficos como aqueles dos nomes de plantas, nomes de minerais, nome de bichinhos: conhecidos somente [...] sendo apenas parcialmente aprendidos pela massa falante e então, sem que o nome deixe de ser transmitido, é submetido a uma lei de transmissão completamente diferente daquela da palavra comum (SAUSSURE *apud* STAROBINSKI, 1974, p. 15, grifos do autor).

Na sua introdução, Starobinski cita as palavras de Saussure sobre as lendas germânicas. Saussure tenta explicar a razão pela qual as lendas permanecem numa tradição ao mesmo tempo em que se modificam ao serem transmitidas no curso do tempo. Ele compara esse movimento das lendas ao “domínio lingüístico”. Para o professor, a “falta de memória” – e não uma vontade consciente de modificar algo – leva as mudanças a ocorrerem. O desejo é permanecer na tradição e isso impõe uma transmissão, mas é a “lacuna de memória” que faz com que a transmissão ocorra de modo “completamente diferente”, impondo mudanças na língua ou nas lendas. Desse modo, ao explicar os gêneros de modificação da lenda e do domínio lingüístico, Saussure coloca o sujeito falante como aquele que tem um papel fundamental não só na transmissão, como seria óbvio, mas também no processo de modificação de uma língua, não só nos signos e nos nomes como ele exemplifica, mas no modo de organização em que a transmissão é efetuada.

Estas formulações tematizam uma maneira diferente de ver a relação entre língua e sujeito, pois como as línguas são transmitidas pelo sujeito falante, em consequência, existe um elo importante entre os dois. A vitalidade da língua reside no fato dela ser transmitida, isto é, na sua “vida semiológica”. Por circularem, os signos são passados de geração para geração num movimento de sujeitos, pois, quem fala, toma lugar em uma tradição que, por sua vez, o determina e o ultrapassa.

Esta mudança é coletiva, mas necessita e repercute no individual. Por isso, a insistência de Saussure, quando fala de diacronia, em mostrar que um indivíduo sozinho não

pode mudar uma língua, mas, mesmo assim, parece que pode fazer exatamente isso ao observarmos a analogia. Temos de entender que, mesmo quando há uma permissão para o sujeito na língua, o sujeito nunca tem pleno domínio ou consciência da língua ou, ainda, da relação que estabelece com ela.

Fehr (2000, p. 202) nos diz que aquele que fala, quer queira quer não, entra no jogo das palavras, e a intervenção da pessoa que as profere não representa senão um papel limitado. Um papel limitado porque o sujeito desconhece seu papel, mesmo ao atuar, o sujeito ainda é servo da língua, sua relação é sempre de não-saber com a língua. Podemos ler as palavras do professor:

Quem cria uma língua, a tem sob domínio enquanto ela não entra em circulação; mas desde o momento em que ela cumpre a sua missão e se torna posse de todos, foge-lhe ao controle. O esperanto é um ensaio desse gênero; se triunfar, escapará à lei fatal? Passado o primeiro momento, a língua entrará muito provavelmente em sua vida semiológica; transmitir-se-á segundo leis que nada têm de comum com as de sua criação reflexiva, e não se poderá retroceder (SAUSSURE, 1996, p. 91).

A Semiologia impõe a transmissão, esta é a vida semiológica da língua que sempre escapa ao controle da razão humana, pois, ao circular, a língua sempre escapa ao domínio individual e social.

Semelhante à citação encontrada nos anagramas, Saussure, nesta citação do texto de 1916, nos fala de modificação nas leis de transmissão da língua imposta aos indivíduos e pelos indivíduos ao mesmo tempo. Essa modificação implica, também, num novo modo de organização do sistema, como podemos concluir ao lembrar a analogia. Vejamos, novamente, as palavras do professor sobre a questão:

Isso lembra o formigueiro em que se enfia uma vareta e que, no mesmo instante, tem seus danos reparados, estou querendo dizer que a tendência ao sistema ou à ordem não se abate jamais; por mais que se tire de uma língua o melhor de sua organização, no dia seguinte os materiais restantes terão sofrido um arranjo lógico em um sentido qualquer, e esse arranjo será capaz de funcionar no lugar do que se perdeu, embora, às vezes, em um outro plano geral (SAUSSURE, 2002, p. 227).

As mudanças impostas pela “lacuna de memória” dos sujeitos falantes talvez seja uma das causas da analogia, pois elas levam a uma substituição quando uma forma é generalizada, ou seja, outros significantes são contaminados por essa forma, como observamos no capítulo anterior, ao tratar da perspectiva diacrônica.

Segundo o professor, a analogia, diferentemente das mudanças fonéticas, são “operações inteligentes, em que é possível descobrir um objetivo e um sentido” (SAUSSURE, 2002, p. 139), é um “fenômeno de transformação inteligente” (SAUSSURE, 2002, p. 139) que “supõe análises e combinações, uma atividade inteligente, uma intenção” (SAUSSURE, 1996, p. 207). Isso significa que diferentes das transformações fonéticas é possível apontar para a origem da analogia, como veremos no exemplo da citação seguinte onde a função do sujeito no fenômeno de analogia é descrito por Saussure do seguinte modo:

É na fala que se acha o germe de todas as modificações: cada uma delas é lançada, a principio por certo número de indivíduos, antes de entrar em uso. [...] Como se efetuou essa substituição de *war* por *was*? Algumas pessoas, influenciadas por *waren*, criaram *war* por analogia; era um fato da fala; esta forma, freqüentemente repetida e aceita pela comunidade, tornou-se um fato de língua (SAUSSURE, 1996, p. 115, grifos do autor).

Nesta citação, vista anteriormente ao frisarmos a relação de dependência entre língua e fala, Saussure coloca a origem das modificações na fala na linearidade sintagmática de um ato de fala que é permeado da presença inconsciente do sujeito, que permite que essa pequena mudança contamine o sistema e se torne um fato de língua, ou seja, que circule ao ponto de ser social. Novamente não há intenção de mudar, mas talvez, como no caso das lendas germânicas, a “falta de memória” aliada a uma “vontade de permanecer na tradição” conduza às analogia que, por sua vez, conduzem a um novo modo de organização do sistema. Desse ponto de vista os fatos de analogia denunciam o sujeito na estrutura da língua de um modo não intencional, ou inconsciente, nos termos de Saussure.

Enquanto as mudanças fonéticas são oriundas do arbitrário absoluto, do caos da língua, sua verdadeira natureza, a analogia é imposta pelos mecanismos da língua que são introduzidos pelo sujeito que, sem o saber, impõe uma regularidade à língua por meio d a analogia.

O sujeito, imerso na ordem social da língua, talvez seja o ponto de partida d a analogia que mudam o estado de organização de uma língua por substituírem formas antigas por novas, uma metáfora em que os dois referentes estariam igualmente atualizados. É por força do arbitrário relativo, contrário da força do absoluto que cria novas formas significantes, que a analogia é percebida pelo professor como um princípio de criação, de ordem psicológica, gramatical, onde funcionam e interagem as relações associativas e sintagmáticas, é um “fenômeno de interpretação” (SAUSSURE, 1996, p. 193). Mas não uma interpretação consciente dos falantes, Saussure nos diz: “não se supõe ao falante uma operação muito

complicada, muito semelhante a análise consciente do gramático” (SAUSSURE, 1996, p. 194). Novamente percebemos que a presença do sujeito não se faz como se este fosse consciente do seu papel perante a língua, como se fosse um sujeito positivista à maneira de Descartes. Mas as criações analógicas são inteligentes no sentido que Saussure nos diz ao falar da analogia e das mudanças fonéticas durante a Segunda Conferência na Universidade de Genebra:

Pode-se opor, sob diversos pontos de vista, esses dois grandes fatores de renovação lingüística, dizendo, por exemplo, que o primeiro representa o lado fisiológico e físico da fala enquanto o segundo corresponde ao lado psicológico e mental do mesmo ato –, que o primeiro é inconsciente, enquanto o segundo é consciente, sempre lembrando que a noção de consciência é eminentemente relativa, de sorte que se trata apenas de graus de consciência, sendo que o mais elevado é ainda o da pura inconsciência, comparado ao grau de reflexão que acompanha a maior parte dos nossos atos [...] pode-se dizer, também, que uma representa operações puramente *mecânicas*, ou seja, em que não se pode descobrir nem objetivo nem intenção e, a outra, operações *inteligentes*, em que é possível descobrir um objetivo e um sentido (SAUSSURE, 2002, p. 139, grifos do autor).

Primeiro o professor nos diz que as mudanças fonéticas são inconscientes e as mudanças de analogia são conscientes. Por quê? Porque as mudanças fonéticas advindas do arbitrário absoluto não permitem perceber um “sentido”. Não há uma razão para determinados significantes desaparecerem ou se modificarem. De modo diferente, as criações analógicas, num movimento de substituição metafórica, permitem observar e descobrir um sentido. Apesar de que para os sujeitos que as originam, não há uma premeditação.

A tensão em que o sistema sobrevive, entre equilíbrio e desequilíbrio constante, permite falar sobre as mudanças e sobre o que permanece imutável. Esse ponto de vista permite também, a partir das criações de analogia, explicada à luz das relações associativas e sintagmáticas, percebermos um lugar para o sujeito na teoria do sentido, inclusive quando tratamos dos valores de um ponto de vista diacrônico.

Considerações Finais

**O SISTEMA DE VALORES
E O SUJEITO DO INCONSCIENTE**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SISTEMA DE VALORES E O SUJEITO DO INCONSCIENTE

Unde exoriar? – É essa a questão pouco pretensiosa e, até mesmo, terrivelmente positiva e modesta que se pode colocar antes de tentar abordar, por algum ponto, a substância deslizante da língua. Se o que pretendo dizer a respeito disso é verdade, não há um único ponto de partida evidente (SAUSSURE, 2002, p. 240).

O sujeito não é jamais senão pontual e evanescente, pois ele só é sujeito por um significante e para outro significante (LACAN, 1985, p.195).

A pergunta que Saussure se fez no passado ao falar de uma Linguística Geral – “*Unde exoriar?*” – são as mesmas que esta tese se fez. De onde começar, tendo em vista a complexidade do tema? A dificuldade em delimitar espaços, em escolher qual o melhor caminho a seguir: em que pontos silenciar para se manter fiel às intenções iniciais da tese? Como partir de um sistema em que não há nenhum ponto fixo, onde todas as suas unidades são relativas e sua natureza é essencialmente negativa e dialética? Como falar de um sujeito que é efeito de significante, que é evanescente?

A intenção de apontar para o lugar do sujeito no sistema de valores dependeu de duas lentes que nos permitem esse olhar. Uma delas é a teorização de Lacan sobre o sujeito do inconsciente. A outra é a noção de sistema, que inclui perceber a teoria do valor como o lugar onde o sentido é gerado. Nenhuma delas é superior a outra, ambas necessárias.

Começamos com a lente que Lacan nos ofereceu, lente vital para o movimento que esta tese realizou. Lacan nos diz: “Uma vez reconhecida a estrutura da linguagem no inconsciente, que tipo de sujeito podemos conceber-lhe?” (LACAN, 1998a, p. 814). Esta questão que ele nos oferece em seu ensino é insistentemente colocada diante desta tese ao supor que há uma permissão para pensarmos um lugar para o sujeito na língua saussuriana.

Tentamos discutir, nesta tese, como o sujeito, em especial o sujeito cartesiano é excluído pela língua saussuriana, restando um lugar vazio que demarca uma falta, um lugar propício para o sujeito do inconsciente, um sujeito que “não é jamais senão pontual e evanescente” (LACAN, 1985, p. 195).

Desse modo, ao longo da tese, desenvolvemos a hipótese de que a língua da reflexão de Saussure supõe um sujeito que pode ser percebido num movimento retroativo, por meio do ensino lacaniano, como esta tese demonstrou. Ou seja, assim como o sujeito advém, segundo Lacan; no sistema linguístico o sujeito advém dos movimentos de sentido do sistema, *não* está no sistema, nem podemos supor que este sujeito que advém do sistema é o mesmo sujeito teorizado por Lacan, apesar da semelhança de movimento apresentada.

Podemos pensar, assim, que a teoria lacaniana é um caminho para podermos perceber esse sujeito no sistema linguístico. Apesar da escolha pela noção lacaniana do sujeito do inconsciente para realizar este diálogo, esta escolha não é imperiosa, a presença discreta de uma subjetividade permeia o texto saussuriano como algo que, ao mesmo tempo, evita-se falar diretamente e insiste em emergir das suas entrelinhas.

O sujeito do inconsciente não é uma substância, uma positividade, não é um indivíduo, mas o que há de mais particular neste indivíduo, que escapa à sua vontade consciente. Por esta razão o sujeito é evanescente, só surge quando a língua tropeça na fala de um indivíduo, quando o sentido produzido ultrapassa à vontade e ao invés de falar o falante é falado por sua língua, nos tornando seres de linguagem. Desse modo é enunciado mais do que se desejava conscientemente, e é desse modo que o desejo do Outro é indicado nessa fala. Esta noção que nos servimos para revisitar Saussure pensando numa relação entre a língua e o sujeito, apesar da exclusão do sujeito nos estudos do professor.

O ensino lacaniano permite-nos revisitar a reflexão saussuriana a partir do ponto de vista do sistema, pois nos permite enxergar o sujeito como decorrência do sistema, e não apenas como aquele que é senhor de uma fala. Enxergar esse sujeito *pontual e evanescente* é que nos confere uma possibilidade de descrever o sistema linguístico sem negar o ponto de vista do professor Saussure. Isso acontece porque o ponto de vista do sistema é sempre subjetivo, as unidades concretas da língua existem mediante esse sujeito e é este sujeito quem percebe as diferenças e engendra valores, podendo ser percebido onde há sentido, ou, nas palavras do professor, onde há um excesso de valor.

A língua como um espelho da realidade ou como um instrumento de comunicação não seria um conceito adequado ao ensino de Lacan. Uma língua que é maior do que o sujeito era o arcabouço teórico necessário a Lacan, e a característica social do sistema linguístico saussuriano oferecia esse arcabouço teórico.

A teoria do significante de Lacan nos apresenta uma impressionante pertinência da leitura da reflexão de Saussure sobre o signo linguístico. Com um entendimento claro da perspectiva sistêmica da língua, Lacan pôde perceber que a distinção

entre significado e significante permitia engendrar sentido e que, nesse lugar, o sujeito se produzia como um corte na linearidade do discurso. Dessa forma, Lacan poderia teorizar um sujeito que é efeito de significante.

Os significantes lacanianos se organizam em cadeias que se movimentam em sentidos opostos, metáfora e metonímia, formando um circuito de sentido, onde o *ponto de basta* se faz necessário para oferecer uma sensação de satisfação. Uma sensação falsa, pois essa união é mítica, mas nos revela a estrutura do inconsciente, uma estrutura semelhante a uma linguagem.

Semelhante especialmente às criações de analogia, o *ponto de basta* nos oferece a possibilidade de reconhecer o sujeito nos valores gerados no eixo da diacronia. Mas é na impossibilidade do sujeito de dizer toda a verdade que podemos perceber, claramente, as consequências da barra resistente à significação do algoritmo laciano.

Consequentemente, a partir da teoria do impossível percebemos o motivo pelo qual o sujeito suposto pela língua saussuriana pode ser descrito como “incapaz” diante da língua. A língua, maior do que ele, só existe mediante o sujeito, mas na impossibilidade de ter acesso ao saber que é do inconsciente, o sujeito nada sabe da sua importância na língua, na promoção de sentidos. Sentido diferente de significação, pois os sentidos escapam ao significante, é um “excesso de valor”, e, ao mesmo tempo, Saussure e Lacan nos dizem que esse é o mais comum na língua e na linguagem do inconsciente, ou seja, esse resulta sempre do equívoco que permite a variabilidade de sentidos e a evolução da língua, sua vida semiológica.

O sujeito laciano é, dessa forma, fundado na impossibilidade de dizer tudo, é percebido pela via do negativo, pois ele é percebido na diferença entre significantes. Por ser percebido nessa rede de significantes é que ele pode ser suposto pela linguagem. Ele não é pré-existente, mas só mediante a linguagem há um sujeito do inconsciente. Vimos que este sujeito pode ser percebido nas entrelinhas saussurianas da teoria do valor, ou seja, na possibilidade da língua de engendrar sentido.

Essa é a outra lente que nos permite falar em sujeito no sistema de língua saussuriano: a noção de sistema. A língua como um sistema de valores negativos: é isso que Saussure nos aponta. Na verdade, ele descreve um sistema que jamais poderia ser definido como fechado em si mesmo, pois a todo o momento há novos cortes nas massas amorfas, nada é preexistente, nada é positivo, pois só existe enquanto diferenças de negatividades. Não há uma positividade, nem mesmo uma unidade linguística dada de antemão.

A língua fundada na não-coincidência entre significantes e significados conduz a uma enorme complexidade. Sobre esse sistema, Saussure nos diz:

Mas esse sistema consiste em uma diferença confusa de idéias que se movem sobre a superfície de uma diferença [...] de formas, sem que jamais, talvez, uma diferença da primeira ordem corresponda a uma diferença da segunda (SAUSSURE, 2002, p. 75).

O ponto de vista dicotômico impede observar o sujeito em sua relação com a língua, questão central desta tese, por isso, a necessidade imperiosa de retornar a Saussure mediante outra perspectiva, sob outro olhar.

Sabemos, entretanto, que toda leitura da reflexão saussuriana é apenas uma interpretação, algo peculiar a uma obra inacabada e de um pensamento em constante evolução, sem ponto final, o que nos impede de conferir uma conclusão tradicional. Assim, não podemos oferecer conclusões finais à discussão, mas uma sensação de conclusão a uma questão que não se esgota nestas páginas. Talvez por esta razão, concordo com as palavras de Arrivé, que disse: “Ao terminar este capítulo, indago com uma sombra de perplexidade: Será que traí o pensamento de Saussure? Isso é infinitamente provável, no mínimo porque silencieei sobre muitos – e consideráveis – dos seus aspectos” (ARRIVÉ, 1999, p. 66).

Encontramos algumas lacunas nos escritos deixados por Saussure, questões deixadas sem aparente resposta, da mesma forma como encontramos certezas de um sério pesquisador, angustiado com a complexidade de seu objeto e fascinado por ele, ao mesmo tempo. Sua atitude paradoxal de paixão e angústia nos contamina e tudo que podemos dizer é que esta interpretação não pode ser o ponto de vista mais ou menos adequado para se pensar nas questões deixadas por Saussure. Há pontos de vistas possíveis, pois “nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato seja anterior ou superior às outras” (SAUSSURE, 1996, p. 15). Porém, a perspectiva sistêmica se impõe ao considerarmos a relação entre língua e sujeito a partir da reflexão saussuriana.

Desse modo, ao tomarmos as duas lentes necessárias – a noção de sistema e a noção de sujeito do inconsciente – podemos, talvez, responder a questão de se é possível um lugar para o sujeito no sistema linguístico saussuriano. Um sistema essencialmente caracterizado como social, permitiria a inserção do sujeito? Se sim, por que ele parece excluído da reflexão saussuriana? E que sujeito poderia sobreviver num sistema conforme aquele pensado por Saussure?

Como observamos no segundo e terceiro capítulos, a teoria do valor, mais do que um ponto da semântica saussuriana, apresenta-se como lugar onde a língua nos permite observar o sujeito que advem dos movimentos de sentido, não só como falante da língua, mas como uma subjetividade inserida na estrutura do sistema e essencial para a manutenção de sua vida semiológica.

O sujeito aparece nas notas do professor e nas páginas frequentemente lidas do texto de 1916 de diferentes modos. O terceiro capítulo apresentou alguns desses modos, apenas os que consideramos como pontos de ancoragem para pensarmos a relação entre sujeito e língua na reflexão do mestre.

Abordamos a questão do ponto de vista. A sincronia, ponto de partida das considerações do linguista, é também um ponto de vista subjetivo da língua. Assim também é na questão da unidade da língua, ou seja, do valor do ponto vista absoluto. O esquema das massas amorfas aponta para uma questão que é base para entendermos a língua como sistema de valores relativos: o que reúne num ponto de vista positivo as unidades negativas e relativas da língua? O que une significante e significado, se estes são sempre não-coincidentes? A resposta seria, talvez, o ponto de vista do sujeito, porém, ao realizar esse movimento como sujeito falante, sempre o faz como ser social imerso no não-saber, ou seja, o sujeito não tem ciência do seu lugar em relação à língua, seu saber é parcial.

Saussure nos diz que o sujeito percebe as unidades e as delimita conforme o seu valor, mais uma vez é um ponto de vista subjetivo que nos permite observar o sistema linguístico. Mas não um sujeito como agente de uma ação, esse é um ponto vista em que o sujeito é mais um na coletividade que se faz necessária para estabelecer estes valores.

O sistema linguístico é social, ou seja, é compartilhado, ao mesmo tempo, por muitos indivíduos que não criam o sistema, nada podem modificar sozinhos no sistema. Os indivíduos são destituídos de poder por não terem consciência da língua, e por isso não podem dominá-la, mas, ao contrário, se acham inseridos em uma tradição por receberem a língua como uma herança das gerações anteriores a eles. Isso quer dizer que o sujeito não pode provocar uma revolução repentina na língua, nem tem o poder de criar um sistema de língua sozinho.

Porém, ao sujeito, cabe o papel de elo na transmissão da língua. Esse é um papel que garante ao sujeito uma liberdade parcial sob o sistema, pois é exatamente por ser transmitido que o sistema muda constantemente e parece, ao mesmo tempo, manter-se, conservar-se. Assim, concluímos que o sujeito positivista é excluído da reflexão saussuriana.

No valor gerado a partir das relações associativas e sintagmáticas, podemos perceber o sujeito de diferentes modos, sempre numa tensão dialética.

A fala como evento articulatório coloca em cena o sujeito. Na verdade, muito mais do que o sujeito que articula sons, percebemos, no capítulo anterior, o sujeito que “compõe” o sintagma. Essa composição, que Saussure compara ao compositor de uma música, permite a liberdade de escolha, a criatividade e inventividade presentes em qualquer sintagma. A liberdade permitida ao sujeito nas relações sintagmáticas não é plena, pois há sempre algo que escapa à vontade individual, que escorrega para o domínio social da língua.

Mas não podemos isolar as relações sintagmáticas como um evento independente das relações associativas. A liberdade de compor cada sintagma existe mediante as relações associativas que, segundo Saussure, paira planando sob os sintagmas. As associações realizadas na mente de um sujeito permitem introduzir, numa composição sintagmática, algo de particular do sujeito, o que garante que os sintagmas escapem à vontade social e que sejam mais do que a repetição incessante de signos herdados. Isso talvez decorra do fato de que as associações dependem da memória do sujeito, algo muito particular. Saussure nos diz que as associações são inconscientes, ou seja, não há uma intenção ou um saber sobre a razão ou sobre o modo como as associações são realizadas. Assim, há um não-saber que orienta essas relações.

Desse modo, podemos supor que é a característica social da língua, do não-saber, que permite olhar para um sujeito do inconsciente. Aparentemente, o sistema prevê “brechas” para o inconsciente. Apesar de contraditório, é pela via do social da língua, do não-saber, que é permitido a introdução do sujeito do inconsciente, do que é de mais particular do indivíduo, agora não mais como ser falante da língua, mas como um sujeito que é falado pela língua.

Esse funcionamento das relações mediadas por um não-saber sobre a língua permite que algo de muito particular do sujeito apareça entre o dito dos sintagmas, no interdito que Lacan aponta como denúncia de um funcionamento semelhante ao da linguagem, o do inconsciente. O sujeito do inconsciente nos auxilia com aquilo que pode ser percebido nas entrelinhas, nas brechas do sentido e no silêncio gerador de sentido, além dos sentidos admitidos.

Saussure, como insistentemente dito, não teoriza sobre o sujeito. Mas as relações associativas e sintagmáticas parecem ao engendrar sentido permitir que o sujeito seja suposto nesse movimento, adivenha deste movimento de sentido.

Desse modo, o sujeito pode ser percebido de dois modos. Primeiramente como sujeito falante que tem um saber parcial sobre a língua e também uma liberdade parcial de compor diferentes e inéditos sintagmas. E, ao mesmo tempo, como aquele que está imerso na língua que é social. Esse social implica um não-saber sobre a língua, ou seja, o sujeito nada sabe sobre seu lugar na língua ao realizar um sintagma e gerar novos valores, auxiliado pelas relações associativas.

É por esta via do social que podemos apontar uma permissão para a introdução do sujeito: um sujeito atravessado por sua linguagem, imerso nela, que, ao falar, é falado, exatamente por poder servir de elo entre as relações associativas e sintagmáticas. É sem saber que esse sujeito conserva o tesouro da língua e atualiza-o constantemente a partir do momento em que fala e, nessa fala, introduz algo particular no seio social, na tensão entre essas duas ordens.

Observamos também os valores do ponto de vista diacrônico, as criações de analogia. Nestas, a presença do sujeito é percebida como aquele que mantém a regularidade do sistema, impede seu “retalhamento” por parte do arbitrário absoluto, e introduz equilíbrio em um sistema em constante desequilíbrio.

Quando, no terceiro capítulo, observamos Saussure afirmar que a analogia apresenta um movimento de inteligência, sabemos que ele refere-se a uma possibilidade de perceber uma “razão”, uma motivação relativa nessas criações. Por esta razão, os linguistas da época podiam traçar o caminho contrário ao do tempo e descobrir a raiz ou a origem de certa analogia. E, assim, observar quais valores motivou relativamente estas novas formas da língua, estes arranjos realizados da antiga matéria da língua, mas, agora, inéditos. Dessa forma, não podemos dizer que a analogia é criação de indivíduos conscientes, mas ela aponta para a presença de um sujeito, que, uma vez imerso na ordem social da língua, introduz algo de particular. Porém, é importante ressaltar que essa realização é sempre pela via do social, do não-saber, de modo inconsciente. Esse elemento inédito pode, no transcorrer da linha do tempo, provocar o surgimento de uma forma analógica. Assim, novamente postulamos que o sujeito advém deste movimento de sentido.

Podemos pensar que as criações de analogia, apesar de não ser obra de um indivíduo, denunciam a presença de sujeitos na estrutura do sistema de língua, especificamente na teoria de valores, ou seja, onde há um nó de sentido. Importante frisar que é por meio da via do social que a analogia ganha vida semiológica. Novamente presenciamos a tensão entre o social e o particular dialeticamente presente no sistema da língua e

percebemos, assim, que esta tensão define o sujeito falante dessa língua que, ao mesmo tempo, é falado por ela.

Sobre a presença do sujeito na estrutura do sistema, concordamos com as palavras de Nóbrega:

Necessariamente, seguindo este raciocínio, o sujeito falante, que também parece excluído, é parte integrante da idéia de língua e também não pode ser descartado dos estudos da lingüística. Ocorre que o sujeito falante, como todos os outros elementos, para Saussure, é parte de um sistema e é só assim que ele interessa à lingüística (NÓBREGA, 2002 b, p. 102).

Entendemos que Saussure expõe a relação entre língua e sujeito de uma forma bem específica, sem tematizá-la, porém não excluindo o sujeito da reflexão do seu sistema. No entanto, mais do que um sujeito falante, percebemos a possibilidade de pensar a relação da língua e do sujeito do inconsciente. Acreditamos que esta relação nos permite olhar para a teoria do valor de outro ângulo, talvez mais nítido.

Mediante a presença do sujeito que os movimentos do sistema podem ser descritos. Exatamente porque a língua é um sistema de valores inteiramente relativos é que o sujeito pode ser percebido de diferentes modos, impedido a rigidez do sistema de língua.

Observamos que a constante dualidade de que se constitui o sistema linguístico saussuriano inclui o par social/individual na mesma relação dialética que os outros pares constituem entre si e com o sistema. Assim, podemos perceber que onde está o social está também o individual, e mais ainda, onde o sujeito se coloca por meio dos valores, o social se impõe como medida de conservação da língua e propagação da mesma. Isso corrobora com a perspectiva de que a função que o sujeito desempenha na língua nunca é mais do que accidental, pois o sujeito advém do sistema, especificamente do movimento de valores que engendra sentidos, muitas vezes inéditos.

O início de uma busca pela relação entre a língua e o sujeito na reflexão de Ferdinand de Saussure não se esgota nessas páginas, como já enfatizado. A teoria do valor como ponto da teoria que permite pensar o sujeito na estrutura do sistema é um passo para a compreensão do sistema linguístico saussuriano e da relação entre o sujeito e a língua. Essa questão não se esgota, mas anuncia o início e uma busca pelas ressonâncias da reflexão do professor genebrino após mais de 90 anos da sua morte. Estas considerações nos apresentam a pertinência do diálogo estabelecido entre estas duas áreas de conhecimento. Não com o intuito de promover uma positividade, como já dito na introdução desta tese, mas ao respeitar a

integralidade de cada área, perceber que o outro possui um conhecimento que nos permite avançar em outro sentido. Pois ao falar de um sujeito do inconsciente, Lacan nos permite retirar consequências da reflexão saussuriana, que antes não nos seria permitido.

Ao pensarmos a língua como social, como aquela que escapa à vontade, que não pode ser controlada ou contida por um indivíduo, podemos perceber que é por nada saber da língua que os falantes podem falar. O social está na via do não-saber. É exatamente por não falar do sujeito falante que o professor genebrino abre portas para que Lacan, num segundo tempo, possa usar a língua como sistema para dizer do sujeito do inconsciente.

A língua como sistema que produz sentido, mas não os tem de modo preparado anteriormente é um alicerce seguro para a teorização lacaniana do sujeito do inconsciente. Isto é evidente, o próprio Lacan ensina aos seus alunos o valor dos estudos linguísticos.

Podemos concluir brevemente com a indicação de que apesar do sujeito ser um limite epistemológico para os estudos linguísticos pode-se dizer que onde resta um lugar vazio na reflexão de Saussure sobre a língua há a possibilidade de pensar um sujeito em relação à teoria do valor, e a noção de sujeito que chamamos a este diálogo foi a noção de sujeito do inconsciente. Esta é uma conclusão breve que apenas aponta um caminho para um diálogo nos momentos em que a língua aponta para algo que escapa a ela mesma, ao próprio sistema de valores, e desse modo, aponta para o diálogo com o inconsciente, como Dosse (2007, p. 13) sublinha ao dizer que o inconsciente faz o elo entre a Linguística e a Psicanálise, assim como as outras disciplinas denominadas Estruturalistas.

A relação entre língua e sujeito parece estar colocada para as duas áreas de conhecimento. Reconhecendo que somos seres de linguagem, ou que o homem é organizado pela linguagem articulada, temos a necessidade de compreender o alicerce dessa relação com o fim de enxergar a nossa prática de modo claro.

Esta tese teve, primariamente, a intenção de perceber o ponto de vista da língua como necessário para a descrição do sistema da língua. Consideramos a necessidade de perceber que o sujeito advém do movimento de valores do sistema é importante para uma descrição adequada da língua como sistema.

As consequências deste diálogo são inúmeras para as duas áreas de conhecimento, e esta tese apenas aponta para o parece-nos alicerçar este diálogo, ou seja: a relação entre a língua saussuriana e o sujeito do inconsciente.

REFERÊNCIAS

ARRIVÈ, Michel. **Linguagem e Psicanálise, Lingüística e inconsciente**: Freud, Saussure, Pichon, Lacan. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Lingüística e Psicanálise**. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: EDUSP, 1994.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 1988.

_____. **Problemas de Lingüística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1989.

BOUQUET, Simon. **Introdução à leitura de Saussure**. Tradução de Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2000.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolingüística**: uma introdução crítica. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

DE MAURO, Tullio. Notas. In: SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de Linguistique Générale**. 4. ed. Paris: Payot, 1995.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo**: o campo do signo. Volume 1. Tradução de Álvaro Cabral. Bauru, SP: Edusc, 2007.

DREYFUSS, Jean-Pierre; JADIN, Jean-Marie; RITTER, Marcel. **Qu'est-ce que l'inconscient?** L'inconscient structuré comme un langage. Aperture: Arcanes, 1999.

ELIA, Luciano. **O conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FEHR, Johannes. **Saussure entre Linguistique et Sémiologie**. Traduzido do alemão por Pierre Caussat. Paris: Presse Universitaires de France – PUF, 2000.

FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo**. Tradução de Maria de Lourdes Sette Câmara. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

GODEL, Robert. **Les sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale de F. de Saussure**. 2^a ed. Genebra: Librairie Droz S.A, 1969.

KOMATSU, Eisuke; HARRIS, Roy. (Eds.). **Troisième Cours de Linguistique Générale (1910-1911) d'après les cahiers d'Émile Constantin**. Oxford: Pergamon Press, 1993.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a.

_____. **O seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise**. 4 ed. Tradução de Marie Christine Laznik Penot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. **O seminário, livro 3: as psicoses**. 2 ed. revista. Tradução de Aluísio Menezes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **O seminário, livro 5: as formações do inconsciente**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise**. Tradução de M.D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b.

_____. **O seminário, livro 20: mais, ainda**. Tradução de M.D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. **Outros escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **R.S.I. O Seminário.** Tradução do Movimento Freudiano. Rio de Janeiro, 1974-1975.

_____. **Televisão.** Tradução de Antônio Quinet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LEMAIRE, Anika. **Jacques Lacan:** uma introdução. Tradução de Durval Chechinato. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LEMOS, Cláudia de. Da morte de Saussure o que se comemora? In: **Psicanálise e Universidade:** Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise da PUC-SP. São Paulo, SP: PEPG – PUC, n. 3, p. 41-52, 1995.

MILLER, Jacques Alain. **Percorso de Lacan:** uma introdução. 2 ed. Tradução de Ari Roitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). **Introdução à Lingüística 3:** fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004.

NÓBREGA, Mônica. Lacan e a Lingüística saussuriana: um tiro que errou o alvo, mas acertou na mosca? In: SCHÄFFER, Margareth; FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges. (Orgs.). **Aventuras do sentido:** Psicanálise e Lingüística. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 225-246, 2002a.

_____. **O mesmo e o outro:** a constituição dos sentidos na articulação entre Lingüística e Psicanálise. 2002. 280f. Tese (Doutorado em Lingüística e Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002b.

NORMAND, Claudine. **Saussure.** Tradução de Marcelo Diniz e Ana de Alencar. Paris: Les Belles Lettres, 2000.

RIBEIRO, Maria das Graças Carvalho. Sobre as noções de sujeito e de sentido na linguagem. In: **Língua, Lingüística e Literatura:** Revista do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFPB-JP. João Pessoa, PB: 2003, p. 137-146.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 25 ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

_____. **Escritos de Lingüística Geral**. Organizado e editado por Simon Bouquet e Rudolfo Engler. Tradução de Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2002.

SILVEIRA, Eliane. **As marcas do movimento de Saussure na fundação da Lingüística**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

STAROBINSKI, Jean. **As palavras sob as palavras**. Tradução de Carlos Vogt. São Paulo: Perspectiva, 1974.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)